



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA**

**HELAINÉ PEREIRA DE SOUZA**

**MÃES DA RESISTÊNCIA:  
HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS MÃES DO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA  
BAHIA**

Salvador  
2011

**HELAINÉ PEREIRA DE SOUZA**

**MÃES DA RESISTÊNCIA:**  
HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS MÃES DO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA  
BAHIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Salvador  
2011

## UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S726 Souza, Helaine Pereira de.

Mães da resistência: histórias de vida de jovens mães do Movimento dos Sem Teto da Bahia/ Helaine Pereira de Souza. – Salvador, 2011.

150 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Prof. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Família 2. Gênero 3. Maternidades 4. Movimentos Sociais - Bahia 5. MSTB – Movimento dos sem Teto da Bahia I. Título.

**TERMO DE APROVAÇÃO****Helaine Pereira de Souza****MÃES DA RESISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS MÃES  
DO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 17 de fevereiro de 2011

Banca examinadora:

---

Prof(a). Dr(a). Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Orientador(a)  
Doutora em História – UNILEON  
Universidade Católica do Salvador

---

Prof(a). Dr(a). Mary Garcia Castro  
Doutora em sociologia – UF  
Universidade Católica do Salvador

---

Prof(a). Dr(a). Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida  
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea  
Universidade Federal da Bahia

*Diante das injustiças,  
Eu não vou me calar.  
Diante da truculência,  
Eu não vou me acovardar.  
Racismo e Machismo,  
Eu não vou deixar pra lá  
Esse mundo desigual,  
Eu não vou mais aceitar.*

*Joquielson Batista  
Coordenador estadual MSTB*

À Juventude, que a cada tempo cria e ressignifica formas de atuar com suas histórias de vida.

A Neto, mais um jovem que a guerra urbana furtou a vida.

## AGRADECIMENTOS

Durante esse percurso fui contraindo algumas dívidas de gratidão. Houveram pessoas de tamanha importância nesse processo que o simples agradecimento ainda se faz pouco, na verdade, muito pouco. Nesse momento, também, me desculpo pelas ausências, pelo que não fui. Estou certa que fui compreendida.

À Fapesb – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela bolsa de mestrado que em muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa;

Ao corpo discente, foram tantos os momentos que dividimos angústias (se esse era um dos requisitos para ser mestre, já estávamos todas/os prontas/os). Aos docentes, que enriqueceram nossa caminhada com um debate para além do disciplinar. Aos funcionários do Programa em Família, sempre tão solícitos. Aos membros do Núcleo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinar sobre Juventudes, Identidades, Cultura e Cidadania, uma verdadeira escola, onde a generosidade foi a primeira grande lição;

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, pela dedicação, por acreditar no meu trabalho, pelo apoio em tantas horas. Por ser capaz de estar sempre presente, e ao mesmo tempo me dar tanta liberdade;

À banca examinadora, por ter aceito o convite, feito com muita satisfação e pelas contribuições do exame de qualificação. À Prof.<sup>a</sup> Dra. Mary Garcia Castro, com a qual aprendo só em observar. Ao Prof. Dr. Jorge Almeida, por apresentar um outro “universo” de compreensão da Sociologia;

Às mães da resistência, que abriram as portas de suas memórias para que essa pesquisa fosse realizada. Obrigada pela confiança. Aos membros do Movimento dos Sem Teto da Bahia, do Curso Popular 2 de Julho, em especial às Guerreiras Sem Teto. À Ana Vanesca, Mira, Carla, Elaine, Sandra, Maura, Marcelo, ao amigo Joqui, pela colaboração vital;

A Carlos pela sugestão de pesquisa. A Raphael Cloux, pela paciência e boa vontade. A Jônatas, pela ajuda inicial. A Antonio Castro, pelo auxílio;

Ao João Paulo, História nova; impulso novo;

Às/ aos amigas/os, tão presentes, cada um ao seu modo: Mariana e Jorge, por me dar uma outra família; Jamile, sempre atenta, se esforçando para acompanhar, mesmo com os meus “‘tá’ indo...”; Mayana e Rafaela, companheiras de muitas ‘histórias’; Danielly, ombros compartilhados; e Carol, minhas asas. À Drica, pela leitura criteriosa e pelo incentivo de sempre. A Lucas, que sempre que pode me tirou da pesquisa, e sei o quanto isso foi importante. A Yuri, pela atenção e pelo cuidado;

Ao meu sentido real de família. Aos Alves Pereira e aos Ribeiro Souza. Carinhosamente a Eloisa, Eleny, Polyanna, vó Helena, Thais, Luciana, Honório, Conceição por me ensinarem na vivência, aqui ou lá;

E, por fim, especialmente, aos meus pais, Noelia e Mizael, razão concreta da elaboração desse trabalho, por incentivos, colaborações e apostas. O meu muito obrigada a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para esse desbravamento fascinante.

## RESUMO

SOUZA, Helaine Pereira de. **Mães da resistência:** histórias de vida de jovens mães do movimento dos sem teto da Bahia. 150 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2011.

Como mulheres que têm sua trajetória marcada por uma gravidez na adolescência entrelaçam militância e maternidade, no momento que saem ao público para reivindicar demandas do privado? Inserida no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade contemporânea, na linha de pesquisa Família e sociedade, a pesquisa ouviu dez jovens mães do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) de forma a compreender como o ser mãe, ser mulher e ser militante se cruzam. Nosso objetivo é apresentar histórias de vida e experiências cotidianas de mulheres que foram mães na adolescência. Buscamos analisar como estas jovens pensam a gestação perante um movimento marcado pela itinerância, suas relações familiares e militantes, a experiência, as representações constituintes de uma relação indivíduo-movimento social que se destacam neste processo, suas expectativas em torno de suas participações e as mudanças sócio-afetivas produzidas pela gestação. Para tanto, nos valem da história de vida como técnica. Antes, traçamos o caminho percorrido pelo MSTB, sua luta, demandas e bandeiras e por fim analisamos as relações familiares constituídas após a maternidade.

**Palavras-chave:** Famílias. Gênero. Maternidades. Movimentos sociais. Bahia. MSTB.



## ABSTRACT

SOUZA, Helaine Pereira de. **Mothers of resistance:** life stories of young mothers from the Bahia Homeless Movement. 150 f. Dissertation (Master's at Family in the Contemporary Society)– Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2011.

As women that have their trajectory marked by a pregnancy in the adolescence entwine between militancy and maternity, in the moment that they go to public to claim demands of the private? Inserted in the Program of Post-graduation in Family in the Contemporary Society, in the line of research Family and Society, the research listened with profundity of the experiences of ten young mothers that participated of the Movement of the homeless of Bahia (Movimento dos sem teto da Bahia - MSTB), in a way to understand as the woman as human being, mother and campaigner is crossed. Our objective is represent the histories of lives and everyday experiences of the women that were mothers in the adolescence , emphasizing characteristics as their experiences with their sexualities; the continuity and the ruptures in their biographies; the participation in the MSTB; the social nets built. We are going to analyze these young think in the pregnancy against a movement marked for the itinerancy, their familiar relationships and militants, the experience, the representations contained of a relation between individual and social movement that are detached in this process, their expectations around of participations and changes social-affective produced for the gestation. So, we use the history of life as technique. Before, we traced a way covered by MSTB, its fight, demands and flags and we analyzed, at the end, the family relations constituted after the event.

**Key-words:** Families, Gender, Youth, Maternities, Social Movement, Bahia. MSTB

## LISTA DE SIGLAS

ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CIA- Centro Industrial de Aratu

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia

EVA – Estrada Velha do Aeroporto

FCP - Fundação da Casa Popular

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAP - Instituto de Aposentadorias e Previdência

INOCOOP- Instituto de Orientação às Cooperativas Nacionais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador

MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC - Pólo Petroquímico de Camaçari

PFL – Partido Frente Liberal

RLAM- Refinaria Landulpho Alves Mataripe

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SM – Salário Mínimo

SUCOM - Superintendência de Controle e Uso do Solo

UFBA – Universidade do Estado da Bahia

URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia S.A

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – População da Cidade de Salvador, 1549- 2000.....	49
Quadro 2 – Reportagens do ano de 2003 .....	57
Quadro 3 – Ocupações do MSTS em 2003.2 .....	58
Quadro 4 - Ocupações do MSTS em Dezembro de 2004 .....	61
Quadro 5 - Ocupações do MSTS em Dezembro de 2005 .....	63
Quadro 6 - Ocupações do Campo A .....	79
Quadro 7 - Ocupações do Campo B .....	80
Quadro 8 - Quadro Síntese/Mães da Resistência.....	115

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Ciclo de Conferências Memória dos Movimentos Sociais na Bahia .....	66
Figura 2 – II Congresso MSTB .....	72
Figura 3 - Caminhada 08 de março de 2010 .....	75

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Estão presentes nas ocupações, núcleos e comunidades mais (Cor, raça/etnia)...	69
Gráfico 2 – Distribuição por sexo e presença de crianças.....	73
Gráfico 3 – Escolaridade .....	84
Gráfico 4 – Empregadas .....	85
Gráfico 5 – Auxílio/benefício governamental.....	85
Gráfico 6 – Renda Familiar .....	86
Gráfico 7 – Raça/Etnia/Cor .....	87
Gráfico 8 – Religião .....	87

## SUMÁRIO

<b>ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS</b>	<b>14</b>
<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>18</b>
<b>1 O DIFÍCIL ENTRELACE DE CATEGORIAS: POSSIBILIDADES E CAMINHOS</b>	<b>22</b>
1.1 FAMÍLIAS POBRES URBANAS: VIRANDO O JOGO	23
1.2 MULHERES EM AÇÃO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	27
1.3 JOVENS REINVENTAM A HISTÓRIA	31
1.4 MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: REVISITANDO O FENÔMENO	36
1.5 MAS AFINAL, O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?	41
<b>2 MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA: TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO</b>	<b>46</b>
2.1 MOCAMBOS, CASEBRES, CORTIÇOS: HISTÓRICO DE OCUPAÇÕES EM SALVADOR	47
2.2 A CIDADE DOS SEM TETO	53
2.3 REFORMULANDO O ESPAÇO URBANO: QUEM SÃO E COMO SE ORGANIZAM	68
2.4 GUERREIRAS SEM TETO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÕES FEMININAS	73
2.5 O QUE ERA UM, AGORA SÃO DOIS, MAS SERÁ QUE FORAM UM? CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CISÃO	77
<b>3 ORGANIZAR, OCUPAR, RESISTIR, GESTAR, CUIDAR, PROVER, PROTEGER: VOZES E EXPERIÊNCIAS</b>	<b>82</b>
3.1 CARACTERIZANDO AS ATRIZES SOCIAIS	82
3.2 SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SE VÊ	88
3.3 APRENDENDO COM OS PARES, COMPARTILHANDO VIDAS	91
3.4 GESTAÇÃO QUE MODIFICA A VIDA? ANALISANDO OS IMPACTOS	93
3.5 ALTERNATIVA PELA MILITÂNCIA?	99
<b>4 TECENDO REDES: (RE) CONSTRUINDO FAMÍLIAS</b>	<b>104</b>
4.1 PARCEIROS, PAIS OU AUSÊNCIA DE VÍNCULO	104
4.2 GÊNERO E GERAÇÕES: PAPÉIS DAS AVÓS	108
4.3 QUANDO O QUE SEPARA É UMA MADEIRITE: PARTICIPAÇÃO DAS/OS VIZINHAS/OS	111
<b>PROPONDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>119</b>

**ANEXOS**

ANEXO A - REGIMENTO INTERNO DO MSTB

ANEXO B - DOCUMENTO “QUEM SOMOS E PARA ONDE VAMOS”

ANEXO C - GUERREIRAS SEM TETO – MOVIMENTO DO SEM TETO DA BAHIA

**APENDICES**

APENDICE A - TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

APENDICE B – QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

## ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS

As inquietações dessa investigação nascem durante a licenciatura em História. Dado o trabalho de conclusão da graduação, começamos a pensar no Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), nas dinâmicas de atuação, nas construções identitárias, nos contrastes e nas representações na esfera do cotidiano, no modo como as relações de gênero foram e são estabelecidas.

O Movimento dos Sem Teto da Bahia surge em 2003, após ocupação na capital soteropolitana. Desde então foram realizadas séries de ocupações, resistências a pedidos de reintegrações, passeatas, ademais de diversos tipos de manifestações espontâneas e organizadas. Atualmente é um dos movimentos sociais de maior atuação na cidade do Salvador e tal fato demonstra que esse é um dos fatores que dão relevância e fundamento à pesquisa, seja pela multireferencialidade do tema, pela atualidade e dinâmica constituintes do objeto de análise - jovens mulheres - ou pelo processo contemporâneo que se configura em uma grande metrópole brasileira.

Desde a fundação do Movimento, as mulheres são maioria expressiva e essa presença é um indicador de grande significado, não só quantitativo, mas sobretudo porque são elas as responsáveis pela organização, promoção e dinâmica que se instalam nos territórios onde se alocam. Nesse contexto, as militantes ocupam mais do que a esfera doméstica. Elas despontam como lideranças locais e estaduais e dentro dos próprios espaços de ocupação e de convivência. Foi isto o que primeiro “saltou aos olhos” quando nos deparamos com esse movimento contestatório/reivindicatório urbano, circunscrito ao cenário soteropolitano dos primórdios do século XXI e dando grande visibilidade midiática às antigas questões presentes no cotidiano dos baianos.

Ao longo da História, as mulheres foram invisibilizadas, sendo suas atuações ocultadas e suas vozes silenciadas ou secundarizadas. Isso porque se privilegiava o espaço público como motor dos acontecimentos e, a esses sujeitos, destinadas ao privado, restava o ostracismo.

Diante do MSTB, algumas questões nos surgiram: Se as mulheres, historicamente, ocuparam o espaço privado, como se daria essa virada quando passassem a atuar em um movimento social, no âmbito público? Ou suas atuações só eram possíveis quando



reivindicam questões do doméstico, do mundo privado, como a moradia? Suas atuações reproduziriam antigos padrões denominados femininos ou haveriam possibilidades de uma mudança? O meio urbano - como espaço heterogêneo de valores, crenças e normas - aumentaria a possibilidade de transformações femininas, pois permitiria uma prática menos conservadora? E quando as vulnerabilidades se agravam e essas mulheres passam por gravidez(es) que resulta(m) da maternidade na adolescência? Como se entrelaçaria a maternidade e atuação pública através da participação em um movimento social? As interfaces entre público e privado estariam definidas neste lócus e nesta práxis?

Ao investigar a militância feminina, ressalta-se a ideia de que os espaços privilegiados têm sido bandeiras de frente dos movimentos feministas ou ainda do movimento de mães (como por exemplo, nos anos 60 e 70, o Movimento Luta pela Anistia, Brasil ou Madres / Abuelas de Mayo, Argentina). O que nos remete à ideia de que estas são categorias inconciliáveis, distantes. Distinguindo feminismo de maternidade e mais ainda a mulher da família<sup>1</sup>. Sem pretendermos colocar tudo ‘em um só pacote’, acreditamos que as experiências individuais modelam a atuação coletiva e vice-versa, além de considerar a assertiva de que “a história dos sujeitos é a história das suas identificações” (MOUFEE, 1993, p. 103), sejam elas construídas e reconstruídas individual ou coletivamente. Portanto, partimos para investigar a história de mulheres-mães-jovens que atuam em um movimento de luta por moradia, conquistando e configurando formas de atuação e prática política que criam interfaces entre a vida pública e a vida privada, reiventando e resignificando sua própria experiência e práxis. Não centraremos nossa análise no MSTB – levando em consideração a existência já de inúmeras análises acadêmicas desenvolvidas e elencadas nesta dissertação como revisão historiográfica -, mas nos indivíduos que o compõem.

Sendo assim, procurando entender como o ser mulher, ser jovem e ser militante se cruzam, nosso objetivo é apresentar histórias de vida e experiências cotidianas de sujeitos que experimentaram a maternidade durante o período da adolescência e dentro do contexto de um movimento como o MSTB. Buscamos analisar como estas jovens pensam a gestação perante um movimento marcado pela itinerância, suas relações familiares e militantes, as experiências

---

<sup>1</sup> O Movimento Feminista sempre refletiu a tensão entre a maternidade/família e a liberdade individual, na tentativa de afirmar a mulher enquanto indivíduo, de maneira a dar a estas mulheres vida própria para além da família. Para uma discussão aprofundada sobre mulheres enquanto indivíduos ou família (ver ARDALLON e CALDEIRA, 1984). Ademais, uma referência mais recente na área da sociologia é Badinter (2010) que descreve o conflito entre a mulher e a mãe.

e as representações constituintes de uma relação indivíduo-movimento social que se destacam neste processo.

Acreditando na pluralidade que se acentua com os diferentes contextos e vivências, adotamos ao longo do trabalho uma perspectiva plural que singulariza os sujeitos e suas trajetórias. Não estamos diante de uma juventude, mas de diversas e, às vezes, distintas juventudes. De igual modo, é preciso destacar a inexistência de uma adolescência, de um modelo de família/agrupamento familiar, de concepção única, mesmo que analisando um grupo social específico, como é o caso das jovens mães do Movimento dos Sem Teto da Bahia, compondo um universo múltiplo, diverso e complexo. Quando possível foi, a nossa lente tirou o foco do micro e tentamos ampliar o campo de visão, alargando o discurso e buscando construir pontes e conexões entre categorias, vidas e referências.

Como referencial imediato e relevante nesta seara, importante ressaltar o significado da família, seguindo assertiva da historiografia contemporânea.

A família é o lugar primordial das trocas geracionais. É aí que as gerações se encontram e interagem de forma intensa. É o lugar do dom, da troca, da entajuda incondicional. As solidariedades familiares são uma fonte inesgotável de entajuda apesar de se encontrarem expostas às perturbações sócio-demográficas das sociedades modernas. O alongamento da vida e a longevidade das gerações que daí resulta, a diminuição da fecundidade e a duração da procriação, produziram novas estruturas de parentela e uma nova matriz latente de inter-relações das quais apenas uma parte é efetivamente ativada (FERNANDES, 2008, p. 84).

Através da linguagem, explicitamos o nosso lugar de fala. Portanto, alguns termos e, por conseguinte, conceitos foram privilegiados em detrimento de outros. Substituiremos “invasão” por “ocupação”, dando lugar às expressões e às vozes escutadas ao longo do convívio e da coleta de dados, valorizando também a luta e as representações que compõem o universo multifacetado em que vivem, moram, coabitam e habitam. Não acreditamos nos substantivos masculinos como generalizadores, por isso, quando nos referirmos aos sujeitos - sejam mulheres e homens -, usaremos substantivos masculinos e femininos, empregando a distinção nas relações e nas construções próprias de cada grupo.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, nos ocuparemos dos conceitos que dão sustentabilidade à análise do objeto e matizam a contextualização necessária para compreender o tema/objeto/problema para além da simples descrição e aferição monográfica. A literatura utilizada durante o Mestrado foi acrescida e revisada, sendo elencada ao final do texto e representando conexões para além do disciplinar. Buscamos trabalhar com diferentes áreas do conhecimento, usando interfaces com a História,

Urbanismo, Sociologia, Psicologia, mas de maneira alguma enxergamos esse esforço como exaustivo, tão pouco conclusivo. Ao contrário, esperamos contribuir com o debate, estimular reflexões, revisões e novas argumentações/abordagens, ademais do registro das experiências e das práticas vivenciadas por essas mulheres.

O segundo capítulo, intitulado “Movimento dos Sem Teto da Bahia: Trajetória e Organização”, discutirá a questão da moradia no universo baiano, recortando geograficamente as nuances que marcam contexto, tempo e experiência vivida e narrada pelos sujeitos dessa dissertação. Faremos um histórico partindo dos anos 40 do século XX, marco das primeiras ocupações na cidade do Salvador, e avançando para um olhar sobre as políticas habitacionais implantadas nessas sete décadas, na tentativa de compreender a fundação do Movimento dos Sem Teto de Salvador, que mais tarde adotará o nome de Movimento dos Sem Teto da Bahia. Ainda neste texto, narraremos a trajetória do MSTB desde sua fundação em julho de 2003 até 2009. Para tanto, traremos as publicações desenvolvidas sobre o Movimento, os documentários, as reportagens de diferentes meios de comunicação e os documentos produzidos internamente pelo MSTB.

O terceiro capítulo, “Organizar, Ocupar, Resistir, Gestar, Cuidar, Prover, Proteger...: Vozes e Experiências”, apresenta os resultados da pesquisa de campo, durante a qual foi utilizada a técnica de histórias de vida, somada a um questionário socioeconômico, de caráter mais exploratório e descritivo de condições e características. É nesse momento que damos vozes a essas mulheres-jovens-mães, e por meio delas, apresentamos suas vivências, militâncias e experiências diárias.

As relações familiares que se estabelecem após o evento da gravidez na adolescência compõem o quarto capítulo. Analisamos as redes de apoio e de cuidados constituídas nos locais onde vivem e compartilham experiências. Não obstante, outros são os pontos abordados, tais como o papel do masculino no evento; a participação no cuidado das crianças; a interação com as/os vizinhas/os e atuação das avós, a partir de elementos fornecidos nas entrevistas e nas observações *in locus*.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

São dezessete localidades do MSTB<sup>2</sup>, na cidade do Salvador, até a presente data, sejam elas em prédios ou terrenos, públicos ou privadas, ocupações ou comunidades. Adentrar nestes espaços de viver, de socializar, de compartilhar experiências, bem como fazer um inicial mapeamento das realidades foi um dos empenhos dessa investigação, tendo como princípio a responsabilidade e a participação em eventos, cursos de formação promovidos. Empenhamo-nos em realizar contato com todos esses espaços antes de fazermos a seleção e a delimitação para o desenvolvimento dessa dissertação. E, ao finalizar, não deixamos só como memória, registro do que passou, mas o compromisso de continuar a conviver, observar e, sobretudo, devolver em forma de texto e de fala aquilo que coletamos, experimentamos e analisamos. A arte da pesquisa é um exercício de “leitura” de um determinado processo, fato ou fenômeno, mas também de continuidade e engajamento.

Cabe-nos elucidar o conceito de “Sem teto” que estamos nos referindo e que utilizaremos ao longo dessa dissertação. O MSTB define como “os que moram de favor, embaixo de pontes, que ganham muito pouco e sacrificam sua qualidade de vida pagando aluguel e que moram em áreas de risco” (CARDOSO apud PRONZATO, 2004). Contudo, para efeitos acadêmicos, limitaremos nosso universo de pesquisa apenas às moradoras de ocupações, termo que utilizamos em substituição ao de invasão, de maneira a entender a legitimidade do protesto e da causa, ainda que o segundo seja recorrente no cotidiano dos baianos e de usos nos meios de comunicação.

A pesquisa enveredou por caminhos qualitativos, valendo-se basicamente de “métodos qualitativos que supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1987, p.63).

Valemo-nos de histórias de vida como técnica, precedida por perguntas exploratórias por entendermos que desta maneira daríamos vozes aos sujeitos da pesquisa, recriando sua própria experiência e construção identitária, bem como o contexto no qual estão inseridas, podendo observar as singularidades trazidas do local da fala, resgatando suas experiências, sua própria história e processos vivenciados nos últimos anos. Afinal, isto se deve

---

<sup>2</sup> Boiadeiro, Cajazeiras, Conselho Tutelar, Escada, Gal Costa, IPAC I, IPAC II, IPAC III, Jiquitaia, Lagoa da Paixão, Lobato, Mata Escura, Plataforma, Periperi, Rua das Flores, Tubarão e Valéria

predominante a noção de que, “na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido de sua própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída” (MELUCCI, 2005, p. 29).

Os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos de ação. Isto concede para a experiência individual um papel e um valor muito importante; daqui nasce a atenção sobre a dimensão da experiência do indivíduo especificamente, que não pode ser enfrentada em termos cognoscivos unicamente com os instrumentos da pesquisa quantitativa e pressiona para a necessidade de adotar métodos de tipo qualitativo (MELUCCI, 2005, p. 29).

Para a investigação, as jovens-mães foram convidadas a relatar suas histórias de vida, marcadas pela(s) gestação(ões) na adolescência. Para complementar dados ainda foi acrescentado um questionário socioeconômico com o objetivo de ser aplicado como forma de melhor caracterizar as participantes e fazer uma abordagem prévia do contexto e da conjuntura. Foram entrevistadas jovens mães, entre 18 e 25 anos que estiveram gestantes entre os 10 e 19 anos. Essa distância entre o evento da gravidez e a entrevista permite uma análise do vivido, de maneira a perceber a evolução da pessoa no tempo, a medida que essa busca sentido a sua própria vida e faz uma reflexão sobre si mesma e sobre sua experiência individual e coletiva (aqui no que se refere ao agrupamento familiar ou ao coletivo do Movimento). Todas participaram da pesquisa de maneira voluntária e espontânea.

Os dados obtidos foram analisados e cruzados entre si, favorecendo a elaboração de características comuns. Dada a mobilidade, característica própria dos participantes do MSTB, houve certa dificuldade em localizar estas jovens e de fazer um acompanhamento prolongado, bem como “abrir” espaços de inserção, confidencialidade e reconhecimento da própria pesquisa proposta. Isto revela também um enfrentamento no sentido de viabilidade e acesso no que se refere ao conseguirmos agendar a entrevista, sempre sob observação de olhares curiosos despertados pela nossa presença. Nem sempre foi tarefa fácil manter a privacidade e um ambiente reflexivo.

Para tal feito, contamos com a valiosa colaboração das coordenadoras e dos coordenadores locais, aos quais não poderia deixar de registrar sinceros agradecimentos. A inserção e a coleta de informações se legitimam quando “introduzida por um integrante”, recebendo permissão/aval para “entrar nas vidas de ocupantes”. Possivelmente a aproximação com o MSTB e o nosso trabalho, já há alguns anos pesquisando o referido movimento, tenham facilitado a nossa inserção. É interessante observar que, mesmo após algum tempo, nosso objetivo de pesquisa revela características que passavam por nós, antes, sem serem

notadas, apontando para um processo de articulação do ser/estar, ademais da conscientização e impactos sociais.

Entretanto, de “posse” das informações, cabe ao pesquisador fazer leituras, marcadas por vivências particulares e, por tanto, impossibilidades de alcançar a neutralidade, não diferente de outras Ciências Sociais e Humanas. “Muito mais do que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização” (BOSI, 2003, p. 49).

Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), as gravações não são neutras, tão pouco as perguntas, mas há que se buscar a vigilância epistemológica e o rigor. Além da subjetividade do pesquisador, o momento da entrevista é marcado, também, pelo subjetivo das informantes. São momentos de tradução de uma vivência e de uma práxis em algo ordenado e muito bem estruturado.

Passamos, então, a percorrer as memórias das entrevistadas, revivendo algo ainda muito recente, em processo e que resulta em mudanças significativas nas trajetórias individuais - sem, no entanto, deixar escapar as contribuições faladas e vividas durante as visitas -, por acreditarmos que assim poderíamos entender suas dinâmicas. Neste sentido, “a memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano” (BOSI, 2003, p. 15).

O tempo é um importante elemento quanto se opta pela história de vida. “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p. 53). Não seria demais recordar que toda memória parte do presente (tempo presente), de preocupações e visões atuais, salientando que os eventos vividos passam por resignificações (tempo narrado).

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturados com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como a força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 2003, p.36).

Fazem-se interlocuções entre o momento vivido e o qual se narra, pois se trabalha com temporalidades e interconexões do tempo histórico. “O papel da consciência é ligar com o fio da memória as apreensões instantâneas do real. A memória contrai numa intuição única passado-presente em momentos de duração” (BOSI, 2003, p. 52). O exercício de trazer a tona o que antes estava apenas no campo da memória é dotado de subjetividade, denotando a ideia de que fatos serão privilegiados em detrimento de outros. “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque

se relacionam através de índices comuns” (BOSI, 2003, p. 31). Essas nuances da memória não podem ser entendidas apenas como “o que se quer dizer a pesquisadora”, mas como o processo de formação da própria entrevistada.

Se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção (BOSI, 2003, p. 24).

Durante longo período e motivada pela bandeira do Positivismo, só as fontes escritas e, portanto, as oficiais, respaldavam o fazer histórico. Não seria demais ressaltar que consideráveis parcelas da população não eram letradas e a manipulação, as ideologias e os silêncios se configuraram como uma representação da História Contemporânea e do Tempo Presente. Esse discurso recorrente modelou as formas com que as pesquisas eram desenhadas e invisibilizavam camadas, grupos e experiências. Caminhando em outra vertente, defendendo a validade das fontes orais, optamos por não transcrever na totalidade as entrevistas. Os caminhos percorridos foram pensados e ordenados, destacando alguns trechos a serem citados ao longo de todo o texto, resignificando e reinterpretando as vozes, as trajetórias e as inquietações femininas dentro de um movimento social relevante.

## 1 O DIFÍCIL ENTRELAÇE DE CATEGORIAS: POSSIBILIDADES E CAMINHOS

*"Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes"*  
Issac Newton (1676).

Não é de hoje que os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais apontam para a necessidade de relacionar categorias ao analisar os fenômenos e os processos sociais. Entretanto, quando nos deparamos com as jovens mães sem teto, nos vimos diante do entrelace das ditas categorias. Tínhamos um território definido: as ocupações de um movimento urbano. Falávamos da especificidade de gênero e demarcávamos as gerações: elas eram/são mães e jovens. A classe social também nos parecia explicitada por conta de sua condição sócio-econômica e da integração a um movimento específico que reivindicava/reivindica moradia. No entanto, destacávamos elementos muito distintos. Como cruzá-los? Existiria uma teoria totalizante? Ou ainda, seria mesmo necessário efeitos totalizadores, visto que há uma pluralidade que marca a identificação dos sujeitos?

Sarti (2003, p. 113) revela que as identidades sociais estão em constante movimento. Desse modo, são definidas e redefinidas pelos contrastes que implicam numa existência do “outro”, a partir de então, estabelecendo fronteiras. A autora pondera que “a importância do contraste para demarcar fronteiras sociais é uma questão central para os estudos sobre identidades sociais. Por definição, as fronteiras existem em relação a um ‘outro’, implicando necessariamente uma relação”.

Longe de estarmos certas que respondemos essas questões de maneira mais adequadas, acreditamos que a família representa e dá conta do entrelaçamento das nossas categorias. Uma vez que, segundo Chauí (1993, p. 146), “a família é uma prática de resistência, perante seus membros é a manutenção do conformismo”. Nesse sentido, compreende que:

É na família que se constitui um destino comum, que se elabora um saber sobre o espaço, o tempo, a memória, a transmissão de conhecimento e de informação, que se compensa a pouca escolarização com outros aprendizados transmitidos oralmente e por contato direto (CHAUI, 1993, p. 144).



## 1.1 FAMÍLIAS POBRES URBANAS: VIRANDO O JOGO

*A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação (Michelle Perrot, 2007)*

Através das vozes das jovens que foram mães ainda na adolescência, nos propomos a pensar sobre as famílias dentro do universo do MSTB, enfatizando mais a filiação, pertencimento e redes do que conjugalidades. Por mais que estas famílias estejam incluídas em um contexto social específico, elas fazem parte de questões contemporâneas, de diversidade territorial e cultural, além de expressividade nos movimentos sociais que eclodem no Brasil – e especificamente na Bahia – durante as últimas décadas. Tudo isso tem valor quando se verifica que os resultados de uma pesquisa com agentes sociais salientam mais do que simplesmente a descrição narrativa de suas existências, mas que resulta de um processo de resignificação de si mesmas (indivíduos), como integrantes de grupos familiares e sociais.

As famílias contemporâneas são identificadas como sendo a articulação de gerações e gênero em um determinado tempo histórico e social (MOTTA, 1998). Compartilhamos da idéia de que essas duas categorias, gênero e gerações, são alavancas neste quadro de transformações, uma vez que vêm sendo realizadas em outra dinâmica e seguindo novas formas e códigos. “A melhor abordagem dessa revolução cultural [século XX] é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relação entre os sexos e as gerações” (HOBSBAWM, 1995, p. 314). Mudaram-se a idéia de casamento, as concepções de sexualidades, de estrutura de chefia familiar e, até mesmo, as redes de solidariedade que compõe a família.

Observando que a História e a Sociologia fundam caminhos aproximados e convertem objeto de pesquisa em potencial processo de ação e intervenção, também vale o resgate de Sardenberg (1998), quando aponta para a existência de uma rede de apoio mútuo entre as diferentes gerações de mulheres de uma mesma família, permitindo a conciliação entre trabalho doméstico e assalariado. Esse fenômeno, em famílias matrifocais extensas, possibilitaria uma chefia doméstica hereditária e certa circularidade/reprodução.

Em um contexto no qual os companheiros seriam “efêmeros ou apenas periféricos” (SARDENBERG, 1998, p. 23), duas ou mais gerações de mulheres habitariam o mesmo

domicílio e criariam uma dinâmica tal como um balizador entre o trabalho produtivo e reprodutivo.

Pensando em romper com as “amarras” dos papéis, haveria a necessidade de, através de suas falas, arriscarem também a “tomada de consciência” de sua condição feminina pautada e condicionada por uma abordagem patriarcal e hierarquizada.

Encontramos, no mesmo ambiente, diferentes gerações e a figura da avó passando a acumular diferentes funções. “A socialização pode assim ser entendida através de um modelo de influências bilaterais, dialeticamente constituído” (BIASOLI-ALVES, 2008).

A criança recebe diferentes mensagens disciplinares de vários cuidadores, ficando difícil para ela saber a quem respeitar, obedecer, ou eleger como modelo. Esta situação pode ser agravada se a mãe não assume a tarefa de disciplinar os filhos, e principalmente se ela, assim como suas práticas, for alvo das críticas de sua própria mãe, ou seja, a avó das crianças.

A tarefa transicional que aí se apresenta é transferida a autoridade da avó para a mãe: entretanto, os filhos podem mostrar alguma dificuldade em aceitar isto por terem visto a mãe durante muito tempo quase como uma irmã mais velha, se ela for muito jovem, ou por serem criados em outro lugar (REGO, BASTOS e ALCÂNTARA, 2002).

Ademais, o conflito de gerações e a linhagem feminina da economia do cuidar definem a própria experiência e criam dependências para um grupo jovem e que tem/tinha como projeto de vida caminhar por outras trilhas.

- Eu tinha certeza, porque com 15 anos já tava na oitava série, eu queria ser uma boa profissional, pensava até em fazer faculdade (Lazule).

- Só desejava ser mãe mais tarde. Queria trabalhar, ter minha casa, ajudar minha mãe (Perola).

A chefia familiar feminina é um ponto bastante explorado pelo campo da Sociologia, em especial, existindo uma grande ênfase no foco direcionado às relações de gênero. Atribuiu-se a essa categoria o estigma de extrema pobreza<sup>3</sup>, se comparado a outras formas de organização familiar. No entanto, Carvalho (1998) atenta para algumas questões a cerca da temática:

1. Essa categoria é constituída em negação, a chefia masculina, padrão dominante.

---

<sup>3</sup> No entendimento de pobreza nos valem de Araújo e Cavalcanti (2009, p. 151): “A privação de ativos e oportunidades essenciais a que todos os seres humanos têm direito.” E completa que “está relacionada predominantemente com o acesso desigual e limitado aos recursos de produção e com a escassa participação nas instituições sociais e políticas”.

2. Ao se referir à chefia feminina, fala-se da família ou do domicílio? Unidade doméstica ou vínculos afetivos?

3. Os domicílios podem ser chefiados por mais de uma pessoa e abrigar mais de uma família.

4. Mesmo com o sustento do domicílio, a mulher só é considerada chefe na ausência de uma figura masculina (o que pode criar maior vulnerabilidade quando se verificam categorias analíticas como classe, sexo/gênero e território ocupado).

5. Nem toda chefia feminina emerge de circunstância de empobrecimento.

De certo, como anunciavam as feministas da década de 70, o pessoal é político. Ousamos ir mais além e afirmar que nunca antes, na História, o foi de maneira que é no século XXI. O privado passou a ser alvo de intervenção direta do Estado que, por fim, acaba por privilegiar um tipo de família em detrimento de tantas outras configurações e experiências. Necessário se faz salientar que a diversidade dos modelos conjugais e familiares é explicada pelos modos como os grupos ou os indivíduos interpretam as normas sociais produzidas num determinado contexto histórico (ABOIM & WALL, 2002, p. 476). Mais do que determinismos, há que se observar e se identificar a diversidade e a composição representada e vivida no cotidiano.

Luc Ferry, em “Família, amo vocês”, assinala que,

Sem nos darmos conta, passamos progressivamente das famílias a serviço da política (como foi o caso, por ocasião de todas as guerras) a uma política a serviço das famílias. Daí a maior frequência dos temas que têm a ver com educação, segurança, saúde, habitação, transporte, lazer, etc., ou seja, as diversas formas de preocupações certamente coletivas, mas que emergem da intimidade e que se continua, por força do hábito a tratar de maneira administrativa, sem perceber as novas dimensões afetivas e de sentido que contêm (FERRY, 2008, p. 75).

Deste modo, ainda pode-se apontar que, na historiografia contemporânea, existem outras contribuições para elucidar a formação e a caracterização dos grupos familiares e sociais. Guedes entende que o foco na cultura de classe trabalhadora urbana “não significa, sob tal perspectiva, postular um sistema simbólico fechado e isolado, que decole sem intermediações da condição de classe” (GUEDES, 1998 p. 190). As famílias seriam partes de um contexto social e produtor de cultura.

O ambiente familiar apresenta-se à criança em desenvolvimento como um fluxo de práticas e rotinas, dentro do qual são socializados e construídos significados culturais e padrões de interação que se tornam o material de que é feito o estilo singular da família e de cada pessoa. (BASTOS; ALCÂNTARA; FERREIRA-SANTOS, 2002).

No entanto, essas redes não seriam compostas apenas por indivíduos ligados por consanguinidade, mas pelo compromisso e pela afetividade indicados voluntariamente por seus integrantes. A importância da metáfora de rede reside na idéia de relações, de entrelaçamento, na multiplicidade de fios de interligações em combinações pluridimensionais (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2009, p. 152). Essas são análises que se aproximam bastante das realidades e das narrativas encontradas ao longo da pesquisa, como poderá ser evidenciado com as citações diretas.

Entretanto, referindo-se as classes populares, é possível ponderar que:

Não se trata, portanto, de entender apenas as configurações subjetivas presentes em uma ética popular que pode ser baseada em reciprocidade e criatividade desenvolvidas na busca de soluções para os problemas da vida cotidiana, mas de entender como essas relações de reciprocidade que estão na base das redes sociais de ajuda mútua operam, de fato, em decorrência do acesso aos recursos necessários a esta produção cotidiana. Isso porque nelas interferem as relações de conflito, já que o cotidiano é marcado pela carência total de recursos e a luta pela sobrevivência é, muitas vezes, individual e isolada (GUIMARÃES, 1998, p.98).

E mais adiante:

Nesse sentido, a vida urbana tende a destruir a coesão baseada na autoridade familiar, tanto no lar, como entre vizinhos. Assim, a nova pobreza das cidades afeta a reconstrução das relações para trabalhadores, geralmente migrantes. Em sua concepção, surge uma necessidade de manter as aparências, o que impõe novas demandas a recursos escassos e isso dificulta o oferecimento de ajuda aos vizinhos... assim, tende-se a isolamento. São, portanto, as dificuldades materiais, não somente de oferecer, mas também de retribuir ajuda que se torna fontes de tensão no princípio da reciprocidade (GUIMARÃES, 1998, p.99).

A análise das famílias pobres urbanas carece de um duplo cuidado, salientando o intuito de evitar visões maniqueístas ou reducionistas, ora de que estas desejam ver a esfera doméstica compartilhada por toda a vizinhança, ora que a pauperização esta intrinsecamente ligada à criminalidade e, por tanto, precisa ser vigiada de perto.

Se como dito, as relações de gênero marcam as famílias contemporâneas, como a atuação feminina se daria para além desse espaço, quando elas partem de demandas do lar? Existiria uma dicotomia entre o público e o privado? Esses são os questionamentos norteadores da próxima seção.

## 1.2 MULHERES EM AÇÃO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

*A mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar (Michelle Perrot, 2007).*

As mulheres sem teto traçaram uma linha tênue entre a casa e a rua. Decolaram de demandas do âmbito doméstico para reivindicar espaços públicos. Nesta investigação é preciso acrescentar outro tópico que é a maternidade e a juventude, acarretando olhares distintos de uma mera descrição do processo de “feminização da pobreza” e de vulnerabilidades sobrepostas. O que nos leva a questionar se, ao longo do tempo, a atuação feminina sempre foi alicerçada no privado para se chegar ao público.

Durante muito tempo, a historiografia negligenciou a atuação feminina, mas não seria possível condená-la a um total ostracismo. “Ora, as mulheres perturbam a ordem com mais frequência” (PERROT, 2007, p. 26), mas também podem ser a “força da tradição”, encontrando lugar paradoxal nos processos históricos do Tempo Presente. Isso porque, o menor sinal de dissonância com os padrões falocráticos estabelecidos, seja no século XV ou no XXI, pode ser entendido como uma grande ameaça.

E se ora a mulher é vista com a Madalena ou a Eva, mãe de todo pecado; ora ela também é sacralizada na figura da virgem e, por muitas vezes, entendidas como vítimas, esquecendo de suas responsabilidades ao longo da História.

No decorrer do tempo e com as transformações sócio-culturais, as diferenças sexuais foram se tornando mais latentes, portanto tem raízes históricas, ao passo que Engels (2009, p. 85) considera que:

[...] a primeira oposição de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino,

E mais adiante acrescenta: “Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 2009, p. 95). São constituídas à medida que a sociedade se organiza e que o Estado e a propriedade privada se formam. Nesse caminho, as diferenças sociais entre mulheres e homens seriam construídas no plano da cultura e não da natureza. Ademais, as

relações familiares, sociais e políticas também trariam as contradições entre natureza e cultura no seu cerne.

Almeida (2003), analisando as diferenças entre os sexos, compreende que:

A separação conceitual entre sexo e gênero dá a entender que o segundo é a elaboração cultural do primeiro. A variação cultural (e histórica) dos papéis femininos e masculinos, bem como dos traços de personalidade-tipo tidos como normais para cada sexo em cada cultura trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade.

Portanto, o gênero seria mais do que os processos naturais do sexo ou da reprodução, não seriam reflexos do biológico, mas dos processos culturais e das relações sociais marcadas por diferenças e identidades. Em outras palavras, poderia ser consideradas como “elaboração de uma diferença biológica” (ALMEIDA, 2003, p. 15). Não estamos diante de uma nova classe, tão pouco, inauguramos grupos sociais; este é um tema que cruza categorias sem negar aspectos naturais e/ou culturais.

Para Saffioti (2004, p. 45), gênero seria a construção social do masculino e do feminino, indicando ainda que as relações são elaboradas e vividas no cotidiano e com base na categoria relacional. Não se trata de ignorar as diferenças biológicas entre homens e mulheres, contudo a percepção de que essas diferenças não podem legitimar as disparidades que assistimos ao longo dos séculos. E pensando no cotidiano das mães jovens do MSTB em Salvador, essas diferenças confirmam as tradições dos papéis e dos perfis: iniciação sexual, gravidez na adolescência (riscos e inseguranças), vulnerabilidades quando se analisam várias categorias, projeto de vida sonhado X projeto de vida acontecido e tomadas de decisão.

Investigando a origem do conceito de gênero, Pedro (2005) entende que este nasce de uma necessidade real, no seio do movimento feminista da década de 80:

Justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que o movimento feminista e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de sexo. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatava nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, por tanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Pensando e refletindo sobre a contribuição da historiografia sobre relações de gênero, também vale a pena recuperar a assertiva proposta pela historiadora francesa: “Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto” (PERROT, 2007, p. 146). Essa subordinação da mulher aos

espaços privados tornou a sua atuação pública desencorajada ou, quando existência, secundarizada. “A *dissimetria* do vocabulário ilustra esses desafios; homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher da rua, do *trottoir*, do bordel” (PERROT, 2007, p. 136).

Retratos de uma subjugação que pode ser sutil ou escancarada, mas que se incorporam no cotidiano. “Ser mulher na política, ou ainda ser uma “mulher política” parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela” (PERROT, 2007, p. 153).

Entre a História e a Sociologia várias são as abordagens da historiografia contemporânea que podem contribuir nessa construção. Para reforçar essa assertiva, e detendo-se ao contexto brasileiro, Saffioti (2004, p. 46) afirma que ainda “há distinções entre mulheres femininas e mulheres feministas “como se estas qualidades fossem mutuamente exclusivas”.

No entanto, como considera Barbosa (2008), a apropriação do poder por parte das mulheres permite que se modifiquem as estruturas que modelam as discriminações de gênero. Cada vez mais a participação e a integração feminina se fazem presentes e confirmam a urgência de uma agenda específica.

A participação feminina no âmbito público origina novas percepções dos papéis que cumprem as mulheres e que lhe permite maior autonomia com respeito a suas famílias. Este âmbito cultural se expressa na postergação da primeira união ou do nascimento do primeiro filho, em uma fecundidade mais baixa, nos conflitos que surgem nos casais de dupla carreira e na necessidade de equilibrar o trabalho doméstico e o trabalho remunerado (ARRIGADA, 2001, p. 29) (tradução livre nossa).<sup>4</sup>

O acesso e a atuação das mulheres no mercado de trabalho, também, estão distantes de serem equiparados à situação masculina (CAVALCANTI, 2005), agravando as distinções não só econômicas, mas sociais. Se para além da posição de gênero, classe social, raça/etnia forem levados em conta as diferenças são ainda mais alarmantes.

Em outra perspectiva, pode se avaliar que a situação feminina no mercado de trabalho possui múltiplas causas,

---

<sup>4</sup> La participación femenina en el ámbito público origina nuevas percepciones de los papeles que cumplen las mujeres y les permite una mayor autonomía con respecto a sus familias. Este cambio cultural se expresa en la postergación de la primera unión o del nacimiento Del primer hijo, en una fecundidad más baja, en los conflictos que surgen en las parejas de doble de carrera y en la necesidad de equilibrar El trabajo doméstico con el trabajo remunerado.

[...] mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitado ou constrangida, em maior ou menor escala, por várias delas: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana (BRUSCHINI, 1985, p. 3).

E, em seguida, completa:

A participação dos indivíduos do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura do emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. (BRUSCHINI, 1985, p. 3).

Tal assertiva aponta para uma análise na contra-mão da escolarização, uma vez que as mulheres tendem a ter maiores anos de escolaridade do que os homens, demonstrando que essa questão merece uma ótica mais cuidadosa. Ou reforçando essa mesma hipótese e como sugere Cavalcanti (2005, p. 89):

Para acrescentar dados sobre a relação educação e mulher é necessário partir da premissa que, durante muitos séculos, a escolarização feminina foi relegada à formação de mulheres compromissadas com as atividades domésticas e a organização familiar.

Isso agravaria o que a literatura vem caracterizando como “feminização da pobreza” (SEN, 2000), sentida especialmente nos domicílios chefiados por mulheres, onde estas acumulam funções que vão desde o cuidado com os filhos, afazeres domésticos e atividade laboral remunerada, reforçando a prática de múltiplas jornadas exercidas na vida cotidiana.

De certo, o fenômeno de ‘feminização da pobreza’ já ganha espaços sem fronteiras ao ser confirmado não só nas estatísticas das principais agências internacionais, como também no cotidiano, nas imagens de países com desenvolvimento humano baixo. Posto isso, pode-se afirmar que, no conjunto dos indivíduos que vivem com menos de um dólar por dia, a maioria é constituída de mulheres. Mas é fundamental que se frise sempre, em primeiro lugar, a questão da trajetória feminina da escola ao mundo do trabalho, pois é através deste mecanismo que se proporciona a autonomia necessária, sobretudo financeira, para a condição de mulher não seja mais motivo de vitimização, submissão ou invisibilidade (CAVALCANTI, 2005, p. 94).

Neste sentido, é possível confirmar que, ao abordarmos a atuação feminina no mercado de trabalho, a dupla jornada é uma constante e apresenta-se de maneira naturalizada e essencializada. Além do trabalho remunerado, as mulheres se deparam com afazeres domésticos e com os cuidados com os filhos. No que se refere especificamente às mulheres de movimentos sociais, podemos falar em uma tripla jornada, somada as atividades já referidas, encontrando-se a militância como mais uma atividade de suas práticas e de suas experiências diárias.



A maioria dessas mulheres, para poder participar dos movimentos sociais, desenvolveu táticas de serviço doméstico que permitem realizar as tarefas de casa e o cuidado com os filhos num tempo bem menor do que o costumeiro e que alteram a relação que mantinham com a domesticidade que, anteriormente, as ocupavam e absorviam durante todo o dia (CHAUÍ, 1993, p. 147).

Reforçaríamos que o tempo pode ter sido diminuído, mas não eximiu as mulheres dessas múltiplas jornadas.

Somada à condição de gênero estão as construções geracionais, que tornam a população objeto do nosso estudo ainda mais vulnerabilizada. Ao mesmo tempo, que há, atualmente, uma exaltação da cultura juvenil pelo que simboliza e pelas possibilidades que apresenta.

### 1.3 JOVENS REINVENTAM A HISTÓRIA

*A Juventude não é a infância (ROUSSEAU).*

Cresce, na contemporaneidade, a atenção voltada para as juventudes. Foco que ocorre de maneira dual, ora se explicitando pela exaltação do que é jovem, ora pela associação às juventudes como matizes de vitalidade, modernidade e o que há de belo. Além disso, também criminaliza-se, fazendo conexões com números do tráfico e consumo de drogas, violência e a ausência de planejamento para o futuro.

Abramo (1997) analisa a sociologia funcionalista que daria um enfoque a moral do indivíduo e da sociedade, atribuindo a essa visão uma estigmatização da juventude com um “problema social”. Há uma dificuldade de considerar os jovens como sujeitos, especialmente dando espaço e vez às suas próprias militâncias, identidades e agendas. Tal idéia pode indicar uma compreensão da juventude como sendo :

Um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis de adulto (ABRAMO, 1997, p. 28-29).

Tais problemas estariam plantados na tentativa de singularizar a juventude, não atentando para as diferenças:

Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não

apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens [em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo], mas também - e principalmente - as *diferenças sociais* que entre eles existem (PAIS, 1990, p. 140).

O primeiro desafio que surge ao se falar de juventude é a delimitação dos marcos de definição do que é ser jovem.

[...] entre as diversas possibilidades de interpretação teórica a respeito da juventude, há uma possibilidade mais recente que descarta parcialmente os marcos etários, dando centralidade à categoria sociológica e autoidentitária do jovem (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 31).

Ao mesmo tempo, a Presidência da República Federativa do Brasil, através da sua Secretaria Geral, responsável pela elaboração do ProJovem<sup>5</sup> utiliza a definição por faixa etária que se estenderia dos 15 aos 29 anos. Divididos em três grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos).

Esta marcação cronológica é um importante em virtude de que é, a partir desses conceitos, que se estabelece “o acesso individual a direitos e deveres político-jurídicos. Os indivíduos e sua ordem de nascimento são as unidades básicas de referência para a relação entre o Estado Moderno e os sujeitos sociais” (ALVES, 2004, p. 358). No cotidiano, esses marcos etários podem ser visualizados de maneira diferente para os grupos sociais.

Para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho - típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto - tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos (SPOSITO, 1999b, p.39).

Buscando traçar um diálogo entre a realidade europeia e brasileira, duas são as referências para este debate. Lipovetsky (1994, p.226) quando ressalta que “em muitos domínios, a mídia conseguiu substituir a Igreja, a escola, a família, os partidos, os sindicatos, como instâncias de socialização e de transmissão de saber”. Ou ainda, “os segmentos juvenis têm sido caracterizados, nas últimas décadas, pela extrema acentuação de seus traços individualistas, pela apatia política e pelo desinteresse nas relações com a esfera pública” (SPOSITO, 1999a, p.77). Longe de acreditar numa anulação das instituições supracitadas, ou de uma apatia, advogamos que os jovens têm buscado novas formas de associação e de expressões do coletivo.

---

<sup>5</sup> Conjunto de políticas específicas para a juventude, articulando iniciativas de vários ministérios

A juventude se tornou foco privilegiado dos movimentos sociais. Considerando-se as rápidas transformações nas condições de vida dos grupos humanos na fase contemporânea do capitalismo, a adrenalina juvenil é canalizada de forma construtiva para alguns e por outros de forma perigosa para a sociedade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 31).

Essas novas formas de atuação aparecem em resposta negação em confirmar/entrar em uma participação política tradicional. Nesse contexto, emergem aproximações artísticas e culturais como grupos de *hip hop*, grafite, trabalhos comunitários, produção de vídeos, rádios comunitárias, redes virtuais (SPOSITO, 1999a; CASTRO; ABRAMOVAY, 2010).

São os passeios de bicicleta, as caminhadas, os grupos de *skate* e de escalada em viadutos e pontes que negam o valor de troca predominante no espaço urbano e os ritmos da metrópole voltada para o circuito de reprodução do capital, afirmando a dimensão pública da cidade a partir do uso e da fruição.

Outra modalidade de experiência coletiva entre jovens que emerge com maior frequência tem sido um certo associativismo em torno de ações voluntárias, comunitárias ou de solidariedade, compreendendo temas diversos como o combate à exclusão, meio ambiente, qualidade de vida e saúde (informação sobre consumo de drogas, DST e AIDS) (SPOSITO, 1999a, p.80).

Dentre a historiografia contemporânea, Eric Hobsbawm trouxe assertivas acerca deste grupo: a juventude, para ele, já não se apresenta como algo novo, pois “os grupos de jovens, ainda não assentados na idade adulta estabelecida, são *locus* tradicionais da alegria, motim e desordem, como sabiam os reitores de universidades medievais, e as paixões revolucionárias são mais comuns aos dezoito anos que aos 35.” (HOBSBAWM, 1995, p. 294).

Castro e Abramovay (2005, p. 65) salientam que os jovens não são apenas uma população em estado de vulnerabilidade, mais do que isso, seria uma geração vulnerabilizada, em especial se são pobres, já que nesta condição “vulnerabilidades se reproduzem e se combinam, limitando também o estatuto de sujeitos de direitos e suas potencialidades para serem atores/atrizes do desenvolvimento.”

A juventude é frequentemente visualizada como a total ausência de perspectiva e de projeto de vida. Tal consideração é, no mínimo, perigosa, pois sempre há a possibilidade de interpretar de maneiras distantes as mensagens transmitidas.

Uma pessoa pode tornar-se menos vulnerável se for capaz de reinterpretar criticamente mensagens sociais que a colocam em situações de desvantagem ou desproteção, mas sua vulnerabilidade pode aumentar se a mesma não tem oportunidades de resignificar as mensagens emitidas no seu entorno (VILLELA; DORETO, 2006).

Acrescentando sobre essa assertiva, Castro e Abramovay vão mais além e trazem ao debate o conceito de vulnerabilidade positiva, atitudes que na adultocracia podem ser vistas de maneira negativa, mas que, remodelam o protagonismo juvenil.

Vulnerabilidades positivas também abrangem questões que comumente são associadas por adultos a negatividades, mas que podem potencializar mudanças civilizatórias e engajamentos positivos, fazer a diferença. É quando se traz para debate outro enfoque: a participação dos próprios jovens, por vetores que não se confundam com o clientelismo ou manipulação política, mas se equaciona com acessibilidade a distintos recursos, inclusive o de fazer e de mudar o fazer política.

O agito, a rebelião, é uma das possíveis vulnerabilidades positivas - formas de ser ou de buscar dos jovens, entendidas muitas vezes, pelos adultos com negativas, mas que colaboram para singularizar processos de afirmação (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 56).

É preciso avançar na compreensão das juventudes, entendendo que estas não se encontram isoladas. As gerações, como as classes sociais, não existem separadamente, mas em referência mútua, relacionando-se e em contraposição ou até oposição umas às outras. “Cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, mesmo contemporâneas, não têm as mesmas experiências e trajetórias de vida.” (MOTTA, 2004, p. 351).

Se o “mundo adulto” não proporciona a inserção dessa juventude e de alguma maneira (ou muitas) a marginaliza, é por meio do aprendizado entre pares, a fratria, que as/os jovens têm amplas formas de socialização, no entanto os valores podem ser resignificados de acordo com padrões próprios, como bem reflete o funk carioca “Não somos fora da lei, porque a lei quem faz é nós”. (Mc Orelha - Vermelho tipo Faixa de Gaza).

O problema da turma [de jovens] é que quando a sociedade não estabelece limites claros [ainda que inconscientes!] para o gozo, a turma adolescente pode transforma-se em gangue e os testes de liberdade amparados pela cumplicidade dos amigos podem descambar para a autorização aos atos de delinqüência. A ‘fratria’ ampara aqueles que estão saindo do mundinho protegido da família e ingressando no vasto mundo da cultura, das democracias; é a força de coesão, decisão e pressão dos irmãos que faz a democracia funcionar, e não a autoridade isolada do ‘pai’ ou do chefe político. Mas, por isso mesmo, desligada de referências coletivas, a fratria pode se acreditar no direito de ‘fazer a própria lei’ e ingressar na vida da criminalidade (KEHL, 2004 apud CASTRO; ABRAMOVAY, 2005).

Essa identificação por pares forja um sentimento de pertencer a um grupo “que dão vazão às mais variadas formas de expressão de pertencimento grupal, atingindo modificações inusitadas até do próprio corpo. (MOTA, 2004, p. 352). Para muitos, a escola é este espaço de

socialização, contudo, a vida escolar é, basicamente, vista sob duas óticas. A primeira se refere ao tempo de ser jovem como momento de formação e capacitação para o mercado de trabalho e, portanto, há um prolongamento da juventude tolerado pela sociedade. E a segunda, que exalta as repetências e a evasão escolar, que são atenuadas pelo abismo entre a escola e o jovem (CAMACHO, 2004).

A difícil inserção do jovem no mercado de trabalho é outro complicador para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999). Num momento de crise e rupturas sociais, pode-se observar que:

A sociedade atual tem encontrado dificuldades para proporcionar um trânsito linear, simétrico e ordenado da juventude pelo circuito família-escola-trabalho/emprego no mundo adulto. Essas dificuldades provocam a relativização da cultura do emprego e do salário que culmina na transformação, na prática, em novos itinerários de transição caracterizados por trajetórias muito mais prolongadas, indeterminadas e descontínuas tanto para os jovens como para os adultos (CAMACHO, 2004, p.331).

Esse não acesso ao trabalho seria fator agravante de um prolongamento da dependência e modelaria as formas de relação interpessoal.

As dificuldades de acesso a um emprego refletem-se nas dificuldades de acesso à habitação. Alguns jovens recém-casados vêem-se forçados a coabitar com os pais, o que pode também constituir fonte de ‘problemas’, para já não falar dos que retardam a idade de casamento e continuam a viver com os pais, por dificuldades de obtenção de emprego e casa própria.

Por outro lado, a ‘cultura juvenil’ requer um espaço social próprio. As carências e dificuldades nos domínios da habitação, do emprego e da vida afectivo-sexual podem converter-se numa fonte aguda de conflitos e problemas. A emancipação dos jovens, que tradicionalmente tem culminado com a constituição de um ‘lar’ próprio, habitualmente precedida pela obtenção de emprego, encontra-se, nesta perspectiva, cada vez mais bloqueada. No caso de os jovens prolongarem os laços de dependência familiar, cultivando, ao mesmo tempo, um universo cultural distinto do da família de origem, essa convivência, forçadamente prolongada, pode traduzir-se por conflitos familiares de alguma intensidade. Aliás, as dificuldades de constituição de um «lar», em idades socialmente consideradas como as mais apropriadas, faz que alguns jovens rejeitem - em alguns casos, não sem a contrariedade da família - o modelo tradicional de casamento e optem por relações pré-matrimoniais ou «uniões livres», ou, ainda, adiram ao aborto, às relações precárias, ao divórcio e às chamadas variantes da vida sexual (PAIS, 1990, p. 142).

Temáticas como a da juventude alertam para o cruzamento de diversas categorias que precisam ser analisadas. Sejam na exaltação ou tomada como “problema social”, as concepções estão de acordo com determinados tempos e espaços. Nesse sentido, qual a influência de uma gestação na trajetória juvenil?

#### 1.4 MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: REVISITANDO O FENÔMENO

*Entre a impermanência de sua idade e a permanência de seu sexo* (Hobsbawm, 1995, p. 294).

Os números de gestações na faixa dos 15 aos 19 anos têm crescido em detrimento da tradicional faixa de fecundidade que situava entre os 20 e 24 anos. É pertinente destacar que tais índices são maiores a depender da classe social e da escolaridade. Não diferente, a gravidez na adolescência não é um fenômeno desconhecido no universo do MSTB. Sobre esse prisma, vale discorrer sobre os sentidos de adolescência e de maternidade para a sociedade contemporânea.

A adolescência é pensada e vivida de diferentes maneiras a depender do grupo social e do gênero, além do território que se ocupa. Portanto, seria, no mínimo complicado a colocação no singular, mas adequado seria falar de adolescências. Campos (1981) localiza o período da adolescência entre 12 e 18 anos, embora a idade possa variar, pois depende das características de personalidade e experiência de vida de cada um. Segundo Muuss (1996, p. 14), a palavra adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, significando crescer ou “crescer até a maturidade”. A adolescência é o período de transição da dependência infantil para a auto-suficiência adulta, ou como aponta Levisky (1998), é a transição do estado infantil para o estado adulto.

Dentre tantas definições optaremos pela da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), também adotada pelo IBGE, que classifica a gravidez na adolescência como aquela que ocorre entre os dez e os dezenove anos. O Brasil, no Programa Saúde do Adolescente do Ministério Público, também, adota essa definição, diferindo do preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>6</sup> (ECA) que delimita entre os doze a dezoito anos. Mesmo levando-se em consideração as limitações que essa definição produz, de certo, as implicações para adolescentes de dez anos não são as mesmas que para as de dezenove anos.

Para além de um grupo populacional específico, os adolescentes são sujeitos com expressões identitárias diversas, com possibilidades distintas de inclusão social, que se definem a partir de elementos biológicos, culturais

---

<sup>6</sup> Brasil. Lei 8.069 em 1990. No governo do Presidente Fernando Collor de Melo. Conjunto de leis que prevê proteção integral a crianças e adolescentes.

ideológicos e políticos, configuradores de espaços e práticas sociais próprias, a depender de diferenças de classe social, gênero, posição na família, localidade geográfica (BASTOS; ALCÂNTARA; FERREIRA-SANTOS, 2002, p. 576).

Consideramos maternidade na adolescência como aquela que ocorre no período entre dez a dezenove anos da vida da mulher. Vale salientar que a gravidez não faz da mulher mãe. A maternidade envolve outros aspectos.

A maternidade é compreendida como o processo que engloba gestação, parto, puerpério e criação do(a)s filho(a)s. Neste sentido, o exercício da maternidade requer reajustes importantes da mulher, que decorrem tanto das alterações do corpo como das conseqüentes mudanças de papéis desempenhados no meio sócio-familiar (SILVA; SALOMÃO, 2003, p. 136).

Ao se investigar gravidez na adolescência, observa-se que algumas opiniões estão cristalizadas no imaginário coletivo, de imediato associa-se ao abandono escolar, agravamento da pobreza, incapacidade física e psíquica de exercer a maternidade. Para Sabroza et al. (2004), a gravidez nesse período impõe uma responsabilidade precoce, somado a instabilidade das relações conjugais e um ambiente familiar pouco acolhedor em reposta ao anúncio da gestação resulta em repercussões emocionais negativas.

Tal posicionamento influencia a propagação de visões negativas sobre uma gravidez nesse período. Alerta-se para os efeitos sobre a vida da mãe: 1) a impossibilidade de concluir os estudos; 2) inserção precária no mercado de trabalho; 3) separações conjugais (ESTEVES; MEDRADO, 2005); 4) Marginalidade; 5) Incapacidade psíquica (DIAS; AQUINO, 2006). E sobre a vida do bebê: 1) Doenças; 2) baixo rendimento escolar (ESTEVES; MEDRADO, 2005)

Concepções como estas são marcadas pela freqüente vinculação de que a adolescência em si já seria um problema. E uma tendência em comparar mães adolescentes e mães adultas (FIGUEIREDO, 2000, LEVANDOWSKI, PICCININI e LOPES, 2008; ESTEVES e MEDRADO, 2005, SOARES e JONGENELEN, 1998). Em verdade, um salto na análise do fenômeno seria uma perspectiva sociológica que evite a caracterizá-lo como risco (ESTEVES; MEDRADO, 2005; DIAS; AQUINO, 2006; SANTOS; SCHOR, 2003; GONTIJO; MEDEIROS, 2008; SILVA; SALOMÃO, 2003). Levandowski, Piccini e Lopes (2008) alertam para a necessidade de evitar visões simplistas e como exemplo citam que o abandono aos estudos não pode ser percebido apenas como resultado da gravidez precoce e sim no cruzamento de diversos fatores sociais.

Porém, vertente como esta negligenciam que para algumas jovens a gravidez na adolescência pode significar uma alternativa de vida. E, portanto, ignora-se a autonomia e determinação dos adolescentes até porque a opção pela interrupção da gravidez existe. Sendo assim, “talvez a gravidez não seja um problema, e sim uma solução, um meio de aquisição de identidade e função social” (VILLELA; DORETO, 2006). Dessa forma, alertar-se para autonomia e responsabilidades, tão incentivada, dos adolescentes. Esses devem ser entendidos como sujeitos de direitos (CASTRO; RIBEIRO; BUSSON, 2010).

Trata-se de que a maneira como a gravidez na adolescência é percebida é distinta e variante de acordo com o extrato da população. Na categoria de classes, as perspectivas de juventude, gênero e sexualidade são visualizadas de formas próprias.

Para Villela e Doreto (2006), a exercício da sexualidade assume sentidos distintos para cada pessoa “que, talvez só tenha em comum o fato de terem nascido num mesmo período de tempo”. A sexualidade precisa ser vista como ação humana e como portador de uma produção sociocultural (VALE, 2008).

Nesse prisma cultural, para a juventude, o despertar da sexualidade pode ser visto como a aquisição de autonomia, aceitação entre os pares e inserção no mundo adulto. “A sexualidade é uma das dimensões básicas nas constituições de caminhos identitários, representada para os jovens como espaço de construção de autonomia, de separação da casa, da família” (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 56).

Não estamos diante de um fenômeno novo. Se durante muito tempo a faixa de 15 a 19 anos era considerada como o momento propício para uma gestação; hoje, influenciado pelo fenômeno de prolongamento da juventude que oferece aos jovens oportunidades de ampliação dos estudos, recebe o estigma de precoce. Mas como apontado por Heilborn et al. (2002), a visibilidade dá-se em função que a fecundidade na adolescência está na contramão da demografia populacional que registra queda no número de nascimentos.

No entanto, essas novas oportunidades que o prolongamento da juventude proporciona é mais sentido nos extratos médios da população. Já para as classes com menos renda, a realidade é outra. Esses têm suas trajetórias escolares marcadas por evasões, por motivos que divergem de acordo com o gênero. Para o masculino, marcado pela necessidade de inserção no mercado de trabalho e que garanta uma renda própria. E, para o feminino, as obrigações



com as atividades domésticas, cuidado com os irmãos menores e subempregos, conforme revelado pela realidade das “mães da resistência”.

Desde novinha, desde os meus treze anos eu tomava conta de criança, então pra mim não pra mim não foi um bicho de sete cabeças, eu sabia fazer alguma coisa (Esmeralda).

Para Pantoja (2003), os meios de comunicação têm contribuído para a visibilidade do fenômeno, entretanto com um discurso alarmista. Ignora-se que a gravidez na adolescência possa representar um sonho concretizado e um projeto de vida, conforme elucidado anteriormente e referendado por estudos da Sociologia. Em seu estudo, a autora analisa que o chá de bebê teria um caráter social e seria elucidante de como a gravidez pode ser visualizada de maneira positiva.

Socialmente, a gravidez representa realização, saúde e maturidade para a mulher e, nos ambientes nos quais há poucas possibilidades de atingir este reconhecimento por outras vias, a maternidade pode ser uma saída para as adolescentes. Constata-se, então, que muito freqüentemente a percepção de falta de alternativas educacionais, profissionais e afetivas desejáveis seria um fator motivador para a maternidade. Isso poderia explicar, pelo menos em parte, a maior aceitação da gravidez adolescente nas classes populares (LEVANDOWSKI; PICCININI; LOPES, 2008, p. 257).

Em suma:

O tema da gravidez na adolescência é bastante explorado e muitos estudos sugerem que esta é geralmente não desejada, não planejada, produto da falta de informação e de um contexto de desvantagem socioeconômica. Menos freqüente, o estudo da maternidade na adolescência se dá prioritariamente através de um enfoque qualitativo e os resultados sugerem que o significado da gravidez e da maternidade pode não ser único ou definitivo e tem aspectos positivos e negativos para a adolescente (SANTOS; SCHOR, 2003, p. 16).

A sexualidade é exercida de modos opostos. No geral, o adolescente do sexo masculino tem exercício da sexualidade estimulado, o que não ocorre com a adolescente do sexo feminino. Portanto, ao contrário do estigma de uma sexualidade juvenil aleatória, estudos mostram que a gravidez na adolescência tende a ocorrer em relações de namoro e não no ato de “ficar”<sup>7</sup> como poderia presumir-se (BORGES; SCHOR, 2005).

---

<sup>7</sup> O “ficar” seria uma relação sem maiores compromissos, como fidelidade, e pode ser entendido como um passo que antecede o namoro ou outra forma de compromisso. Ou ainda, prática cujos sentidos se estruturam em torno do não compromisso, da eventualidade e da atração física, apresentando-se como um novo tipo de relacionamento cujos limites são demarcados pela virgindade e pela disponibilidade feminina. (LIMA et al. 2004, p. 73).

Nos estudos sobre a maternidade na adolescência, a perspectiva do materno é privilegiada e sendo objetos de inúmeros estudos (HEILBORN et al., 2002; ESTEVES; MENANDRO, 2005). É preciso atentar que o fato tem dois protagonistas e “que excluímos e isentamos de responsabilidade os rapazes e os homens, acentuamos as desigualdades entre os sexos, restringimos as hipóteses de sucesso das estratégias de prevenção” (MARQUES, 2007, p. 14). As crianças são filhos das mães, independentemente dos cuidados femininos e das múltiplas vulnerabilidades vividas.

- O pai nunca fez nada (Turmalina).

Em geral, os parceiros costumam ser mais velhos do que as adolescentes, o que chama atenção para diferenciação do engravidar alguém na adolescência, do engravidar alguém adolescente. “As gravidezes das adolescentes não resultam, necessariamente, de relações sexuais com adolescentes ou indivíduos de idades aproximadas” (MARQUES, 2002, p. 22).

Para Chalem et al. (2007), nas classes populares, há “uma pressão para que o casal formalize uma união e passe a conviver sob o mesmo teto”. Sendo assim, a gravidez pode resultar numa coabitação e mesmo que isso não ocorra não significa que é o fim do namoro.

As reações da família diante da adolescente grávida tendem a ser contraditórias, sendo comum a sobreposição dos sentimentos de revolta, abandono e aceitação do ‘inevitável’. No início, a rejeição à gravidez e o constrangimento podem levar a família a tomar atitudes radicais, tais como, expulsar a adolescente de casa, induzir ou forçar o aborto e impor responsabilidades, exigindo o casamento ou a união estável e a assunção da maternidade. Porém, pode ocorrer uma negociação em torno de quem vai assumir a criança/gravidez, essa pessoa pode ser o próprio pai ou mãe da criança, seus avós maternos ou qualquer outro parente que se responsabilize pela mesma. As adolescentes, também, podem morar com seus companheiros em cômodos anexos aos da família de um deles, mantendo vínculos justapostos de filhos e pais (LIMA et al., 2004, p. 73).

Há de se questionar o papel da informação e da prevenção, uma vez que essa geração nasce sob um significativo número de pessoas portadoras do vírus HIV, sendo que já se torna difícil apontar um grupo de risco, já que a síndrome se espalha alarmantemente entre os gêneros e gerações. Neste tocante, observa-se que quanto mais precoce a iniciação e menor a escolaridade, maiores são as chances de não uso de métodos contraceptivos (CABRAL, 2003).

---

O uso de contraceptivos não está ligado a diretamente ao conhecimento dos adolescentes, este teria outros determinantes, apontando para uma má informação, somada ao que denomina por crenças errôneas e ao papel da família (ALMEIDA, 2003).

Além do remédio que eu usava, conhecia a injeção, mas eu não tomava a injeção. Fiquei sabendo desses métodos pela minha mãe. Ela sempre falava pra eu tomar remédio, e eu tomava de vez em quando (Perola).

Mais uma vez nos deparamos com as construções de gênero. Da mulher se espera uma atitude de passividade. “A primeira experiência sexual tende a se dar de forma desprotegida em razão da persistência dessas definições de papéis de gênero, na qual espera-se de uma mulher um comportamento passivo e do homem um comportamento ativo” (PATONJA, 2003, p. 339).

Mas, se a mulher saiu da dita passividade e ela integra um movimento contestatório, essa autonomia se daria para além do domínio do seu próprio corpo? Diferenças são sensíveis a mulher que participa de um movimento social? Participar de um movimento social deslumbraria um outro horizonte? Cabe discutir o conceito de movimentos sociais e suas possibilidades e limites na atual conjuntura.

## 1.5 MAS AFINAL, O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?

*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras;  
o que importa é modificá-lo (MARX, 1845).*

Em “A Era dos Extremos” (2004), Eric Hobsbawm proclamará que o indivíduo triunfará sobre a sociedade. Muito embora, na contemporaneidade, haja uma exaltação da individualidade em detrimento do coletivo, as organizações e as ações coletivas não desapareceram; ao contrário, ganharam novos matizes e formas de ação, pautadas nas práxis de urgência.

Cerroni (1982) afirma que data da primeira fase burguesa capitalista a tendência de considerar atentado à liberdade qualquer forma de associativismo, uma vez que a individualidade é exaltada.

Numa sociedade em que já está estabelecido o princípio de que a separação individualista é o norte e o horizonte definido e conclusivo de nossa liberdade, qualquer fenômeno de associativismo é considerado como um inimigo (CERRONI, 1982, p. 18).

Ao longo da História, os movimentos sociais sempre existiram, o que mudam são suas ações, bem como as agendas. Seguindo esse prisma, conceituamos movimentos sociais como:

Ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta [mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.], até as pressões indiretas (GOHN, 2007, p. 13).

Em relação às práticas, podemos distinguir os movimentos sociais em dois grupos: os conservadores, que não almejaria uma emancipação social, baseados em identidades sectárias, fundamentados em idéias xenófobas, nacionalistas e de fanatismos étnicos ou religiosos; e os movimentos progressistas, estes teriam em vista ações coletivas, que estimulassem o empoderamento<sup>8</sup> dos sujeitos sociais que atuariam em redes, as quais definem com elementos da sociedade da era da informatização e da globalização (GOHN, 2007).

No Brasil, e não diferente em outros países da América Latina<sup>9</sup>, a década de 70 e meados de 80 foram marcados por regimes ditatoriais<sup>10</sup>. No caso brasileiro, um regime militar.<sup>11</sup> Neste período, surgem uma série de movimentos contrários aos regimes militares.

---

<sup>8</sup> Na compreensão de dar poder aos sujeitos, na medida em que sua autonomia é incentivada. Em detrimento das noções de assistencialismo.

<sup>9</sup> Além do Brasil, viveram ditaduras, neste período, o Chile, República Dominicana, Haiti, Argentina, Paraguai, Bolívia, México, Peru, Equador, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Uruguai. Perry Anderson ressalta que só a América Latina, em todo o mundo, tem uma história, há mais de um século, com atos revolucionários e lutas políticas. Onde haveria coalizões com governos e movimentos sociais tipicamente radicais.

<sup>10</sup> Por Ditadura entendemos, “[...] um regime político no qual o governo encontra-se monopolizado por uma só pessoa (ou por um grupo de pessoas - como no caso das juntas militares) que efetivamente detém o poder, sem restrições de nenhuma espécie.” Na atualidade, marcada por um enorme debate sobre Direitos Humanos, acrescenta-se “[...] qualquer regime político que não respeite os chamados direitos do homem. Direitos eminentemente burgueses” (SPIDEL, 1992). Conceito importado da História Política, que tem origem no Império Romano, mas ao longo do tempo assume feições diferentes. No Brasil, assume um caráter autoritário, uma vez que há uma aparência democrática, há difusão da idéia de seguridade social e as mobilizações sociais são reprimidas.

<sup>11</sup> Após o Golpe Militar de 1964, o Brasil viveu durante 21 anos um período marcado por grande repressão, censura, torturas, sequestros, desaparecimentos, exílios, no qual militares ou juntas militares controlavam o poder. No entanto com largo apoio das classes médias e altas da sociedade. As liberdades pessoais foram cercadas em nome do combate ao Comunismo, de um crescimento econômico que jamais alcançou as classes mais pobres. Deve fim com a eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República (GASPARI, 2002).

Muitos deles usavam a Igreja Católica como “guarda-chuva” para suas atuações e, portanto, traziam bases cristãs e inspiravam-se Teologia da Libertação<sup>12</sup>.

Com a abertura democrática e a extinção do inimigo comum, nos fins da década de 80 e se perpetuando pelos anos 90, as formas tradicionais de manifestações dos movimentos sociais entram em declínio: a rua deixa de ser espaço privilegiado e palco das reivindicações, passando a ocupar outros terrenos. Não há rivais para o ideal democrático (ESPIÑEIRA; BRINGEL, 2008).

Em verdade, Boron (2004 p. 146) avalia com pessimismo, à medida que “a rua e a praça, privadas de seu dinamismo, são apenas nostálgicas lembranças do passado”. Válido salientar que a Constituição Federal<sup>13</sup> de 1988 é resultado da atuação dos movimentos sociais das décadas de 1970/1980.

As mobilizações se tornam mais pontuais e por tal formato os indivíduos não têm obrigações permanentes com as organizações. Não há necessidade de laços anteriores de pertencimento, o que não seria empecilho para o associativismo, que por vezes se caracteriza como mais estratégicos.

Emerge a Participação Cidadã, que se refere ao direito à vida como um todo, baseado em valores universais e impessoais. Nesse contexto, a diversidade cultural é reconhecida e almejada na busca por igualdade. Já não se fala apenas em direitos, mas também deveres, os quais requerem uma sociedade civil organizada que atue em parceria. Fala-se em uma cidadania planetária e os Movimentos Sociais acompanham essa tendência e são cada vez mais heterogêneos, atuando de maneira mais próxima a institucionalização. A idéia de institucionalismo pode negar sua autonomia passo que caminha por defini-los como “‘afirmação positiva’ de suas atividades transparentes centradas na ‘ação coletiva’” (DIAS, 2007, p. 93).

Não se pode ignorar que essa busca por uma institucionalização é incentivada pela repressão e a política de coerção aplicada aos movimentos sociais em muitos marginalizados não apenas pelos aparelhos do Estado, mas por uma significativa parcela da população que comunga valores da grande mídia.

A criminalização do protesto social, em que as figuras do pobre, do desempregado, do sem-teto ou do indocumentado e dos condenados pelo sistema em geral são satanizados e convertidos em figuras sinistras e desumanas (BORON, 2004 p. 146).

---

<sup>12</sup> Teoria surgida nas décadas de 1960-1970, em correntes mais progressistas da Igreja Católica, que defendia os direitos humanos, violados pelo Regime Militar, se diferenciando das teorias tradicionais que pregavam a manutenção da ordem (BORDIN, 1999).

<sup>13</sup> Conhecida como Constituição Cidadã. É promulgada em 1988. Após 21 anos de regime militar

Essa seria a forma que esses membros encontram e que possibilitam fazer parte dos espaços públicos, já que “democracias são cada vez menos democráticas” (BORON, 2004 p. 146) e passam a ocupar cargos administrativos nos aparelhos públicos e, para além das políticas públicas, passaram a reivindicar espaços na formulação destas. E o Estado chama esses atores ao perceber que estes aumentam o prestígio e dão legitimidade os governos (MACHADO, 2007).

Amplia-se o leque de demandas e de temáticas, busca-se políticas nas agendas públicas, agora mais focadas no campo do Direito, se comparado aos movimentos do período militar, que visavam superação do Regime. Entretanto, há um constante diálogo e redes são constituídas. Por muitas vezes, os sujeitos carregam mais de uma bandeira.

Os “novos movimentos sociais” estão firmados numa política de identidade, que reivindica a afirmação cultural de grupos oprimidos ou marginalizados (WOODWARD, 2000). E, sendo assim, põem em pauta necessidades específicas. Ao celebrar, a singularidade extrapolam-se os pertencimentos de classes, sugerindo outras divisões sociais, agora baseadas em raça/etnia, gênero ou necessidades físicas. Constroem representações simbólicas de pertencimento social e, desta maneira criam idéias de coletivismo.

As redes articulam diferentes sujeitos com múltiplas demandas e bandeiras, atentando que há uma diversidade, apesar destas poderem focar plataformas mais amplas e plurais. Os diálogos, em especial pela inserção de novos meios de comunicação, ultrapassam o limite territorial e ganham dimensões mundiais.

Os novos movimentos sociais surgem reivindicando novas pautas, em áreas de direitos humanos, étnico-raciais, religiosas, de gênero, meio ambiente, movimentos culturais. Saíram do antagonismo de classe e da centralidade do conflito entre capital e trabalho. As questões, agora, ultrapassam os interesses classistas e entram na demanda das identidades.

Contudo, não se pode ignorar que as demandas materiais ocupam um lugar de destaque e assumem representação simbólica das exclusões. E destas, são as populações de menor renda as mais acometidas. Mas, a carência em si só não produziria um movimento social, sendo necessária uma identificação coletiva não só do problema-demanda, mas do conflito, dos adversários e, portanto, das expectativas e dos projetos.

Portanto, quando as necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carência de determinados grupos e, conseqüentemente, eles constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de um movimento social específico, como é freqüentemente designado (SHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Segundo Gohn (2007), entre os movimentos populares urbanos, é a luta por moradia que ocupa centralidade, em função da sua organização, pontes têm sido feitas com sindicato, instituições religiosas, partidos políticos e Organizações não-governamentais (ONGs)<sup>14</sup>. É preciso destacar que esses movimentos não são homogêneos, podem atuar de maneira diferente, buscando a institucionalização; por assessoria das ONGs; seguindo modelos de movimentos rurais ou ainda personificados nas figuras dos moradores de rua.

Miranda (2008) aponta um refluxo desses novos movimentos, uma vez que considerando que os novos Movimentos Sociais não buscam a superação do modelo capitalista e sim, dentro desse sistema, garantias de direitos.

Os movimentos sociais se situam no tempo e no espaço, são frutos da sociedade capitalista e estão presentes onde as políticas públicas não alcançaram ou mesmo deram conta. A oposição de classe não foi superada, e cada vez mais a política é uma política de classes (MAAR, 2004). Não há na contemporaneidade uma crítica global a sociedade capitalista, ao contrário assistimos críticas pontuais que não abarca o todo, ainda menos a esfera de reprodução do capital.

Mas não se trata de anunciar a inexistência de uma consciência de classe<sup>15</sup>, reforçado pelo argumento marxista que uma classe só existe como tal no momento histórico que adquire consciência de si própria. E mesmo as classes subalternas não são homogêneas. Comungamos com o historiador Eric Hobsbawm quando, em “Mundos do Trabalho” (2005), proclama que a política foi reduzida as manifestações públicas. As classes dirigentes se despersonificam e cada vez mais difícil identificá-los.

---

<sup>14</sup> Ganham foco na década de 90 do século XX. Inicialmente, o termo esteve ligado a ONU e caracterizava as entidades que tinha uma presença significativa em alguns países, mas não representavam governos. Mais tarde surgiram ONGs sem caráter filantrópico ou caritativo, que atuam no campo da cultura política, dos valores e da juridização, ou ainda com campanhas educativas, e desenvolvimento auto-sustentável. (GOHN, 2008)

<sup>15</sup> Para Marx e Engels, toda história da humanidade é marcada pela luta de classes, mais especificamente, pelo antagonismo entre burguesia e proletariado. “Por burguesia, entendemos a classes dos capitalistas modernos, proprietários do s meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver” (ENGELS, 2009, p. 23).

## 2 MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA: TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO

*\_Aonde moras SEM TETO?*

*\_Ocupo o planeta*

*Para revolucionar O mundo.*

(Nelson Santana)

Num mundo em mudanças, com intensas crises e novas configurações sociais, culturais e familiares, a afirmação de Boaventura de Sousa Santos (2002) sugere a ótica adotada dentro das Ciências Sociais e Humanas: as experiências sociais são múltiplas e são esses “movimentos” que fazem crer que há alternativas e não estamos diante do fim da história, como muitos já proclamavam. Mesmo que a luta por moradia esteja inserida no rol dos novos movimentos sociais - conforme mencionado no capítulo anterior -, a habitação é ponto de reivindicação antigo e aparece como uma permanência histórica na Contemporaneidade, sobretudo, revelando desigualdades, contrastes e paradoxos. Ainda que não organizados em forma de movimentos sociais, esses atores compõem o cenário urbano de contestação.

Compreendendo que um fenômeno tem raízes históricas, partimos em busca das primeiras ocupações no Estado baiano, no momento em que a Bahia começa a se urbanizar, graças sua entrada tardia no pólo industrial brasileiro. Esse é o nosso ponto de partida para entender a fundação do MSTB em 2003. Os Sem Teto são a “ponta do iceberg” de anos de déficit habitacional qualitativo e de especulação imobiliária. Percorreremos sua trajetória, discutiremos sua organização, dando destaque a atuação feminina no corpo do movimento e, por fim, ao processo que resultou na divisão do Movimento.

Ademais, não nos referimos a um movimento típico de mulheres, não narraremos as demandas do movimento feminista, nem tão pouco discutiremos os movimentos de mães. Nossas atrizes sociais se localizam em um movimento que não traz as questões de gênero como elemento primordial, no entanto, elas que somam quase 70% dos membros do MSTB e dão ao movimento características muito próprias em sua organização. Sem que para isso componha, necessariamente, a maioria nos cargos de coordenação, revelando inclusive certa desigualdade.



## 2.1 MOCAMBOS, CASEBRES, CORTIÇOS: HISTÓRICO DE OCUPAÇÕES EM SALVADOR

O marco de fundação do Movimento dos Sem Teto de Salvador é uma ocupação no bairro de Mussurunga, localizado na cidade do Salvador, para sediar uma associação comunitária. Essa movimentação resulta de uma assembléia que delibera, em 20 de julho de 2003, o surgimento do Movimento. Contudo, é válido salientar que as ocupações no Estado da Bahia são anteriores ao século XXI e o MSTS não foi o único, tão pouco o primeiro, movimento soteropolitano que reivindica questões de moradia.

Entre as décadas de 1940-1950, a Bahia vivenciará uma crise no setor açucareiro. Até então o setor agrário ocupava o foco da economia baiana, esse acontecimento deslocará um grande contingente do campo para as zonas urbanas em busca de ofertas de trabalho. Data do mesmo período, a inserção da Bahia no Pólo industrial nacional, esta é resultado de anos de reivindicações por parte dos dirigentes locais. É essa entrada tardia no capitalismo industrial que impulsiona o processo de urbanização. Os salários extravagantes, para os padrões da época, pagos pela Petrobrás elevaram os preços dos terrenos rurais e urbanos. A elevação dos preços do solo e dos salários retrai a produção do açúcar.

Segundo Brandão (1985), a exploração do petróleo é o “golpe de misericórdia” na produção açucareira. Presenciaremos um grande crescimento nas invasões em diversas áreas. A instalação da Refinaria Ladulfo Alves, em 1956, trará a Região Metropolitana grande fluxo migratório, que engrossará o contingente de trabalhadores, este vindo do setor agrário, em decorrência da decadência do ciclo da cana-de-açúcar

O desmoramento da lavoura açucareira colocava a Bahia em desvantagem em relação ao Sudoeste do país, nem o cacau, segundo produto nacional em exportação, e com preços superiores ao café, conseguia nivelar a economia baiana, o que ficou conhecido no período como o “enigma baiano”, intelectuais como Thales de Azevedo, Braz Amaral, se esforçavam para desvendar e, desta maneira, superar o porquê da não industrialização da Bahia, a incapacidade de acompanhar os efeitos do pós-guerra sobre as exportações (BRANDÃO,1985; ALBAN, 2006).

Historicamente, a propriedade do solo na cidade do Salvador esteve concentrada em poucas mãos. Portanto, a habitação popular não acompanha o mesmo ritmo de crescimento econômico, criando descompassos e problemas sociais intensos. Aumenta a demanda e, em contrapartida, não há medidas que solucionem os problemas da habitação popular, em outras palavras a Região Metropolitana não se prepara para receber esse novo contingente. Este acréscimo na demanda elevará os preços dos aluguéis. É neste período que surgem os primeiros edifícios de apartamento, formas de habitações coletivas.

Estima-se que na passagem de 1940 para 1950 houve um acréscimo na população soteropolitana de 44%. O crescimento populacional na cidade pode ser sentido nas décadas que seguem. O quadro abaixo demonstra o crescimento populacional na Cidade de Salvador, de meados do século XVI até 2009.

Ano	População
1549	1.000
1620	21.000
1872	129.109
1890	174.412
1900	205.813
1920	283.422
1940	290.443
1950	417.235
1960	655.735
1970	1.007.195
1980	1.506.860
1991	2.075.273
1996	2.211.539
2000	2.440.886
2001	2.443.107
2005	2.673.560
2006	2.714.018
2007	2.892.625
2008	2.948.733
2009	2.998.056

Quadro 1 - População da Cidade de Salvador, 1549 - 2009  
 Fonte: IBGE (<http://www.ibge.gov.br/>)

Em consoante, discussões higienistas<sup>16</sup> ganham destaques e as moradias populares, antes localizadas no centro da cidade passam a serem combatidas, com políticas sanitárias e

---

<sup>16</sup> Podemos encontrar tais medidas, na história brasileira desde o Império (1822-1889). Relatos da época indicam que a Cidade Baixa, habitada pela população pobre, era fedida, convivia-se com ratos, cachorros, pássaros engaiolados. As ruas eram estreitas, mal pavimentadas, os detritos eram lançados nas ruas, os cortiços eram insalubres. O que aumentava os índices de doenças, confrontando com as pretensões de uma sociedade higiênica, moderna e civilizada (SANTOS, 2002).

de embelezamento<sup>17</sup> que são impulsionadas por idéias de desenvolvimento. A crise habitacional estimula as ocupações informais. (GORDILHO-SOUZA, 2001). São as alternativas de fuga dos aluguéis, aumenta o número de favelas à medida que relega a população pobre a ocupação de áreas periféricas<sup>18</sup>, nas quais as construções se proliferam sem qualquer controle ou normatização pública. O que não deixa de gerar lucros, uma vez que as regiões periféricas são as menos cobiçadas pelo mercado imobiliário.

Já em 1946, temos registros de ocupações espontâneas em Salvador, a maior parte dos terrenos ocupados era de domínio público (CLOUX, 2008). Observamos que, nesse período, as “invasões” eram motivadas pela moradia, sem que houvesse reivindicações para a construção de casa pelo Estado. É legítimo afirmar que as ocupações soteropolitanas são em muito impulsionada pela migração campo-cidade. Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. “O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora.” (HOBSBAWM, 1995, p. 288).

Santos (2002) revela que essas famílias pobres, oriundas do campo, ocupam as regiões da Liberdade e Caminho de Areia, mais tarde migram para a Península de Itapagipe, surgindo os Novos Alagados, já na década de 50, Alagados representa 8% da população de Salvador. Posteriormente, muitas dessas ocupações darão origem aos “chamados” bairros populares, sendo válido salientar que estas não ocorriam sem que houvesse uma forte repressão por parte da força policial. Souza afirma, por exemplo, que foi na década de 40 que ocorreu uma expansão de moradias populares na região do Subúrbio Ferroviário.

Entretanto, há de se distinguir “invasão” e favela<sup>19</sup>, mesmo que estes pareçam conceito muitos próximos. A primeira distinção é regional, essas nomenclaturas diferenciam as

---

<sup>17</sup> Entre elas podemos citar: O destino do lixo engrossou discussões, e inspirado em modelos europeus passou-se a utilizar a incineração. Entretanto a produção era maior do que a capacidade de cremação; Theodoro Sampaio, engenheiro e geógrafo, elaborou o Plano Urbanístico, que foçava a estética, salubridade e circulação. (SANTOS, 2005); Os Códigos de Posturas Municipais, no qual a vida cotidiana era parametrizada, normatizava-se as habitações privadas, controle era de responsabilidade dos poderes públicos. Estimulavam as morais e bons costumes, distinguia os sentimentos “primitivos” dos “civilizados”. E almejava a “desafricanização” dos costumes (SÁ, 2009).

<sup>18</sup> Iniciou-se a ocupação do Subúrbio Ferroviário, entre os anos de 1939 e 1950, para moradias populares. Em 1947-48, as famílias pobres oriundas do campo ocupam áreas como a Liberdade e Caminho de Areia. Em seguida, passam a ocupar a Península de Itapagipe, dando origem aos Novos Alagados. Já em 1950 os alagados representam 8% da população de Salvador. Ao mesmo tempo em que era um aterro sanitário, recebendo por dia cerca de 450 toneladas de lixo por dia (SANTOS, 2005).

<sup>19</sup> Para o IBGE, favela se define como habitações em propriedade alheia, de maneira desordenada e a margem dos serviços públicos. Entretanto o Observatório de Favelas (organização social de pesquisa, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, mas com atuação Nacional – (<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/home/index.php>) alerta que é preciso estar atento as especificidades sócio-territoriais de cada cidade. Mas que algumas características poderia ser

ocupações populares a depender da cidade. E a segunda, aponta uma invasão coletiva pode constituir uma favela, mas nem sempre uma favela é resultado de uma invasão, ela pode partir de uma autorização de uso, como o que ocorre na urbanização do Rio de Janeiro.

O Estado Novo<sup>20</sup> tentará solucionar o problema habitacional através da habitação social. A primeira tentativa se manifesta com o Instituto de Aposentadorias e Previdência (IAPs), mas estes só atendiam a associados, funcionários públicos e operários, deixando de fora a maior parcela da população. O IAPs, criado nos anos trinta, foi substituído em 1946 pelo primeiro órgão federal onde a atribuição exclusiva era problemas habitacionais, a Fundação da Casa Popular (FCP), lei 9.218 de 01 de maio de 1946 que, por sua vez, atuou até os anos sessenta.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), Lei 4.380/64 é criado em 1964, utilizava recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança para investimentos no setor da habitação, buscava a promoção da casa própria, principalmente para as classes menos abastadas, com rendimentos entre 3 a 5 salários mínimos, que era atendidas por empresas públicas, excluindo famílias de rendas inferiores ou que não pudessem comprová-las. O que excluía uma parcela significativa da população.

O BNH foi extinto em 1986, tendo como causas o aumento da inflação e a grande inadimplência do mutuário. Por via do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) distinguia, por renda, em dois grupos, a população com renda superior a cinco salários mínimos era atendida pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Nacionais (INOCOOP) criado em 1967 e a Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS) criado em 1965, atendia a população com renda de três a cinco SM.

Em realidade, eram órgãos com características e financiamentos distintos:

Enquanto o INOCOOP, por suas características de organização, com relativa autonomia em relação aos governos locais, manobra mais facilmente no "livre jogo de mercado", a URBIS, com outra estrutura e uma clientela-alvo com baixos rendimentos, depende diretamente da ação do Estado na

---

generalizadas. Seriam elas: 1. Investimentos insuficientes por parte do Estado; 2. Estigmatização sócio-espacial; 3. Nível elevado de subempregos e informalidades; 4. Autoconstruções; 5. Apropriação territorial com a finalidade de moradia; 6. Vulnerabilidade ambiental; 7. Vitimização das pessoas; 8. Concentração de negros; 9. Intensa sociabilidade; 10. Alta densidade demográfica e habitacional; 11. Indicadores educacionais e econômicos abaixo da média (Texto "Afinal, o que é favela").

<sup>20</sup> Getulio Vargas assume o poder após a Revolução de 30, perdurando até 1945. Podendo ser entendido em dois períodos: 1930 à 1937 - Período de indefinições, marcado por incertezas de projetos e propostas. 1937 à 1945-Vigência do Estado Novo, um estado autoritário e centrado na figura do ditador, marcada pela censura e repressão (PANDOLET, 2003).

liberação de terrenos compatíveis com esse tipo de empreendimento habitacional, dadas a estrutura de propriedade - privada - do solo e as características de estratificação/segregação social do processo de urbanização. Desse modo, a URBIS explicita com maior nitidez a política governamental para a habitação e o desenvolvimento urbano (MENDONÇA, 1989, p. 62).

De certo, os conjuntos de casas promovidos pelo BNH destinaram a população de baixa renda as localidades mais afastadas do centro da cidade, caracterizando uma segregação espacial devida à renda. O que deflagra como o sistema de favela será substituído pelo de periferia. Entretanto, tal processo de segregação inviabiliza, também, a utilização de equipamentos coletivos e serviços urbanos por parte da população de baixa renda. E, de igual maneira, “periferiza” a violência urbana, como sinalizado por Souza (2002).

A referida segregação socioespacial não é uma característica apenas do Século XX. Ela tem raízes plantadas em tempos de escravidão. E amplia-se com a promulgação da Lei de Terra<sup>21</sup>, a qual estabelece que a única forma de ter a posse de um imóvel seria através do sistema de compra e venda.

A cidade do Terceiro Mundo, embora também ligada por sistemas de transporte [em geral obsoletos e inadequados] e uma miríade de ônibus privados e ‘táxis coletivos’ caindo aos pedaços, não podia deixar de ser dispersa e desestruturadas, quanto mais não fosse porque não há como não o serem aglomerações de 10 a 20 milhões, sobretudo se a maior parte de seus assentamentos permanentes começou como favelas baixas, quase sempre estabelecidas por grupos de posseiros num espaço aberto baldio. Os habitantes dessas cidades às vezes têm de gastar varias horas por dia viajando na ida e na volta do emprego [pois o emprego estável é precioso], e podem estar dispostos a fazer peregrinações (HOBSBAWM, 1995, p. 289).

Em 1966, 1972 e 1978, instalam-se respectivamente o Centro Industrial de Aratu – CIA o Centro Administrativo da Bahia – CAB e Pólo Petroquímico de Camaçari - PPC, essa expansão econômica atrai investimentos em outros setores da economia baiana, motivado por um turismo em ascensão e as possibilidades de consumo dos trabalhadores melhor remunerados.

Neste período, os empregos industriais em Salvador crescem 80,35% enquanto na Bahia apenas 19%. Os empregos na habitacional acompanham este ritmo, na capital os registros apontam para 46.546 em 1970, elevando-se para 724. 440 em 1978 (BRANDÃO, 1985).

---

<sup>21</sup> No Brasil, a abolição da Escravatura, oficializada em 1888, foi um processo lento, em 1850 é decretada a Lei de Terras (Lei 601 de 18 de setembro de 1850), que obrigava todas as terras ocupadas possuísem registros, o que, por conseguinte impossibilitava que terras devolutas fossem ocupadas, a não ser se precedida por compra. Não é difícil concluir que dessa maneira o acesso a terra se limitou. Ver FRAGOSO, 1990

A cidade do Salvador tinha um caráter tradicional de comércio e outros serviços e passa a somar a estas, atividades industriais vinculadas a economia nacional, para atender a essa demanda duplica-se a rodovia Salvador – Feira, um novo aeroporto é edificado, o sistema de *ferry-boat* é implantado. Melo e Silva (1988) assinalam que, enquanto a população de Salvador cresce, regiões como a Chapada Diamantina Meridional, Nordeste do Estado e algumas áreas do Recôncavo, apresentam sintomas de crise urbano-regional, com estagnação ou decréscimo de suas populações tanto urbana, quanto rural. Segundo Brandão (1985), entre 1963 e 1973, Salvador absorve 67,3% dos investimentos industriais aprovados para a Bahia.

Anterior a 1970, as invasões de terrenos não tinham caráter organizado de movimento social. A partir de então, influenciadas pelos movimentos de abertura política e dado o enfraquecimento do sistema ditatorial, a busca por demandas imediatas - saúde, educação, moradia, e o processo de redemocratização - foi predominante.

Historicamente, é perceptível a ineficiência de políticas públicas habitacionais e concentração de renda, geradores de abismos sociais cada vez maiores. É possível afirmar que os sem tetos são herdeiros desse déficit histórico, que só aumentou durante todo esse tempo. Esse déficit habitacional quantitativo, aqui compreendido como “a defasagem entre o crescimento populacional e oferta de moradias” (SOUZA, 2002, p. 43), estimulado pela especulação imobiliária, deve ser confrontado com o déficit qualitativo, que dá conta das condições de moradia, que vão desde a sua infra-estrutura a exclusão social.

## 2.2 A CIDADE DOS SEM TETO

A fundação do Movimento dos Sem Teto de Salvador é resultado de uma ocupação no bairro de Mussurunga. Outros terrenos estavam sendo ocupados por diferentes grupos no mesmo bairro e acabaram estabelecendo contatos (CLOUX, 2008).

A primeira ocupação do Movimento acontece em um terreno da Estrada Velha do Aeroporto, com aproximadamente 3 km quadrados, chamado “Dois de Julho”<sup>22</sup>, seguia os

---

<sup>22</sup> O “Dois de Julho” marca a independência do Brasil na Bahia. Após a Proclamação da Independência em 1822, as tropas portuguesas mantiveram na Bahia um foco de resistência, população pegou em armas e após meses de lutas, em vários pontos do Recôncavo Baiano, conseguiu vitória sobre o exército português. Todos os anos, a cada Dois de julho, a população vai às ruas, em um desfile que mistura o civismo e as peculiaridades da cultura baiana, a prova disto são os símbolos máximos da festa, o Caboclo e a Cabocla.

modelos de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No mesmo mês, a Superintendência de Controle e Uso do Solo (SUCOM) articula uma tentativa frustrada de reintegração de posse. Sem êxito dado à inexistência de um mandato judicial. A segunda tentativa é efetivada e desloca 700 cadastrados. A reintegração leva o movimento a ocupar as páginas dos jornais baianos. Daí em diante a mobilização popular irá se tornar cada vez maior.

Em paralelo ao Movimento que dava seus primeiros passos, acontecia na Cidade do Salvador, um movimento de caráter estudantil, intitulado a Revolta do Buzu<sup>23</sup>. Durante vários dias, estudantes tomaram as ruas da capital baiana para reivindicar o aumento nas passagens dos ônibus urbanos. Desde o início, os dois movimentos estabelecerem diálogos e as reivindicações assinalavam para uma “cidade” que marginalizava, excluía e resistia ao crescimento e à expansão desordenada e sem justiça social. Outros movimentos de luta por moradia desencadeavam pelo país, a exemplo de São Paulo, Recife e Belém.

Como apontado por Miranda (2008), o cenário político brasileiro, em 2003, era instável e na agenda local baiana se confirmava uma tendência: mudanças no poder. O governo Lula recém eleito, para a presidência, na perspectiva de mudanças sociais, entrará em crise, proporcionada pelo escândalo do mensalão. Ainda segundo este mesmo autor, a greve das Polícias militar e civil, no estado baiano, serviu como fator agravante dos sinais de decadência do domínio carlista e das tensões sociais já existentes. Ao mesmo tempo, Salvador liderava os noticiários nacionais como capital do desemprego. Neste sentido, pobreza, trabalho, moradia e violências confirmavam um cenário bastante tenso e a reação dos movimentos sociais e da sociedade civil também se fizeram presentes.

Após um mês, em 21 de agosto de 2003, o MSTS tem sua primeira aparição de destaque, uma caminhada da Estrada Velha do Aeroporto à Praça Municipal, a caminhada de 30 km teve como elemento impulsionador símbolos religiosos de convencimento, dada a grande participação no Movimento de integrantes evangélicos. A caminhada foi associada ao Êxodo de Moisés, narrado no Antigo Testamento, no texto bíblico o personagem teria guiado um grupo rumo a Terra Santa por quarenta anos.

---

<sup>23</sup> Durante os meses de agosto e setembro de 2003, os estudantes soteropolitanos, durante aproximadamente 20 dias, interditaram as principais avenidas da Capital baiana, protestando contra o aumento nas tarifas dos transportes urbanos. Contou com a adesão de milhares de estudantes de todos os segmentos. Ver Documentário de Carlos Pronzato “A Revolta do Buzu” (2003).



Enfrentando forte chuva, após oito horas cerca de trezentas pessoas chegaram à Praça Municipal, a estimativa inicial era de setecentas pessoas. Contudo, crianças e idosos não concluíram devido ao temporal. Após a caminhada, uma comissão se reuniu com o Secretário Municipal da Habitação Fernando Medrado, na reunião foi entregue uma pauta com cinco reivindicações, dentre elas a de construção de 119 mil casas populares e entrega de cestas básicas. Foi anunciada uma onda de ocupações, caso a pauta não fosse atendida, mas se mantêm em sigilo os imóveis a serem ocupado. Para as lideranças do MSTs, a reunião não havia sido de toda proveitosa, porém possibilitaria que outras ocupações fossem feitas e que mais pessoas se aproximassem do Movimento. O Movimento revela já ter 1.500 famílias cadastradas em vinte e dois bairros populares.

Na ocasião, a cobertura jornalística sobre o Movimento foi grande. Localizamos reportagens do Jornal A Tarde que detalhavam a caminhada, os participantes, a forte chuva. Adilson Fonsêca descreve a presença policial:

A Polícia Militar montou um forte aparato para acompanhar a passeata dos sem-teto. Logo cedo, quatro viaturas do Batalhão de Choque e outras quatro da Ronda Especial permaneceram em frente ao acampamento dos sem-teto, numa área defronte ao terreno de onde eles foram expulsos, no início deste mês. Debaixo de chuva, os integrantes do movimento realizaram uma assembléia. Às 7h30, saíram em marcha pela Estrada Velha, passando por Mussurunga e percorrendo toda a Avenida Paralela até a Rótula do Abacaxi, Sete Portas, Baixa dos Sapateiros, Pelourinho, até a Praça Municipal (Jornal A Tarde, 22/9/ 2003).

Flavio Oliveira, para o mesmo jornal, afirma que a marcha dos Sem Teto não foi a única mobilização na capital baiana naquele dia. Realizaram manifestações o Sindicato dos Bancários, que pressionava por 21, 85% de reajuste salarial e o Sindsaúde que almejava um reajuste de 19,37%.

Em alguns momentos, as reportagens dão voz às/aos integrantes do Movimento. Nessas, pode-se perceber as aspirações dos integrantes, as motivações e como suas histórias de vida são determinantes ao se cadastrarem no movimento. O que de imediato “salta aos olhos” é a presença feminina, pois essa seria maioria na base do Movimento.

‘Queremos moradia. Só isso’, diziam as pessoas, que iniciaram a marcha sob forte chuva. Josefa Gomes de Souza, 54 anos e seis filhos, chegou cedo, vinda do bairro de Vila Verde, e mesmo sofrendo de artrose [inflamação nas articulações das pernas] garantiu presença entre as primeiras fileiras do grupo. ‘Vim, vou e estarei sempre pronta para a luta’, disse, contagiando os demais participantes com a sua disposição na caminhada. (A Tarde, 22/08/2003).

Outras, como Doralice Moreira de Carvalho, 48 anos, seis filhos, veio do bairro de Colinas de Mussurunga, recusou a ajuda das pessoas que insistiam para que ela fizesse parte do percurso de 30 km num dos carros de apoio. ‘Vou até o fim. Se Deus quiser vou conseguir o meu objetivo, que é uma casinha para morar’. Ao final da caminhada, oito horas depois, na Praça Municipal, ela mostrava-se cansada, mas fez questão de afirmar que ‘a luta continua, enquanto houver quem possa lutar, como eu’” (A Tarde, 22/08/2003).

‘Vamos agüentar, pois, se desistirmos, que exemplo daremos para os outros, principalmente as crianças?’, disseram as duas “porta-bandeiras” Marlene Nunes e Maria José Conceição (A Tarde, 22/08/2003).

‘Para a gente, não importa a distância, importa mais é conseguir o nosso objetivo, que é a casa’, disse Edna Maria, que vai participar da caminhada ao lado dos filhos, entre os quais, Celidalva Conceição Xavier, outra sem-teto que, com os quatro filhos, pretende abandonar a casa de aluguel, no bairro de Mussurunga. Ao lado de outras mulheres, todas estavam, ontem pela manhã, participando ativamente da assembléia do MSTs, que ultimava os preparativos para a marcha de hoje de manhã. ‘Estamos dispostos a lutar até o fim’, disse Denise Carvalho, 38 anos, que veio do Parque São Cristóvão, com quatro filhos e dois netos, para participar da assembléia (Jornal A Tarde, 21/08/2003).

Durante o ano de 2003, o MSTs faz catorze ocupações, dentre elas duas não se localizam na capital baiana, Lauro de Freitas e Conceição de Feira, ambas não são realizadas pelo movimento, mas passa a integrá-lo. A cobertura jornalística da mídia baiana sobre o Movimento é intensa. Como é possível perceber nos quadros abaixo, que aponta para dezenove reportagens, em apenas dois veículos de comunicação:

Reportagens Agosto de 2003		
Data	Jornal	Matéria
06/08	A Tarde	Acampamento 2 de Julho
08/08	A Tarde	Desocupação do Terreno na EVA
10/08	A Tarde	Os “sem-tetos” da Bahia
17/08	Correio da Bahia	Assembléia no Km- 12 EVA
18/08	Correio da Bahia	Crescente participação e mobilização no MSTS
20/08	A Tarde	Ondas de ocupações e o lema do movimento “Organizar, ocupar e resistir
20/08	A Tarde	Sem-teto anuncia onda de invasões
21/08	A Tarde	Caminhada EVA - Praça Municipal
21/08	A Tarde	Trabalhadores se unem aos sem-teto em protesto
21/08	A Tarde	Sem-teto invadem centro da cidade
21/08	A Tarde	Convocação nos bairros carentes
21/08	A Tarde	Invasão em área do metrô
22/08	A Tarde	Sem-teto fazem marcha por moradia
22/08	A Tarde	Mantida a ameaça de novas ocupações
23/08	Correio da Bahia	Negociação do MSTS e a Secretaria Municipal de Habitação
25/08	A Tarde	Primeira Assembléia após a Caminhada
25/08	A Tarde	Movimento prepara novas ocupações
25/08	Correio da Bahia	Cadastramentos de novas famílias/ “Invasão” no bairro de Mata Escura que depois viria a integrar o MSTS

Quadro 1 - Reportagens Agosto de 2003

Fonte: Jornal A Tarde, Correio da Bahia

O quadro a seguir indica as ocupações realizadas pelo MSTS no ano de 2003. Válido salientar que neste primeiro momento não se tem os números de famílias por ocupações.

Período	Ocupação/Local
2003.2	PRÉDIOS:
	CEAO, Largo 2 de Julho
	Edifício Lord, Centro
	IPAC, Soledade
	Rede Ferroviária, Comércio
	Costa Morena (Prédio da Encol), Costa Azul
	INSS, Sete Portas
	Centro Educacional de Periperi
	Fábrica Toster, Bonfim
	TERRENOS:
	EVA, Estrada Velha do Aeroporto
	Lobato
	Pau da Lima
	Vila Via Metrô, Mata Escura
	Conceição de Feira
	Lauro de Freitas

Quadro 3 - Ocupações do MSTs em 2003.2  
Fonte: Cloux (2008).

O ano de 2004 foi o mais expressivo em termos de ocupações para o MSTs. Ocorreram dezenove novas ocupações e a formação de três núcleos: Periperi, Cajazeiras VI e Fazenda Coutos. Essas ocupações têm por características a grande quantidade de pessoas e têm como demanda o motivo impulsionador de tantas novas ocupações.

Data de fevereiro de 2004 a ocupação do antigo Clube Português, o qual se tornaria a mais emblemática ocupação do Movimento. Localizado na Orla Atlântica da capital baiana, local de grande interesse para o mercado imobiliário soteropolitano. Oito dias após a ocupação, é dada entrada no pedido de reintegração de posse por parte do próprio Clube. Mas

ainda, no mesmo mês, a posse do imóvel passou a ser da Prefeitura, devido às dívidas dos antigos proprietários.

Ainda em março, desse ano, foi organizado o primeiro curso de formação do MSTS, realizado no bairro de Escada, tendo como objetivo despertar nas novas lideranças consciência de seus direitos. Neste momento, estimava-se haver doze mil pessoas cadastradas no movimento.

O pedido de reintegração de posse do Clube Português estabelecia que as famílias deveriam abandonar o local até o dia 05 de abril, o que foi feito um dia antes, 04 de abril. Dois dias depois, os antigos proprietários anunciaram a venda do imóvel, o que foi contestado pelo Procurador Geral do Município, pois o mesmo já pertencia a Prefeitura em função das antigas dívidas.

Em maio, já haviam 16 mil famílias cadastradas, sendo 3.500 acampadas em dezesseis imóveis, dos quais quatorze localizados em Salvador (CLOUX, 2008). No mesmo mês, devido ao Dia Nacional pela Habitação (12 de maio), como forma de protestos estava prevista uma onda de ocupações, a serem realizadas por diversos movimentos de luta por moradia no país. Em Salvador, uma caminhada da Avenida Suburbana até o Bairro do Comércio resultou na ocupação de cinco prédios.

Em junho, o Presidente Lula veio à Bahia, num período em que, segundo Miranda (2008), os movimentos sociais criaram muitas expectativas, uma vez que ainda depositavam grandes esperanças com o respectivo mandato. Para a ocasião, diversos movimentos sociais programavam manifestações. Mesmo sob fortes chuvas, os integrantes do Movimento protestaram em frente ao Hospital Santo Antonio, local onde estava sendo lançada a Farmácia Popular do Brasil Instituição Irmã Dulce.

O MSTS, ao longo do ano de 2004, esteve presente em debates e movimentos que ultrapassavam a questão da moradia. Participaram da Caminhada contra a Reforma Universitária e do Congresso da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), ambos em março. Em julho, estiveram presentes na caminhada do Dois de Julho e na caminhada pela mudança dos rumos na política econômica do governo federal e na manifestação pela inclusão de idoso acima de 60 anos no Programa de Subsídio Habitacional. Durante o Sete de Setembro, marcaram presença no Grito dos Excluídos, e ainda, em setembro, participaram da Caminhada da Primavera.

Em dezembro de 2004, na ocupação da Alfred, os ocupantes montaram um restaurante popular, um lava-jato e uma venda de água de coco. Os empreendimentos ainda não geravam grandes lucros, mas animavam os integrantes do Movimento. Sobre os empreendimentos, o Jornal A Tarde assinala:

A ideia de abrir pontos comerciais no local partiu de uma reunião com os moradores da ocupação, e os objetivos são a geração de emprego e renda dentro do próprio movimento. O dinheiro obtido com restaurante, lava-jato e ponto de venda de coco segue o seguinte critério: o lucro fica para quem abriu o negócio e um percentual deste [entre 10% e 20%] seria investido num fundo, cujo objetivo é a abertura de uma creche para as crianças que moram no local. Segundo Jaguaraci, a receita não chega a R\$ 300/mês (Jornal A Tarde 08/12/2004).

O MSTS finalizou 2004 com as seguintes ocupações (ver Quadro 4), os dados não revelam o conceito de família utilizado. Entretanto, observamos que na prática esta estimativa refere-se à unidade habitacional, não vinculando parentalidade, conjugalidade ou filiação.

Ocupações do MSTS em Dezembro de 2004		
	Ocupação/Local	Quantidade de Famílias
Período 12/2004	PRÉDIOS:	
	Galpões da Leste	200 famílias
	Fábrica Toster	60 famílias
	Campinas de Brotas	54 famílias
	Colégio CNEC Periperi	49 famílias
	Fábrica da Alfred	290 famílias
	Lapinha (prédio do IPAC)	29 famílias
	Costa Azul	34 famílias
	Gelo Pioneiro	145 famílias
	Edifício Rajada	106 famílias
	Edifício Enoch Silva	52 famílias
	Boate Sayonara	48 famílias
	Barreto de Araújo	100 famílias
	Irte (Roma)	18 famílias
	TERRENOS:	
	Estrada Velha do Aeroporto	557 famílias
	Invasão do Metrô	360 famílias
	Lobato	65 famílias (4 mil cadastradas)
	Fazenda Coutos III	860 famílias cadastradas
	Pirajá	390 famílias
	Ilha do Rato (Massaranduba)	270 famílias
	Lauro de Freitas	397 famílias
	Conceição de Feira	150 famílias

Quadro 2 - Ocupações do MSTS em dezembro de 2004  
 Fonte: Cloux (2008).

O ano de 2005 é um marco na organização interna do Movimento. O MSTS realizou seu primeiro congresso e cerca de quatrocentas pessoas participaram. O objetivo era traçar um planejamento estratégico, que se viabiliza geração de renda. Uma análise sobre os empreendimentos realizados na Alfred foi feita, buscando verificar quais os erros e quais os acertos.

O Congresso aprovou o Regimento Interno, um código de conduta a ser seguido pelos integrantes do movimento. Dados do próprio movimento apontam que já no início desse ano são 26 mil famílias cadastradas. Na pauta constavam também discussões pertinentes às questões de gênero, como visibilidade das mulheres, violência de gênero, dentre outras demandas. Um coletivo de mulheres dentro do Movimento já se reunia desde 2004, mas foi em março de 2005, no Dia Internacional da Mulher, que realizaram sua primeira marcha, e passaram a se intitular Guerreiras Sem Teto. Segundo pesquisas do próprio Movimento, as mulheres somavam um contingente de mais de 70% dos ocupantes do MSTS.

Foi em 8 de março de 2005, que nos lançamos como as **Guerreiras Sem Teto**. Fizemos nossa I Marcha. Neste dia, pela primeira vez nós, mulheres negras, dos setores populares, sem teto organizadas no interior da LUTA POR MORADIA, fomos às ruas para denunciar e combater o racismo e o machismo existente dentro do MSTB e na nossa sociedade (MSTB; MSTS, 2009, grifos da autora).

Foi nesse mesmo mês que Movimento, segundo Cloux (2008), passou a utilizar a sigla de MSTB, dado a estadualização do Movimento, que agora possui ocupações nas cidades Camamu, São Francisco do Conde, Dias D'ávila, além das anteriores em Lauro de Freitas e Conceição de Feira.

Foram seis novas ocupações nesse ano. São elas: Galpão Leste III, Galpão Leste IV, Escola Nossa Senhora de Fátima, Antigo Conselho Tutelar, Shopping Boa Viagem e Edifício Sampaio. Em dois anos foram realizadas 46 ocupações em prédios e terrenos, públicos e privados. Em Salvador, o ano encerrou com dezoito ocupações do MSTS.



Período 12/2005	Ocupação/Local
	Escola Municipal Nossa Senhora da Penha – Largo da Penha, na Ribeira
	Antigo Prédio Barreto Araújo – Baixa do Bonfim
	Antiga Fábrica Toster – Baixa do Bonfim
	Antiga Fábrica de Tecidos Alfred – Mares
	Edifício Sampaio – Praia do Cantagalo, Calçada
	Antiga Clínica Irte – Mares
	Galpões da Leste (03) – Calçada
	Edifício Rajada – Comércio
	Antigo Prédio do Conselho Tutelar – Dois Leões
	Antigo Prédio do IPHAN – Soledade
	Casarões na Ilha do Rato – em frente à Polícia Federal, em Água de Meninos
	Obras do Metrô – BR-324, próximo à Estação Pirajá
	Antigo Prédio da Matelba – Campinas de Brotas
	KM-12 – Estrada Velha do Aeroporto
	Rua Nova Brasília – em Valéria
Clube Português – Pituba	

Quadro 3 - Ocupações do MSTS em Dezembro de 2005  
Fonte: Cloux (2008).

No ano de 2006, cinco ocupações foram realizadas, Clínica IRTE, Antiga Delicatessen, IPAC II, Cidade de Plástico e Escada.

O acontecimento de maior destaque do Movimento, neste ano, foi a Ocupação da CONDER, quando em conjunto com outros movimentos sociais, o MSTB ocupou a sede da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia, localizada no bairro de Narandiba. Cerca de 600 manifestantes estavam presentes, como retratado por Carlos Pronzato no documentário “Ocupação do CONDER” (2006).

Dentre os objetivos do MSTB, estavam a retomada das obras no bairro de Valéria; as casas prometidas na Estrada Velha do Aeroporto; definições sobre o Clube Português; abrir um canal de discussão com a CONDER, de maneira que essa fizesse um acordo com o

Governo Federal, de modo a garantir 1000 casas para os sem teto; e fortalecer uma aliança entre os movimentos do campo e da cidade.

O aparato policial sob o comando do Coronel Muller foi acionado. Depois de longa negociação, foi marcada uma reunião onde seriam entregues tanto a pauta de reivindicação geral, como específica de cada movimento presente.

Em setembro de 2006, o MSTB volta ao bairro de Narandiba, desta vez cerca de cem pessoas realizaram uma passeata em frente a Conder, com o objetivo de cobrar a entrega das casas prometidas, já que naquele momento apenas 10% haviam sido entregues (MIRANDA, 2008).

Em junho de 2007, aproximadamente 1.200 famílias são cadastradas, na ocupação recém realizada num terreno localizado em Fazenda Coutos, ao lado da Lagoa da Paixão, nome que batizará a ocupação. Trata-se de um terreno de 200 mil m<sup>2</sup> que, segundo a Conder, é uma área de preservação ambiental. Contudo, o Movimento se compromete a regular a construção dos barracos que só seriam feitos a uma distância de 200 metros da margem. E, ainda assim, só sairiam com a disponibilização de uma nova área para as famílias ocupantes.

A ocupação de terrenos passa a ser a nova estratégia do MSTB, quando o Movimento compreende que essa prática, ao contrário da ocupação de prédios, possibilita um maior tempo de permanência no imóvel.

A primeira ocupação do ano acontece em 15 de janeiro. Não diferente da maioria das ocupações do Movimento, ocorre na região do Subúrbio Ferroviário. O Jornal A Tarde publica uma nota sobre o evento.

Famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS) ocuparam, ontem pela manhã, a antiga fábrica de Manmona (Imbasa), em Paripe. A expectativa, conforme Célia Maria dos Santos, coordenadora municipal dos Sem-Teto de Salvador, é que aproximadamente mil famílias cheguem ao local e se instalem (A Tarde, 15/01/2008).

Em abril de 2008, uma nova grande passeata é realizada, dessa vez saindo da Lagoa da Paixão até a Governadoria, localizada no Centro Administrativo da Bahia, percurso estimado em 21 Km e que durou cinco horas. O objetivo era reivindicar a construção das 700 casas no bairro de Valeria, anunciados em 2003.

Os sem-teto caminharam do acampamento montado às margens da Lagoa da Paixão, em Fazenda Coutos, até o CAB, com uma única reivindicação: a concretização dos projetos habitacionais, anunciados desde 2002, que, entre outras coisas, prevê a construção de 700 casas populares no bairro de

Valéria, na periferia de Salvador. Apenas 70 casas foram entregues e não há novos prazos definidos para construção de novas unidades.

O coordenador do movimento em Salvador, Pedro Cardoso, disse que hoje já são aproximadamente quatro mil famílias acampadas em 22 áreas [prédios e terrenos públicos], em Salvador e região metropolitana, e outras 22 mil famílias que estão cadastradas no movimento. ‘Todas à espera da casa própria ou, no mínimo, de ajuda para construir suas casas. E todas elas cansadas de esperar’, bradou.

Cardoso lembrou que, desde julho de 2002, quando o MSTS foi criado, a partir de uma ocupação na Estrada Velha do Aeroporto, as famílias de sem-teto têm mantido a esperança de conseguir a casa própria, graças ao anúncio feito pelo próprio governo, de que faria pelo menos 700 unidades (A Tarde, 18/04/2008).

No mesmo mês também o Jornal A Tarde denuncia as condições de precariedade que vivem as crianças, segundo a matéria, seriam [...] mais de 20 mil crianças do MSTS vivem sem nenhuma estrutura nos 27 acampamentos do movimento.

Lixo amontoado, barracos de madeira cobertos com eternit, córregos sujos por dejetos, chão coberto por lama e falta de esgotamento sanitário. Nesse ambiente vivem as crianças do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) dos acampamentos da Estrada Velha do Aeroporto (EVA), BR-324 e Paripe. As crianças estão expostas a diversos tipos de doenças. A maioria sobrevive em situação de extrema pobreza e coleta material na rua para ajudar no sustento das famílias. Poucas frequentam uma sala de aula (A Tarde, 14/04/2008).

Data de 2008, também, o II Congresso do MSTB. Com o objetivo de discutir os rumos do Movimento, delegados de todas as ocupações se reuniram durante três dias, discutiram o Regimento, elegeram a nova coordenação estadual e definiram a cisão do MSTB/MSTS, o qual discutiremos mais adiante no na seção 2.5 deste capítulo.

Em julho, o Movimento é tema do Ciclo de Conferências Memória dos Movimentos Sociais na Bahia. Contando como palestrantes além de pesquisadores, coordenadores do MSTB.



Figura 1 - Ciclo de Conferências Memória dos Movimentos Sociais na Bahia  
Fonte: Própria autora (2008).

Em fevereiro de 2009, a imprensa anuncia as expectativas para o lançamento do Plano Nacional de Habitação na capital baiana. Na ocasião, a superintendência de habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia apontava que o déficit habitacional baiano girasse em 2005 em torno de 657 mil unidades habitacionais.

O anúncio de pacote de medidas do governo federal para o setor de habitação, previsto para os próximos dias, é aguardado com ansiedade pelo mercado baiano. Ainda assim, o setor deixa claro que o problema do déficit habitacional da Bahia e de Salvador está longe de ser resolvido. De acordo com o Plano Municipal de Habitação, apenas na capital, este investimento deveria ser na ordem de R\$ 7 bilhões para que o problema da habitação popular fosse solucionado até 2025.

A doutora em arquitetura e urbanismo e ex-secretária de Habitação do município, Angela Gordilho, participou da elaboração do Plano Municipal e diz que por mais benéfico que seja o anúncio, ainda estará muito aquém das necessidades da cidade. Ela sugere novos investimentos em programas como o de autogestão proposto pelo município em que o financiamento é concedido a organismos populares que administram a construção dos imóveis, muitas vezes em esquema de mutirão.

De acordo com ela, este sistema atende à maior parcela da população atingida pelo déficit habitacional, já que famílias com renda mensal de até três salários mínimos correspondem a 83% deste índice. Estas famílias também são o principal alvo do governo do Estado, que tem potencial de

lançar até 27 mil novas unidades habitacionais a partir do lançamento do pacote (A Tarde, 12/02/2009).

Em 2009, nova reportagem discute o déficit habitacional no Estado em comparação com o cenário nacional. Diferente do vinculado um ano antes, o déficit habitacional seria cerca de 23% menor.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-IBGE) de 2007, o déficit habitacional do país é de 6,273 milhões de domicílios, conforme anunciou, nesta sexta, 26, a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, em São Paulo. Os dados foram apurados pelo Ministério das Cidades em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP).

A Bahia aparece com o déficit total de 510.577 unidades habitacionais, das quais 141 mil na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A situação da RMS é a pior entre as regiões metropolitanas do Nordeste pesquisadas (Fortaleza tem 124 mil, e Recife, 133 mil de déficit). O relatório apresentado nesta sexta mostra que, dentre as unidades da Federação, o destaque negativo é para o caso de São Paulo, onde estima-se que o déficit esteja em 1,234 milhão de novas moradias, das quais 629 mil na região metropolitana (A Tarde, 26/06/2009).

Não são raras as investidas da polícia contra o Movimento sem qualquer mandato judicial. Em agosto, a coordenação do MSTB vincula a seguinte notícia:

Hoje, 06 de agosto de 2009, a partir das 9h da manhã, 3 viaturas e um ônibus com dezenas de policiais da PM e RONDESP invadiram a ocupação Paraíso que faz parte do Movimento Sem-Teto da Bahia, localizada em Colinas de Periperi atrás do Hospital do Subúrbio, na cidade de Salvador-Ba.

Sem nenhum documento oficial ou ordem de reintegração de posse, sem dialogar com as lideranças, simplesmente procederam a derrubada dos 400 barracos, expulsando centenas de famílias. (Coordenação Estadual do MSTB, por e-mail 06/08/2009).

Dois dias depois, jornais noticiam:

Pessoas supostamente ligadas ao governo do Estado destruíram, na manhã de ontem, um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia (MTST-BA), instalado em um terreno pertencente à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), na Bacia do Cobre, em Periperi.

Sem identificar a qual setor da gestão estadual pertenciam, atearam fogo em cerca de 100 barracos onde estavam cerca de 450 pessoas há 20 dias, quando invadiram o local. Segundo relatos dos acampados, os fiscais chegaram destruindo as barracas com facões e machados de manhã, quando algumas pessoas ainda dormiam (A Tarde, 08/08/2009).

Ao longo do seu período de existência o MSTB tem procurado por meio de tentativas, exitosas ou não, organizar suas ações. Trazem, além do objetivo da conquista da moradia, questões que julgam pertinentes na atual conjuntura social. Nesse momento, nos descrevermos sua composição e organização.

### 2.3 REFORMULANDO O ESPAÇO URBANO: QUEM SÃO E COMO SE ORGANIZAM

Segundo o MSTB, o objetivo do Movimento vai além da moradia, abrangendo outras demandas que atingem principalmente as camadas mais desfavorecidas da população:

O MSTB entende que outras necessidades, tais como Saúde, Educação, Lazer, Segurança, Creche, Meio Ambiente, Emprego, etc., fazem parte da LUTA por MORADIA e Reforma Urbana que atenda os interesses dos setores excluídos da sociedade[...].

[...] O MSTB é um movimento pela cidadania que parte da comprovação de que para os setores populares esta não existe em nosso país, e procura construir alternativas nesta perspectiva, e compreende que a garantia dos Direitos Humanos, Justiça Social, Solidariedade, Qualidade de Vida e Participação Popular só serão alcançados com a Igualdade Econômica, Política e Social.

O MSTB solidariza-se na LUTA CONTRA TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO existente e presta solidariedade aos trabalhadores de todo mundo.

O MSTB tem como princípios norteadores a mais ampla Democracia interna, não fazendo distinção entre militante e coordenadores de qualquer instância nas suas relações cotidianas (MSTB; MSTS, 2005).

O MSTB se coloca como herdeiro da ausência de políticas sociais que garantissem aos escravos alforriados uma inserção digna e igualitária na sociedade brasileira. Válido salientar que o “teto” não seria o fim, mas a diminuição dos abismos sociais que estão na formação do povo brasileiro.

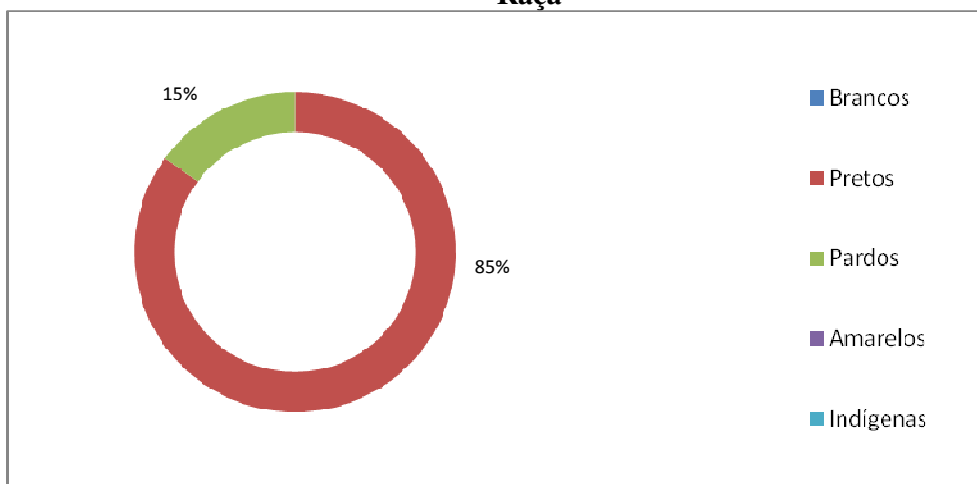
Somos sem-teto, mas não apenas, pois a realidade da escravidão pariu a realidade da exclusão, negando-nos trabalho, saúde, segurança pública, educação, espaços de arte e lazer, enfim, condições elementares de vida. Estas questões são, portanto, reivindicações legítimas do MSTB. Referenciando-nos na luta pela conquista de uma sociedade que seja capaz de efetivar de maneira profunda as liberdades política, econômica e social, cultura e religiosa, buscamos não apenas um ‘teto’ particular, mas sim a constituição de ‘comunidades de bem viver’. Empunhando a bandeira da Reforma Urbana, ao fundo afirmamos a força de relações sociais baseadas em idéias de liberdade e não da negação dos direitos de milhões (MSTB; MSTS, 2005).

Séculos de exclusão que são reapropriados e ganham novos sentidos, à medida que os integrantes não vêem suas demandas como causa isolada, mas integrante de uma realidade maior, que não minoria, mas que se aproximam de outras demandas.

Muitas são as possibilidades de inspiração ideológica do MSTB, se considerarmos a história de luta de nosso povo. Das primeiras revoltas indígenas e formação de mocambos, passando pela Conspiração dos Alfaiates, pelo 2 de Julho, pela resistência do Quilombo do Urubu, da Revolta dos Malês, da Sabinada e da Luta de Canudos, os sonhos de liberdade dos oprimidos da Bahia irromperam pelos mais diversos momentos de sua trajetória. A reflexão sobre o significado destes processos constitui uma das mais promissoras formas de construção identitária de nosso Movimento (MSTB; MSTB, 2005).

O movimento é composto por uma maioria de afro-brasileiros, o que inclui negros e pardos.

**Gráfico 1**  
**Raça**



Fonte: Cloux (2008).

O objetivo central do MSTB seria a constituição das “Comunidades de Bem Viver”, descrita pelo coordenador Pedro Cardoso como:

Comunidades que mesmo dentro dos limites do capitalismo construam uma contra-hegemonia no sentido de valores e ações que apontem para uma ruptura e construção de um projeto socialista. Então o objetivo é o resgate histórico-cultural de iniciativas socialistas e de construção de comunidades que se contraponham ao sistema capitalista.

O fomento de valores como o ecumenismo, o cooperativismo, o associativismo e a vivência coletiva são elementos norteadores de nossa ação (CLOUX, 2008, p. 58).

Essa opção por uma luta que utilize de estratégias contra hegemônicas podem ser percebidas no hino do Movimento dos Sem Tetos da Bahia.

Bandeiras ao vento

A minha casa eu conquisto pela força

Conquisto caminhando, insistindo em ocupar

Vou caminhando, seguindo em movimento,  
 Minha bandeira ao  
 Sobe e desce sem parar  
 E de mãos dadas com o meu vizinho do lado  
 Me senti encorajado,  
 Bem mais forte pra lutar  
 E num confronto, tomo das mãos do sistema  
 O direito de morar  
 Bandeiras ao vento,  
 O povo em movimento fazendo revolução  
 Bandeiras ao vento,  
 O povo em movimento fazendo revolução  
 Vem companheiro, seguindo em movimento,  
 Este não é o momento, não é hora de parar.  
 Organizar, ocupar e resistir, então vamos prosseguir  
 Se cai a lágrima, fica no peito a esperança,  
 Pois só haverá mudança se houver revolução  
 O povo unido, exigindo seus direitos  
 Que estão no artigo 6º da Constituição  
 Bandeiras ao vento,  
 O povo em movimento fazendo revolução  
 Bandeiras ao vento,  
 O povo em movimento fazendo revolução.  
 (Luciana Moura, poetisa e coordenadora do MSTB)

Não é raro perceber a apropriação do Artigo 6º<sup>24</sup> da nossa Carta Magna por parte dos integrantes do MSTB, esse artigo, em específico diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2003). Entretanto essa mesma Constituição, no Artigo 5º<sup>25</sup>, assinala o direito da propriedade, se esta possui função social, este conceito já retira o direito à propriedade em caráter absoluto.

<sup>24</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010 (BRASIL, 2010).

<sup>25</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social (BRASIL, 2010).



Dentro do Movimento são destacáveis três esferas: o núcleo, que tem a função de mobilizar e cadastrar famílias, não só para ocupações como também passeatas, dados imprecisos do próprio movimento apontam para 26 mil cadastrados; a ocupação, onde as famílias se encontram instaladas podem ser em prédios ou terrenos, públicos ou particulares, que estejam abandonados por pelo menos cinco anos, e que não venham apresentando função social; a comunidade, é quando se tem a posse do terreno e das casas.

O Regimento Interno do Movimento dos Sem Teto da Bahia, documento que define a missão, os princípios e as condutas a serem adotadas por todos os integrantes, foi aprovado em 2005 no “I Congresso do Movimento dos Sem Teto de Salvador”, indica seis instâncias deliberativas, cada qual com atribuições próprias:

Art. 1

São instâncias de deliberação:

Brigadas;

Coordenação Local;

Assembléia Local;

Coordenação Municipal;

Coordenação Estadual; e

Congresso Estadual (MSTB/MSTS, 2005).

Cada instância dessas tem funções próprias ainda que no cotidiano sua ação não ocorra da maneira idealizada, sejam pelas limitações que o dia a dia dentro das ocupações impõem, ou mesmo por uma organização mais pontual e específica. Nas Brigadas, inspiradas no MST, haveria um esquema de rotatividade em tarefas que envolvem o coletivo. Assim, por um determinado tempo, algumas famílias seriam responsáveis pela segurança, limpeza, dentre outras atividades.

Para a coordenação local há uma eleição anual, na qual os coordenadores são eleitos, podendo haver reeleição. A coordenação tem a função de encaminhar as decisões das Assembléias Locais, bem como deliberar sobre assuntos que esta não definiu. A Assembléia é o órgão máximo dentro das ocupações, no qual podem participar todos os membros do Movimento, por determinação própria, maiores de 16 anos.

Para o MSTB, a instância máxima é o Congresso Estadual, ocorre a cada três anos, possui um regime interno de funcionamento próprio e é nele que são definidos rumos do Movimento, é onde o Regime Interno pode ser alterado em consoante a discussões dos delegados, membros do MSTB oriundos de todas as ocupações.



Figura 2 - II Congresso Estadual MSTB 2008  
 Fonte: Acervo MSTB (2008)

Posicionamentos que constam no MSTB/MSTS (2005) (Ver Anexo A) garantem igualdade étnica, social e de gênero, o que está em consonância com documentos elaborados internacionalmente, na busca pelo enfrentamento a qualquer tipo de discriminação:

Art. 12.

Todos os filiados são iguais, independente de condição social, raça, gênero, opção sexual, credo religioso, não sendo permitido o privilégio de qualquer um, seja ele militante de núcleo, ocupação ou qualquer instância de direção do Movimento.

O Regimento também indica possíveis sanções aqueles que violarem tais normas da convivência:

Art. 22

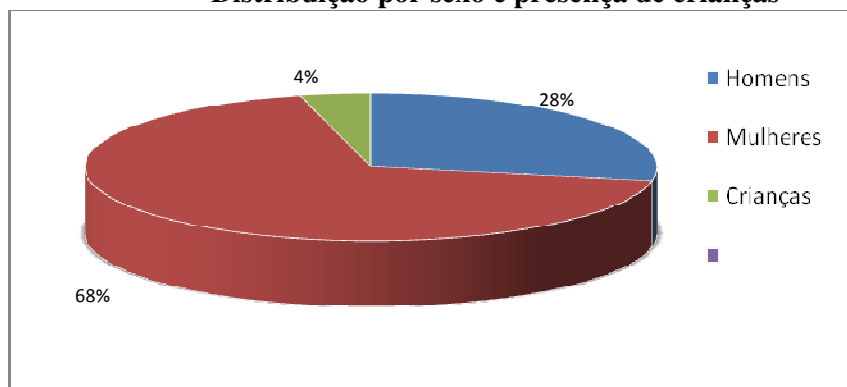
Será passível de expulsão do Movimento o filiado que cometer roubo, estupro, espancamento, particularmente contra mulheres e crianças, homicídio, uso e tráfico de drogas, usar indevidamente o nome do Movimento ou quaisquer outros crimes que tragam problemas para este.

## 2.4 GUERREIRAS SEM TETO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÕES FEMININAS

Outro elemento que desperta grande atenção na composição do Movimento aqui estudado é grande concentração de mulheres, estas somam quase 70% dos integrantes do MSTB. Buscando uma tendência em diversos movimentos populares do Brasil, “é possível observar, por exemplo, que, na maioria dos movimentos populares e sociais desenvolvido nos últimos anos no Brasil, a participação feminina é majoritária, ainda que as lideranças de muitos desses movimentos sejam exclusivamente masculinas” (CHAUI, 1993, p. 146).

Dentro da dinâmica do Movimento, elas são consideradas “fixas” enquanto os homens nem sempre, isso é explicitado pelos cadastros realizados, a posse da casa, no momento da conquista, é preferencialmente da mulher, ao menos que esta não assim deseje.

**Gráfico 2**  
**Distribuição por sexo e presença de crianças**



Fonte: Cloux (2008)

As mulheres do MSTB são singularizadas na luta como:

Herdeira de um legado de pobreza, mas também de ousadia e esperança, pela sua condição de gênero, raça e classe, a presença feminina, em sua grande maioria negra, mostra imensa expressão nas ocupações, núcleos e nas manifestações de rua promovidas pelo Movimento. A saída do âmbito doméstico e a inserção na política, seja nos cargos de direção, seja participando das ocupações, traz novas possibilidades para as mulheres do MSTB, que passam a se familiarizar com o público das ruas e dos espaços de poder, ao tempo em que podem vir a questionar o que acontece entre quatro paredes, a exemplo das divisões do trabalho doméstico com marido e filhos. Por tudo isso, constituem fortes referências para a construção das COMUNIDADES DE BEM VIVER baseadas em relações de gênero igualitárias (MSTB; MSTB, 2005).

Como já exposto, no ano de 2005 é inaugurando, dentro do MSTB, um coletivo de mulheres, intitulado Guerreiras Sem Teto. A participação em um movimento social, dotadas de certo grau de poder, à medida que já não ocupam apenas as esferas domésticas, mas passam a ter uma atuação no âmbito pública, desde os primórdios do movimento elas ocupam cargos de coordenação e estando presentes nas caminhadas, assembléias e outras atividades realizadas (CLOUX, 2008).

O coletivo não se instaura de maneira repentina, ao contrário, é resultado da percepção das igualdades enfrentadas pelas mulheres no cotidiano. Essas mulheres não acreditam que suas demandas estão apenas plantadas no privado, mas são resultados das relações sociais.

Ainda em 2003, dentre inúmeras ocupações, manifestações pela moradia digna, pressões ao Poder Público, interesse de todo coletivo do movimento, *sentamos* para discutir os interesses mais comuns às mulheres, as nossas insatisfações, as violências de todo tipo sofridas, violências tipicamente sofridas por mulheres.

No ano de 2004, já nos reuníamos para pensar de que modo agiríamos para transformarmos aquela situação. Como poderíamos continuar lutando pela nossa moradia, pela segurança do teto e ainda assim continuarmos *inseguras*, privadas de nossa liberdade, do respeito de nossos companheiros, da capacidade de administrar a nossa própria casa, de viver dignamente em nossa comunidade? Começamos a fazer várias reuniões nas ocupações e cada vez mais aumentava o número de mulheres com as quais a luta das mulheres do Movimento dos Sem Teto se fortalecia. Discutimos essas questões no período I Congresso do Movimento dos Sem Teto da Bahia, em janeiro de 2005.

Mas, foi em 8 de março de 2005, que nos lançamos como as **Guerreiras Sem Teto**. Fizemos nossa I Marcha. Neste dia, pela primeira vez nós, mulheres negras, dos setores populares, sem teto organizadas no interior da LUTA POR MORADIA, fomos às ruas para denunciar e combater o racismo e o machismo existente dentro do MSTB e na nossa sociedade (MSTB; MSTB, 2009d) (grifo da autora).

Nas palavras destas mulheres, o coletivo surge com forma de oposição e transformação do capitalismo que teria em sua matriz o machismo que pela divisão sexual do

trabalho, utiliza a mão de obra feminina para a garantia de lucros. Acreditam que com sua ação podem contribuir para emancipação feminina e do grupo em si.

Construir uma rede que aposte nas lutas emancipatórias das mulheres, para que todas juntas saíamos da invisibilidade e da opressão, é o que buscamos em nosso trabalho. QUEREMOS IGUALDADE DE DIREITO E DE OPORTUNIDADES!!!

O trabalho das mulheres GUERREIRAS SEM TETO visa contribuir para o fortalecimento da autonomia e da capacidade de intervenção política das mulheres e, sobretudo, fortalecer a subjetividade feminina a partir do resgate da resistência feminina, negra, indígena e popular do povo brasileiro (MSTB/MSTS, 2009d, grifo do autor).



Figura 3 - Caminhada 8 de março de 2009  
Fonte: Própria autora (2009).

Essas mulheres entendem que, em suas histórias de vida, não estão desvinculados fatores como classe e raça. A multireferencialidade e a sobreposição de categorias estão em seus cotidianos e nas representações de suas lutas. Esses se somam à categoria gênero, que por longos períodos relegou a mulher a condição do privado, sendo tarefa masculina ocupar os espaços públicos. Resultado de uma sociedade com bases no patriarcado,

Mas, nós, **Guerreiras Sem Teto**, que somos descendentes daquelas que foram arrancadas de suas famílias, sociedades, culturas, modos de viver na África - mulheres que criaram um modo de vida neste continente chamado América -, que nos inspiramos umas nas outras, que nos 'seguramos' umas nas outras, das mulheres da Resistência não herdamos apenas as mazelas da 'diáspora', mas herdamos sobretudo a coragem, a combatividade, a capacidade de organizar a luta pela libertação do povo negro, como Zeferina, Dandara, Luiza Mahin e tantas outras. Hoje damos continuidade às lutas iniciadas pelas nossas ancestrais. E é inspiradas na luta de muitas guerreiras que vieram antes de nós que avançamos para a organização do nosso trabalho dentro das ocupações, sem nos deixarmos abater com as idas e vindas, sem nos deixarmos abater pela falta de perspectiva, sem nos deixarmos abater pelos problemas próprios de nosso difícil dia a dia. Hoje, com a força de mais companheiras que levantam a bandeira da libertação das

mulheres e do combate à todo tipo de discriminação e opressão de gênero, avançamos para a construção da rede de solidariedade entre nós, companheiras *de/na* luta, para a construção dos núcleos de base, para a construção do **Coletivo das Guerreiras Sem Teto e gênero**, para a construção da nossa liberdade!!! (MSTB; MSTs, 2009d) (grifos da autora).

Reivindicam políticas públicas que permitam equiparação social e que cruzem categorias, pensando que as identidades não são apenas criadas pelo gênero, mas a articulação deste com classe, geração e raça.

É necessário que as políticas públicas sejam pensadas de modo articulado e que ao pensar o problema do desemprego, da moradia, do transporte, da ausência de equipamentos de serviço e da impossibilidade do acesso, os governantes “se toquem” de que não há como pensar transporte sem pensar em políticas que atendam a(o)s mais prejudicado(a)s com o descaso dessa desarticulação: as mulheres pobres, negra(o)s, a(o)s desempregada(o)s e a juventude. Por isso, nós, Guerreiras Sem Teto, PROTESTAMOS contra tudo isso que consideramos discriminação e retaliação!!! (MSTB/MSTs, 2009d).

Ou ainda,

Não queremos apenas políticas afirmativas que acabem a situação de pobreza, que, sobretudo, atinge as mulheres, mas a mudança estrutural da sociedade. As mulheres dos setores populares, em sua grande maioria negras, sempre estiveram à frente das lutas pela moradia, por equipamentos públicos e bem de consumo coletivos, enfim, lutando pelo direito de organização política e direito de acesso à cidade. Na construção do projeto político do MSTB, que são as Comunidades do Bem Viver, prevemos construir novas relações de gênero a partir da transformação da cultura de opressão à mulher em cultura de solidariedade e de respeito à vida. (MSTB/MSTs, 2009d).

Seria mesmo ingênuo afirmar que esse discurso é proferido por toda a base da militância; entretanto, merece destaque o processo de conscientização empreendido. As questões referentes a gênero compõem a agenda do Movimento e estão presentes nos cursos de formação. De maneira a possibilitar a apropriação do conceito, e perceber que a opressão, seja de classe ou de gênero, tem raízes plantadas no tempo.

Nas palavras de Giuliani (2007, p. 649).

As mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes possam ser postas em prática: apolitização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais[...].

## 2.5 O QUE ERA UM, AGORA SÃO DOIS, MAS SERÁ QUE FORAM UM? CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CISÃO.

Ao longo deste capítulo, desenhamos a trajetória do Movimento dos Sem Teto, que a priori nasce como um único movimento, mas que com o decorrer do tempo se fragmenta. O cismo não ocorreu de maneira isolada, tão pouco de forma planejada, ele foi se estabelecendo nas relações cotidianas de acordo com os rumos que o movimento tomava e como as lideranças visualizavam esses horizontes.

São quatro as principais lideranças do MSTS, no momento da fundação, elas são oriundas de diferentes militâncias: Pedro Cardoso, militante desde a década de 70. Passou por setores progressistas da Igreja Católica, organizações comunistas, partidos políticos, na ocasião estava ligado ao Partido dos Trabalhadores. Ildemário Proença, inicialmente ao Partido Revolucionário do Proletariado, e depois integrando, também, o PT. João Dantas iniciou sua militância em São Paulo, no Movimento contra a Carestia, já em Salvador participou da organização sindical, também esteve ligado ao PT, e Jhones Bastos, militante do movimento estudantil secundarista.

Para Miranda (2008), as divergências, de ações e concepções, estiveram presentes desde os primórdios do MSTB. O autor atribui tais diferenças a trajetória individual de cada liderança, mas assinala que estas se situam, principalmente, na maneira com que cada lado se relaciona com o Estado.

Esse rápido crescimento - e conseqüente potencial - fez aflorar as concepções e práticas diferenciadas, antagônicas até, que viria a culminar na cisão do movimento em dois campos. De um lado, um campo formado por Pedro Cardoso, João Dantas, Ana Vaneska, Dinho e outros militantes, ao qual chamaremos de Campo A; outro campo formado por Idelmário Proença, Jhones Bastos, Walter Sena e outros, o qual denominaremos de Campo B. O primeiro com uma concepção de autonomia do movimento, de construção de poder popular, de mobilização, de conscientização da base, de projeto estratégico para a sociedade. O segundo, como veremos mais adiante, propõe um movimento nos limites da reivindicação economicista e imediatista, sem projeto estratégico, atendendo aos interesses do Estado, embora no discurso não explicita isso, muitas vezes dizendo o contrário (MIRANDA, 2008, p. 103).

A já referida ocupação da Conder é o evento que deixará essas evidências ainda mais latentes. Na ocasião, ficou explícita a discordância de Idelmário, uma vez que este acreditava na possibilidade de uma negociação com o órgão e considerava o ato como ilegítimo. Após

cinco meses, Idelmário participa do programa eleitoral do então governador, que disputava a reeleição, Paulo Souto (PFL), neste momento tece elogios à política que o governo estadual destina à habitação.

A Conder passa a negociar apenas com o Campo B. Mesmo após reuniões, manifestações e envio de ofícios, o órgão continua mantendo contato apenas com um dos campos no Movimento.

A desocupação do Clube Português ilustra de maneira muito precisa as duas concepções em relação ao aparelho estatal. A ocupação era a mais representativa devido a sua localização, muito evidenciada pela especulação imobiliária. Com a cisão ela fica sob a coordenação do Campo B, que após um acordo com os órgãos públicos entrega o imóvel. Das oitenta e cinco famílias que lá estavam, vinte e duas conseguem casas no Dique do Cabrito, e as outras sessenta e três famílias são direcionadas para outras ocupações. O processo ocorre sem que os ocupantes fossem ouvidos, não houve uma assembléia para que os mesmos deliberassem sobre os rumos a serem tomados.

Abaixo as ocupações e suas ligações a cada Campo:



Ocupações do Campo A	Número de Famílias
Mata Escura	120 famílias
Periperi – (área da RFFSA);	320 famílias
Escada – (terreno da Coelba)	300 famílias
Lagoa da Paixão (Fazenda Coutos)	1.000 famílias, 3.000 barracos (área pública)
Gal Costa/Sussuarana	350 famílias (área de propriedade do DNOCS)
Tubarão	150 famílias (área da Votorantim)
IPAC I	23 famílias
IPAC II	20 famílias
IPAC III	11 famílias
Cajazeiras (área da Conder)	276 famílias
Boiadeiro (terreno da União Fabril)	87 famílias
Lobato	22 famílias
Salinas das Margaridas	150 famílias
Conselho Tutelar	*
Valéria	*
Lauro de Freitas	*
Conceição da Feira.	*

Quadro 6 - Ocupações do Campo A

Fonte: Miranda (2008)

\* Número de famílias não divulgado.

Ocupações do Campo B
Fábrica da Toster I (Bonfim);
Fábrica Barreto
Escola Nossa Senhora da Penha
Clínica Irte
Fábrica da Alfred
Edifício Sampaio
Galpão da Leste I
Stella Maris
MPT
Edifício Rajada
Toster II (Suburbana)
Fábrica de Mamona
Edifício Chile
Edifício Caiçara (Brotas)
Vila Metrô I
Vila Metrô II
Ocupação do Bom Juá
Estrada Velha do Aeroporto – Km 12
Riachão do Jacuibe
Teixeira de Freitas
Vila Praiana (Lauro de Freitas)

Quadro 7 - Ocupações do Campo B  
 Fonte: Miranda (2008)  
 Sem número de famílias divulgado

No Campo A, há uma maior preocupação com a formação política de seus militantes. Por exemplo, o coletivo de mulheres, denominado Guerreiras Sem-Teto pelo Campo A, não

está presente nem é mencionado pelo Campo B. Tão pouco a cursos de formações, muito presentes na outra corrente. Segundo Miranda, o campo B tem personificado a movimento, sobretudo na figura de Idelmário, a imediatista seria as conquistas das casas.

O Campo A distingue-se do outro por apresentar uma compreensão de totalidade da sociedade, entendendo o problema da habitação como problema estrutural, cuja resolução só se daria com o fim do capitalismo. Diante disso, em suas resoluções, defendem a *Comunidade do Bem Viver*, sendo um projeto de sociedade onde o coletivismo prevaleça sobre a lógica do individualismo característico do capitalismo; onde não haja exploradores nem explorados. Assim, compreende o movimento como movimento de uma classe social, com interesses inconciliáveis em relação aos capitalistas; com compreensão que a questão de gênero [consequentemente, a organização das mulheres] tem papel estratégico na luta dos sem teto; que é preciso horizontalizar (mesmo que não seja totalmente implementado, mas busca-se) as direções, decisões, como forma de democratizar e educar para uma outra lógica fora da ordem burguesa. Com efeito, o movimento deve ser autônomo e independente do Estado e ter discursos e práticas que expressem essas posições (MIRANDA, 2008, p. 144).

De início, as dissonâncias entre os dois campos só se evidenciam na prática. Não havia documentos, de ambos os lados, que discutissem o rompimento, tão pouco o processo que o desencadeou. Após o II Congresso, realizado em 2008, o que era uma divisão interna se configurou em dois movimentos distintos. O denominado por Campo A assumiu a sigla “MSTB” (Movimento dos Sem Teto da Bahia) e o Campo B “MSTS” (Movimento dos Sem Teto de Salvador). A partir de então, construindo suas histórias e ações de maneira independente.

*A priori*, a intenção era trabalhar com os dois movimentos, mas a partir do redesenho do cenário, percebeu-se que esta análise não contemplava nossos objetivos. Propomo-nos a dar vozes a essas jovens e não comparar, movimentos sociais distintos, com agendas e propostas diferentes. O MSTB, de cunho mais reivindicatório e com proposta para além da moradia, é focalizado em nossa pesquisa.

### **3 ORGANIZAR, OCUPAR, RESISTIR, GESTAR, CUIDAR, PROVER, PROTEGER...: VOZES E EXPERIÊNCIAS**

*A maternidade é uma realidade multiforme, da qual é necessário destacar alguns traços históricos mais importantes (PERROT, 2006).*

Partimos, neste capítulo, para a construção de uma abordagem e análise da maternidade quando esta ocorre na adolescência. Convém destacar aqui que a maternidade é entendida como algo que transcende a gravidez desejada ou não, tornando-se um “projeto” em longo prazo, “para o resto da vida”. Essas mulheres falam de um lugar bastante específico, de vulnerabilidades, de decisões, de vivências. São mulheres sem teto. Integram um movimento reivindicatório. Essa atuação modelaria a maternidade? Traria novas expectativas?

#### **3.1 CARACTERIZANDO AS ATRIZES SOCIAIS**

*Juventude não é  
Ter nenhuma idade  
Juventude é ter  
Sensibilidade  
(Baby do Brasil)*

As atrizes da nossa pesquisa têm histórias de vidas diferentes, um cotidiano marcado por lutas e resistência, experiências e vivências que em muito modela suas identidades individuais e coletivas. Em comum, talvez, apenas o evento da gravidez no período da adolescência e a participação no MSTB - local de moradia e atuação -, e mesmo esta pode ocorrer de maneiras distintas. Portanto, optamos em singularizá-las, dando-lhes nomes para preservar identidades e a manutenção dos compromissos de confidencialidades firmados no Termo de Esclarecimento e Consentimento. Não será referendada a ocupação de onde a entrevistada é oriunda, ainda assim mapeamos as ocupações soteropolitanas e levantamos dados da coletividade e de caráter mais generalista.

A seguir, damos vozes a essas mulheres que, por meio de suas narrativas, demonstram a experiência da gravidez e parto na adolescência. Cronologicamente, há uma distância entre a nossa entrevista e o momento da gestação, o que permite a estas jovens reflexões sobre si mesmas e sobre o vivido, sobre o narrado e o experimentado no cotidiano e na contradição da vida

Ágata, aos dezoito anos, engravidou, atualmente tem vinte um anos.

Alexandrita, atualmente com vinte e cinco anos, foi mãe pela primeira vez aos dezenove anos, está na trigésima oitava semana da quarta gravidez.

Ametista, mãe de três filhos. A primeira gravidez ocorreu quando ela tinha dezesseis anos.

Esmeralda, vinte e dois anos, três filhos, o primeiro com dezesseis anos.

Jade, aos quatorze anos teve a sua primeira gravidez. Atualmente, com dezoito anos, é mãe de duas crianças.

Lazule, mãe de um menino aos dezesseis anos, atualmente está com vinte e dois anos.

Perola, dezoito anos, sua única gravidez ocorreu aos quinze anos.

Safira, dezenove anos, a gestação ocorreu aos dezoito anos.

Topázio é mãe de quatro meninas, provenientes de duas uniões, a primeira gestação aos quinze anos, e a última há poucos meses.

Turmalina, um filho aos quatorze anos. No momento da entrevista, estava com vinte e quatro anos.

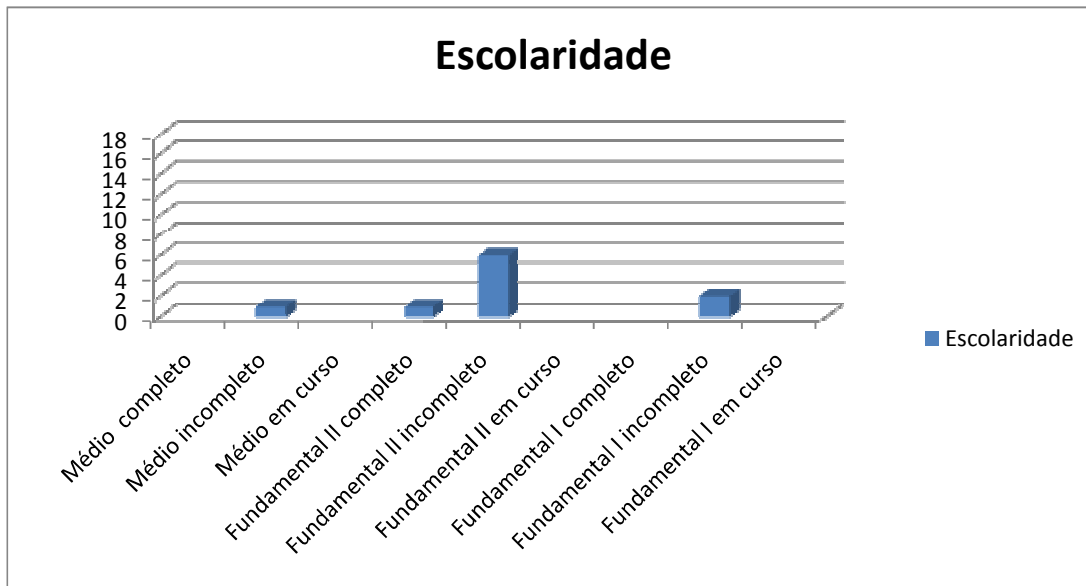
As informações que seguem são resultado de um questionário auto-declarado, que foi aplicado no momento da entrevista, realizadas no ano de 2010 (conforme indicado na primeira parte dessa dissertação). Foi posteriormente tabulado e apresentado em gráficos que se seguirão.

A baixa escolaridade é uma realidade entre as entrevistadas, marcando suas trajetórias e denunciando uma sobreposição a violências, vulnerabilidades e contradições. Também é possível perceber o abandono dos estudos, já que estavam estudando no momento da gravidez, mas não concluíram ou deram continuidade os estudos. Nenhuma das jovens-mães estava estudando no momento da pesquisa, reforçando a idéia de feminização da pobreza e de que maternidade e formação/escolarização podem não ser compatíveis, especialmente dentro deste grupo.

Estudos sobre situação educacional juvenil comumente apontam a evasão escolar, feminina e masculina, correlacionada à condição de pai/mãe na adolescência, justificada pela necessidade de cuidado e do sustento do filho,

particularmente quando acontece formação de novo grupo familiar (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1450).

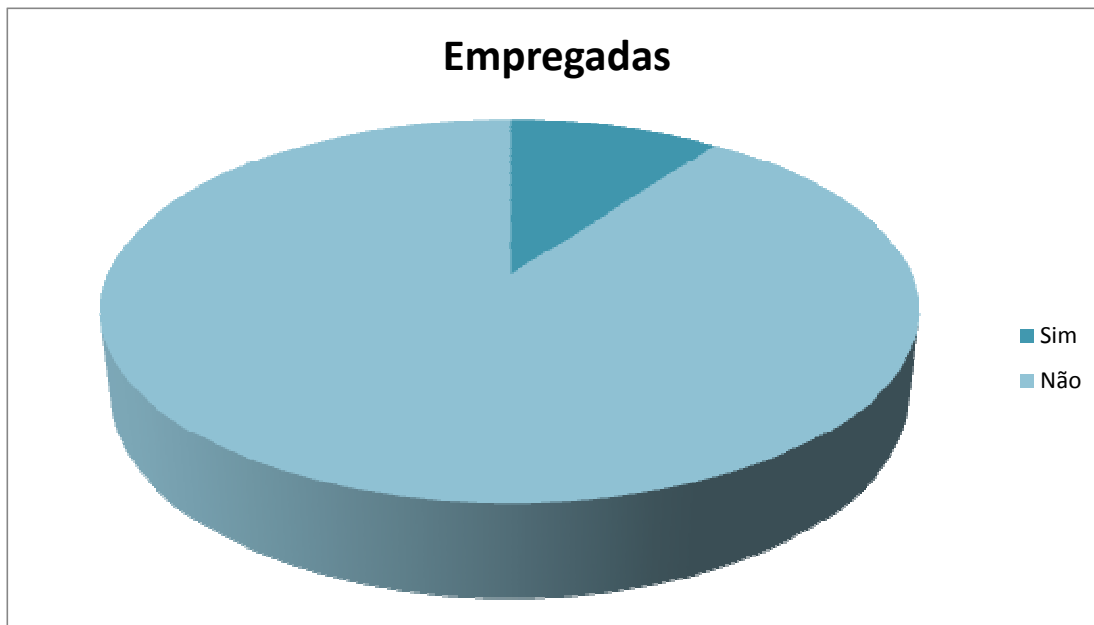
**Gráfico 3**  
**Escolaridade**



Fonte: Própria autora (2011).

Revelaram não ter profissão, com exceção de Topázio, que fez um curso de Hotelaria e Esmeralda, a única que afirma está empregada, atua como diarista, sem registro formal. Desconsideram a atuação no serviço de casa como atividade formal, “naturalizando” o cuidado e desconsiderando a economia que este requer como relevante. No entanto, a maioria revela a realização de atividades informais, “bicos”, como garantia obtenção de renda.

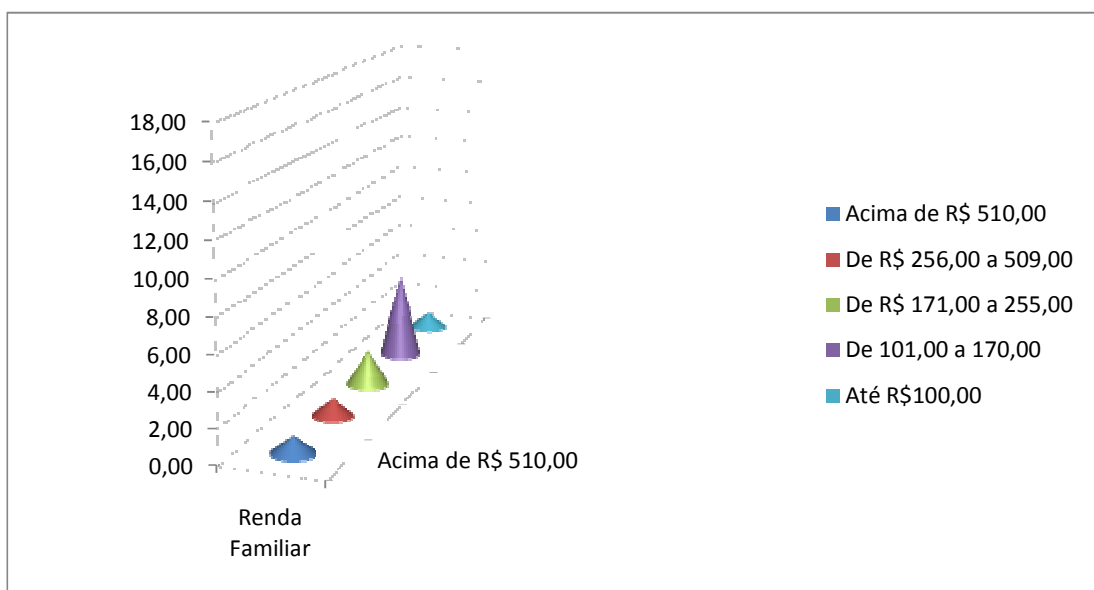
**Gráfico 4**  
**Empregadas**



Fonte: Própria autora (2011).

Difícilmente, a renda familiar atinge o valor de um salário mínimo, que neste momento equivale a quinhentos e dez reais. Majoritariamente, os rendimentos são atingidos pelo trabalho informal, como já exposto, que se caracterizam com atividades como mariscagem, coleta de resíduos sólidos e vendedores ambulantes.

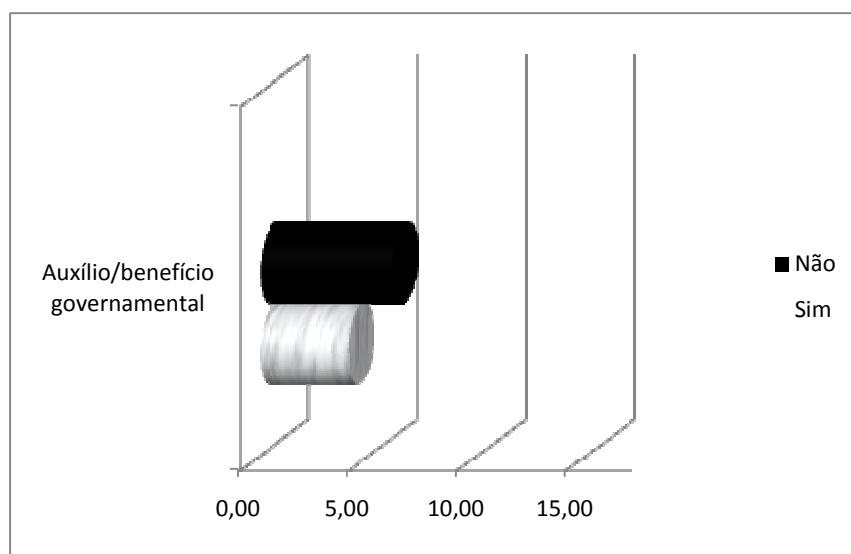
**Gráfico 5**  
**Renda Familiar**



Fonte: Própria autora (2011).

Entre os auxílios governamentais só foram localizadas as inscrições junto ao Bolsa Família. Quatro entre as dez entrevistadas o recebia.

**Gráfico 6**  
**Auxílio/Benefício Governamental**



Fonte: Própria autora (2011).

Para o item “Raça/etnia/cor” nos valem do padrão utilizado pelo Movimento em instrumentos de cadastro. Apenas Turmalina não se auto-declarara negra.



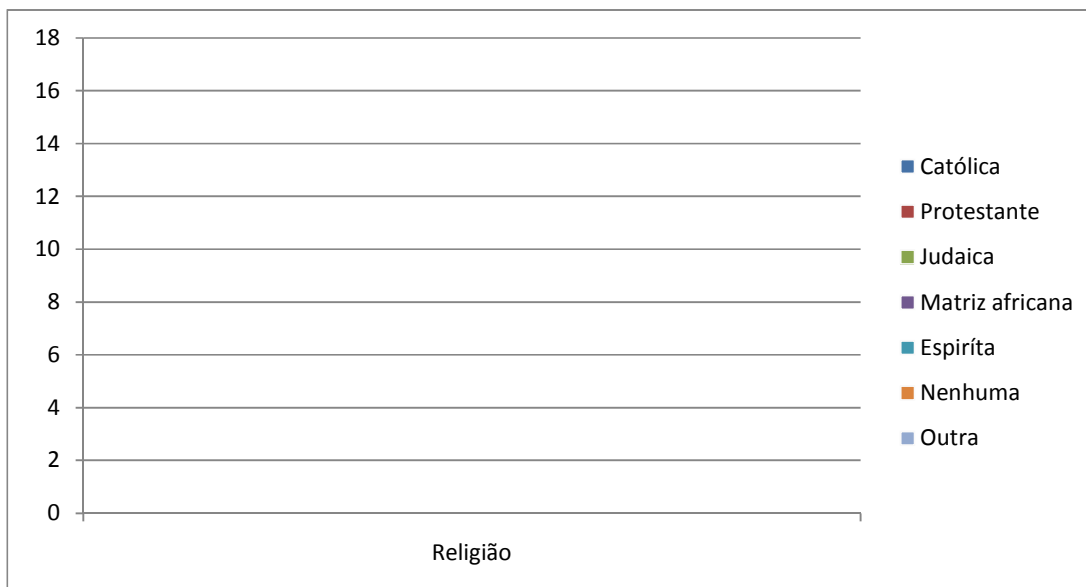
**Gráfico 7**  
**Raça/Etnia/Cor**



Fonte: Própria autora (2011).

Na base do MSTB, é possível visualizar, em termos de religião, um significativo número de protestante<sup>26</sup>. Na nossa pesquisa não foi diferente, quatro das entrevistadas são protestantes, todas se declaram pentecostais.

**Gráfico 8**  
**Religião**



Fonte: Própria autora (2011).

<sup>26</sup> Ver capítulo 2.

### 3.2 SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SE VÊ

Muito embora, assistimos na contemporaneidade uma explosão do erotismo, sensualidade e iniciação mais cedo, revelada nas músicas e nas coreografias, na produção televisiva e cinematográfica, não seria correto afirmar que só agora esse tema foi privilegiado no cotidiano. Ao contrário, já no Brasil Colônia, os documentos do período revelam “o padrão chulo na linguagem sedutora” (VAINFAS, 1997, p. 39).

Entretanto, não significa afirmar que este seja um assunto “fácil” de ser abordado, quando limites do “brincar” e da espontaneidade são ultrapassados. No campo da orientação sexual, há muitos tabus e os problemas não se restringem a esfera do privado. Durante nossas entrevistas, o que percebemos é que a família não é espaço privilegiado para conversas sobre sexualidade, revelando os abismos entre as gerações, que dificultam os diálogos.

Minha mãe nunca ligou pra essas coisas, nunca conversou comigo, até um beijo na boca, na televisão, ela mandava fechar o olho pra não ver. Aí quando eu fui descobrir, fui descobrir sozinha (Topázio).

Eu sabia como evitar uma gravidez não porque minha mãe me explicava, mas porque outras pessoas conversavam comigo na escola ‘menina, você é nova’. Em casa também, não era sempre, mas minha mãe me dava um toque (Esmeralda).

As jovens revelam não ter esse espaço e que as mães não estavam disponíveis para esse assunto. Contam-nos que, por vezes, inspiravam medos e receios sobre o corpo, sexo e o exercício da sexualidade. Os conflitos geracionais aparecem e são reforçados, sobretudo quando também se observam valores e formação religiosa.

Até quando eu me perdi, me perdi não, que ninguém se perde, eu tive o maior medo de contar a ela (Lazule).

E completa:

Minha mãe é muito rústica para essas coisas. Ela não parava pra dizer assim ‘não minha filha, é desse jeito’. Ela ensinava de um jeito mais rústico, do jeito que ela aprendeu. ‘Ah se você ficar aí fazendo, você engravidar, você vai ver.’ (simulando a voz da mãe aos gritos). Era assim que ela ensinava, entendeu? Não era de sentar conversar (Lazule).

Mesmo quando as mães estão abertas ao diálogo, essas conversas não são avaliadas como suficientes.

Minha mãe conversava de como me prevenir, mas uma orientação assim, não, de me explicar ou de me proibir. Isso não. Ela sempre foi liberal (Ametista).

Nas escolas, apenas as aulas de Ciências tinham orientação sexual no currículo, lembram as que passaram pelo processo de educação formal.

A professora não falava disso, não. Só quando era aula de ciências que elas davam isso aí (Jade).

Eventualmente, havia palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e métodos anticoncepcionais.

Eu já fui numa palestra que já teve essas conversas. Eu ia muito, aqui no S. João (Turmalina).

Ainda assim, destinada a alguns ciclos, o que nos sugere que a educação sexual se inicia tarde, se tomarmos como indicador a iniciação sexual cada vez mais cedo e as frequentes repetências, que distanciam séries escolares e idade das adolescentes para o processo regular.

Na escola eu só vim aprender sobre isso quando já tinha a outra filha, porque quando eu engravidei, eu tinha 15 anos, e tava na quinta série e ainda não dava orientação sexual, não. Veio dar agora que eu passei para sétima, oitava (Topázio).

Nas escolas, são as conversas entre colegas o espaço privilegiado para as trocas de confiança e para sanar possíveis dúvidas. Mesmo que se admita que nem sempre as informações trocadas são as mais coerentes, elas são preferíveis se comparadas a conversas do mesmo teor com as mães, por exemplo.

As amigas eram muito seletivas falavam sobre tudo. Minha mãe não era assim muito de falar sobre essas coisas comigo. Ou era na escola ou eram as amigas. Na escola, acontecia nas aulas de biologia. A gente conversava, quando chegava no intervalo falava sobre o assunto, entre os colegas, quem sabia mais passava um para o outro. Quando a gente tava com uma suspeita, quando a menstruação atrasava, sempre uma amizade achava que a gente já tava grávida, já. Não perguntava: você tomou comprimido? Você tomou remédio? Entendeu, nem sempre era certa (Ágata).

Mas isso não invalida o papel da escola, que por ser um local de construção de conhecimento pode fornecer aos jovens condições de optarem por outros caminhos. Em outras palavras, através da educação e da informação, a escola pode apontar para aos estudantes alternativas.

A escola ajuda a não engravidar, tem palestras sobre AIDS, sobre camisinha. Aí você já tem uma pequena coisa, pra você não fazer um desvio que você sabe que você vai parar de estudar, vai dar sua atenção só com a criança.

Então o colégio faz com que você não engravide, pra você não perder a oportunidade de ser alguém na vida (Ágata).

Nossas entrevistadas revelam ter conhecimento das Doenças Sexualmente Transmissíveis e as formas de contágio. Entretanto, não era uma preocupação presente, ainda prevalecendo a ideia de contracepção desnecessária, à medida que se estabelecem vínculos.

Eu não era essas mulheres de tá com um e outro, não. Eu me prevenia assim com camisinha, de vez enquanto. O único que eu não uso camisinha é com meu marido agora, que já tem quatro anos com ele (Safira).

Ou ainda ,

Em nenhum momento eu tive medo, porque assim, o pai do meu filho foram quatro anos, eu e ele, logo nos primeiros anos a gente com camisinha direto, e depois que passou um ano e pouco, aí eu já confiava nele, a gente passou a ir sem camisinha (Lazule).

Topázio é uma exceção.

Tive medo (contrair DSTs) porque meu primeiro marido, é o pai das duas primeiras, as duas ultimas é outro esposo, o pai delas, era muito assim, mulherego, aí eu tinha medo sim” (Topázio).

Sobre os métodos contraceptivos, Topázio conta-nos que inicialmente só conhecia o preservativo masculino e amplia seus conhecimentos quando passa a frequentar postos de saúde. Jade diz que mesmo conhecendo, o uso não lhe agradava.

São frequentes as jovens que revelam usar métodos contraceptivos, mas ainda assim de maneira irregular.

Conhecia, quando eu engravidei do primeiro, eu tomava anticoncepcional, mas aí eu tomava um dia sim, outro não, esquecia. Aí acabei engravidando (Ametista).

Conhecia a pílula, a injeção. Inclusive eu tava até tomando, mas parei (Esmeralda).

Percebemos algumas concepções distorcidas, sobre os métodos e o acesso aos mesmos.

Conhecia os métodos anticoncepcionais, mas não tinha idade de ir no posto pegar, porque até hoje se você pega uma menina de dezesseis anos a quinze e leva pra um ginecologista pra passar um anticoncepcional ele não vai passar nunca. Ele vai dizer que tá muito novo, que tá muito cedo, que não pode, que porque organismo. O organismo de uma menina de quinze anos não é assim tão desenvolvido pra tomar um anticoncepcional, ele nunca passa (Lazule).

E mais adiante completa,

Eu ia direto, eu sempre fui, sempre gostei de ir ao ginecologista, mas eu mesmo, nem perguntava, porque sabia que ele não ia me dar. Como qualquer dessas meninas da nossa ocupação com quinze, quatorze, treze ou doze que muitas iniciam sua vida sexual mais cedo dos que as outras, eu esperei chegar aos 15, mas têm muitas que ao esperam chegar, se as mães saírem pra procurar, levar elas pra tomarem um anticoncepcional, eles nunca vão dar (Lazule).

### 3.3 APRENDENDO COM OS PARES, COMPARTILHANDO VIDAS

*Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
(Gonzaguinha).*

De certo, como aponta a literatura, jovens aprendem com outros jovens, compartilhando, interagindo e criando identidades. A socialização toma uma importância singular nessa fase da vida, realizando a construção do vir a ser. Entretanto, nossas entrevistadas revelam que não havia outras colegas grávidas, no momento de suas gestações, sendo um momento de vivência individualizada.

As colegas não influenciaram, não conhecia ninguém grávida (Topázio).

Nenhuma delas engravidou tão cedo, quanto eu. Hoje engravidaram, depois, e tiveram bem mais filhos do que eu. Mas eu que engravidei mais cedo do que elas (Lazule).

E nos sugere que por mais que as amigas tendam a influenciar no comportamento juvenil, existe a possibilidade de não se permitir guiar pelo que os demais falam:

Têm adolescentes que são cabeças e que não vão, e outras que vão. ‘Ah, vá! Que é bom, é gostoso’. Ou então, ‘Pode engravidar que prende o homem’ (Ágata).

Completam corroborando o discernimento dos jovens no momento de suas escolhas individuais,

Eu acho que uma parte, a metade, as colegas influenciam, as pessoas que tem a cabeça meio assim ‘eu vou, eu vou seguir aquela colega minha’. Entendeu? É a outra parte que tem cabeça e que não vão pelas amigas. (Ágata)

Eu tenho muitas colegas que também engravidaram muito cedo. Às vezes influencia, mas eu mesmo não fui por ninguém. Foi porque aconteceu mesmo (Turmalina).

As colegas influenciam um pouco. Inclusive na época que eu tava estudando, tinha uma que levava o bebezinho dela pra escola, molinho, porque não tinha quem olhasse. Ao eu ficava também, perdia até horário de aula, pra ficar com bebezinho dela (Esmeralda).

Só Ametista admite uma grande influência do grupo de pares:

Tinha umas três amigas grávidas, E influência, eu acho que sim, porque essa minha irmã aí, engravidou e teve a primeira filha dela, aí eu olhava e queria ter o meu pra mim, aí engravidei, porque eu queria ser mãe, aí tive. Aí depois ela teve a segunda, eu fui e tive também a de cá. Aí ela teve o terceiro, eu tive também (Ametista).

As confissões entre adolescentes, também, são negadas. Afirmam que assuntos como sexualidade, não são frequentes,

Tinha uma colega só, especificamente, que sempre falava uma coisa ou outra (Lazule).

Após a descoberta da gravidez, neste período, mudam as relações com os amigos e pessoas próximas. O que as adolescentes avaliam com muito pesar.

A maioria das minhas colegas já não andava comigo. Teve umas que criticaram muito. Por ser muito novo. Por tá muito novo. Pouca idade. Por que você vai engravidar com essa idade, menina? Muitas se afastaram. Foi muito ruim (Lazule).

Eu sai com minha colegas, depois me deixaram de lado, ninguém ia na minha casa me visitar, e eu também fiquei muito nervosa e colocava todo mundo pra correr. Aí as meninas parou de ficar com amizade, assim, me procurar, se distanciou um pouco. Aí depois que eu ganhei neném, começou a amizade tudo de novo. No momento eu não me senti sozinha, porque assim, eu tive uma gravidez muito enjoada, eu tive enjoou de tudo e todo mundo eu não queria nem ver gente (Topázio).

Mais ninguém me ajudou. Porque os outros só souberam me reprimir 'pra que você que filho? Não tem como se sustentar. E quer filho, e não sei o que'. Isso eram as pessoas que eu pensava que eram amigas. Tanto que agora eu nem ligo pra eles (Ametista).

No momento que se vêem grávidas precocemente, consoante seus relatos, descobre-se que já não se tem as amizades antigas. Tal fato pode agir no psicológico dessas adolescentes.

A gestação em si é um momento delicado que requer atenção e, semelhante à adolescência, possui particularidades próprias. Quando se juntam estes dois momentos, adolescência e gravidez, é obtido um leque de transformações que levam a um turbilhão de emoções e acontecimentos (MOREIRA et al., 2008, p. 315).

Me abalou, porque assim, eu engravidei e no momento que eu precisava de alguém pra desabafar, poxa, não tinha ninguém, não tinha ninguém. Todo mundo sumiu, e eu tinha muitas amigas de sair de festa e tal. Mas na hora que eu tava grávida não tinha ninguém. Me vi sozinha, sozinha, sozinha (Lazule).

A partir desse processo, haverá uma tentativa de construir novos grupos.

Eu tentei conciliar gravidez com estudar pra vê se ocupava a mente um pouco. Fui estudando. No colégio fiz outras amizades (Lazule).

Essas novas amizades podem dedicar mais atenção, partilhar os momentos da gravidez, com certo entusiasmo, mas amigas do tempo de brincar junto, essas já não estão presentes. Os projetos individuais são modificados, novas demandas se inserem, novas perspectivas são criadas e novos objetivos são galgados.

### 3.4 GESTAÇÃO QUE MODIFICA A VIDA? ANALISANDO OS IMPACTOS

*Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera e enfrenta o leão  
(Gonzaguinha).*

Ao analisar a maternidade na adolescência, é preciso sair da primeira leitura rasa e partir em busca de como o fenômeno modela a vida desses jovens.

O contexto social no qual ocorre a maternidade/paternidade na adolescência e os principais desdobramentos na vida desses jovens advindos do nascimento da criança são questões fundamentais na análise da experiência de parentalidade juvenil. Assim, interessa saber: o que muda e o que permanece na biografia desses sujeitos? O que há de específico na condição de jovens pais/mães? (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1448).

A maioria das mães aqui apresentadas se auto-define como jovens. Conceito esse, relacionado à faixa etária, e que não mudaria em função da maternidade.

Eu me acho jovem, mas minha mente já é de adulta. Não é só porque eu tenho um filho que vou ser senhora já. Não! (Jade).

Me considero jovem, por causa da minha idade. Não é porque tenho um filho que vou deixar de ser jovem (Safira).

Sim, tenho vinte e dois anos só. Não me considero velha, não. Sou jovem (Lazule).

Me considero jovem. Jovem... Eu tô ainda nos vinte anos, muita, muita coisa pra rolar ainda. Nem cheguei aos trinta. Tô com minha juventude ainda, tem que passar muita coisa ainda. Entendeu? (Ágata).

Me considero jovem. É bom, eu me considero jovem. Eu acho assim, porque eu saio, porque eu curto, não há nada que me empate. Nem meu filho não me empata (Turmalina).

Em umas partes eu sou jovem e outras não, eu não tenho mais liberdade, eu não tenho mais liberdade. Eu não saio mais, se eu tiver que sair tenho que levar essa renca toda (Ametista).

Entretanto, conceituar juventude não é tarefa simples, sendo que a revisão de literatura nos aponta o mesmo<sup>27</sup>. A idéia de ser jovem, como tempo de ter amigos, de diversão, confrontaria com as responsabilidades que a maternidade traz.

Ser jovem é um negocio enfocado. né [risos]. Boa pergunta. Ser jovem é ter outros jovens para sair. Ser jovem é curtir a sua vida. É muito show, muita paquera. Essa era a minha juventude, antes de engravidar. Agora é diferente, eu tenho meu filho, tenho meu esposo que não é o pai do meu filho. Tenho uma casa pra cuidar. Tenho minhas responsabilidades. Tenho sempre que tá trabalhando, fazendo bico pra sustentar meu filho. Mudou muita coisa (Lazule).

Ser jovem é como ser criança. É outra criança. Jovem sai se diverte e adulto não, adulto trabalha, tem responsabilidade (Perola).

Se a entrada na vida adulta era ansiosamente esperada por gerações anteriores de jovens, hoje, cada dia mais, não somente se prolonga a condição juvenil no tempo, como não se verifica nenhuma pressa ou desejo de assumir a condição adulta. A vida adulta significa dependências, obrigações, amarrações, enquanto que a condição juvenil possibilita vivenciar diversificadas experiências socializantes. Atualmente ser jovem tornou-se prestigioso, tanto que está ocorrendo um processo de juvenalização da cultura (CAMACHO, 2004, p.332).

A juventude é caracterizada pela liberdade, portanto deixar de ser jovem, representa não ser mais livre.

Ser jovem é ser livre e eu não sou mais. Antes de ser mãe eu era jovem, e como eu era (Ametista).

Antes de ter filho eu saia muito, curtia muito. Agora que eu tive filho eu não sei o que sair mais pra uma festa. Depois dos três, porque quando tinha só a primeira e a segunda eu dava uma escapulhidinha. Mas agora não (Esmeralda).

Depois que tive filho eu fui amadurecendo mais e mais, hoje eu não me considero jovem mesmo. Ser jovem é ter sua liberdade, em certos pontos, ter sua liberdade, sair pra passear, e isso eu não tenho mais (Esmeralda).

A maternidade pode, ainda, subtrair o tempo da infância. Uma vez que requer um grau de maturidade. Vivência da maternidade é percebida pela adolescente como um aumento da responsabilidade e como fator de amadurecimento (GONTIJO; MEDEIROS, 2008, p. 470).

---

<sup>27</sup> Ver capítulo 1.



Eu me sinto uma criança, uma adolescente, ainda, porque eu perdi, né, minha adolescência toda, que eu ainda brincava de boneca, aí eu engravidei, aí ficou tudo pra trás, hoje eu fico tentando fazer coisas que era pra ter feito há muito tempo atrás, eu brinco com minhas filhas. É tanto que parece que sou irmã delas, falo nem parece que eu tô falando (Topázio).

Elas nos revelam o desejo de ser mãe, ainda que não exatamente no período em que ocorreu.

Tinha vontade de ser mãe, mas não nessa idade.” (Jade).

Ou ainda,

Eu não pensava em ser mãe tão cedo, porque eu nem sabia cuidar do menino, quando nasceu, para mim era a mesma coisa de tá brincando com boneca. (Lazule).

Eu queria ser mãe, mas não assim de um bocado, porque eu sou contra o aborto. Eu queria parir mesmo, aí depois aconteceu, aí aconteceu de novo e de novo, eu tive que ficar (Esmeralda).

Pode-se, também, questionar o parceiro, na avaliação do desejo pela maternidade.

Eu não, na tinha não [desejo de engravidar]. Eu tinha, eu tinha vontade, mas não no momento, e com a pessoa que eu tive, nem valeu a pena. Só por isso (Turmalina).

Apresentam-nos uma noção de fatalismo, como se não houvesse alternativas e a opção de não engravidar.

Querer ninguém, quer engravidar. Ninguém engravida porque quer (Lazule).

E da ausência de perspectiva.

Eu me arrependi muito, sabe? Depois que eu vim pegar amor a meu filho que eu deixei, mas me arrependia muito de ter engravidado cedo. Eu pensava que nada ia dar certo na minha vida. Não vinha assim, de eu pensar, que depois desse filho ia melhorar. Eu pensava só desespero. Eu pensava isso (Jade).

Safira e Ametista, diferente das outras jovens, apontam o desejo de ser mãe, a vontade de construir um projeto e uma experiência que estejam incluídas crianças e projeção também na militância quanto à reivindicação é a moradia.

Eu sempre quis ter filho, mas só consegui agora, com dezoito anos, eu vinha tentando desde os dezesseis anos (Safira).

Tinha muito desejo de ser mãe. Eu queria saber. Todo mundo tinha filho menos eu, aí eu queria saber como era a experiência de ser mãe. Como era, aí eu exagerei na dose, tive três (Ametista).

A possibilidade do aborto aparece e, por vezes, há tentativas:

Nisso aí [aborto] eu pensei muito. Depois eu não consegui, eu deixei, né. Eu tomei chá (Jade).

[Sobre interrupção da gravidez] Pensei, ainda tomei remédio, tomei chá. Mas não consegui perder ele (Turmalina).

Já fiz aborto. Depois do mais velho. Eu fazia os abortos até os dois meses, quando fazia três que é quando dizem que tá se formando aí eu não tomava mais nada. Mas eu tomava sempre chá, chá de capim cheiroso, de boldo, aqueles chás horríveis mesmo, aguniado, remédio de verme, aí perdia, mas quando eu fazia três meses eu não fazia mais. Eu fiz sete abortos, é um direito meu, eu tenho o direito de ir e vir. Se eu não tivesse tirado eu já tava com dez (Ametista).

No entanto, elas são desencorajadas e as decisões por mais individual que pareçam, são compartilhadas e divididas com o coletivo, seja entre familiares como entre amigos.

Só que aí veio medo e também conselhos. Muitas pessoas vieram falar ‘ah se você tomar remédio, ou alguma coisa sua criança pode nascer com problemas ou então você pode vir a falecer junto com a criança’. Porque na hora que eu vim descobrir que tava grávida, eu já tava com cinco meses (Topázio).

Concepções religiosas marcam esta decisão, mesmo em casos com o de Lazule, que nos revela não ter religião e os enfrentamentos não só geracionais, mas de valores também estarão presentes, marcando decisões

Até um certo momento eu pensei em tirar, mas depois eu não tive coragem. É um pecado que eu não vou levar nunca na minha vida (Lazule).

Há quem revele nunca ter pensado, colocando ponto final e revelando ser mais que uma opção de momento, mas a representação de valores que estão presentes em sua formação, concepção e prática cotidianas.

Nunca pensei em aborto. Onde come um, comem dois, três, comem quatro (Esmeralda).

Nossas depoentes revelam que o corpo e a reprodução são lócus para reflexões conflituosas e paradoxais. Deste modo, novamente é Safira que confirma a exceção, salientando que nunca pensou na possibilidade de aborto, uma vez que já vinha tentando a gravidez há pelo menos dois anos.

Admite-se que o cuidar modifica a vida e aparece a “obrigação de ficar em casa” (Jade).

- Mudou tudo na minha cabeça, antes eu não pensava em nada, agora tenho que pensar primeiro nos meus filhos. E - Eu não saio, assim não, porque agora eu tenho meus filhos (Jade).

- Antes eu brincava muito, saia, me divertia ia pra show e agora me dedico mais a ela [a filha]. Penso mais nela [a filha] do que em mim. (Perola)

- Agora que eu sou mãe é bom, eu mudei em algumas coisas, mas em outras eu sou a mesma (Turmalina).

- Ser mãe muda muita coisa, depende da mãe, que tem mãe que não muda nada, é a mesma coisa (Turmalina).

A maternidade pode representar uma mudança na vida, a salvação, redenção de que se encontrava em uma vida imersa as drogas.

- Mudou a minha vida, graças a deus. Teve muitas mudanças, a vida que eu tinha antes eu não tenho mais, graças a deus. Tive que mudar a minha vida totalmente. Antigamente eu saia com as meninas, usava muitas coisas, muitas drogas, muita cachaça, muito homem. E, hoje em dia, eu não sou mais isso. Deixei, né? Porque eu tenho meu filho, amanhã ou depois, que ele já tiver grandão, porque ele já vai fazer onze anos, ele vai olhar e vai dizer o que pra mim? Né isso, se eu der um mau exemplo pra ele. Quando ele for fazer algo de errado e eu falar, ele vai dizer 'quem é a senhora?' (Turmalina)

Para Safira, Esmeralda e Ametista, não há grande mudanças.

- Já não era muito de curtir, era caseira. Só fazia trabalhar, mesmo. vinha só nos finais de semana, então para mim não importava (Safira).

- Eu não mudei muita coisa não, sempre fui uma pessoa quieta, na minha. Nunca gostei de confusão, nada e hoje continua a mesma coisa (Esmeralda).

- Eu continuo sendo a mesma. Responsabilidade eu sempre tive, sempre tive responsabilidade. Mas meu comportamento mudar, não mudou não (Ametista).

Cuidar dos filhos é uma habilidade que vai se adquirindo com o tempo.

- Fui aprendendo aos poucos, é muita coisa, você cuidar de uma criança é muito difícil, você pensa que é tão fácil assim, tinha ajuda sim, tinha a mulher do meu pai, que é minha madrasta, que me explicava assim, como era e tal, fui aprendendo, né. Na tora (Lazule).

Para o futuro, essas jovens fazem planos, sonham. Mas não desejam mais uma maternidade.

- Espera que seja a única (gravidez) (Safira);

- Não quero filho mais nenhum (Lazule).

Exceto Ametista que deseja mais uma gravidez,

- Eu quero 4 filhos, mais uma menina (Ametista).

E admitem que a vida poderia ser outra, não fosse a gravidez precoce.

Lazule completa dizendo,

- Não me arrependo de ter tido meu filho, jamais, isso aí eu não me arrependo nunca, mas eu me arrependo das coisas que eu perdi por ter engravidado dele. Que aí foi passando o tempo, eu não consegui concluir meus estudos, porque sempre eu tinha ele, no colégio que eu estudava eu ia de calça apertada direito, aí chegou um momento que a barriga já tava grande, e eu não podia ir mais, o diretor não liberava ir com outra bermuda, mas folgada e tal. E até hoje eu não consegui concluir minha oitava série. Tinha outros projetos pra minha vida, podia tá num emprego melhor, com uma vida melhor.

Agora hoje, com a minha cabeça que eu tenho, eu não teria engravidado de ninguém. Não seria mãe, porque eu sinto muita falta dos meus quinze anos porque eu curtia muito, saía muito, me divertia muito, e até meu filho ficar nessa idade, foi um tempo de minha vida que parou. Porque eu nunca confiei deixar meu filho com ninguém, ficava medo de alguém maltratar, foram cinco anos de minha vida que parou, aí depois de cinco anos, mesmo com meus vinte e dois anos, aquele pique que eu tinha com quinze eu já não tenho mais com vinte e dois. Sou mais de ficar em casa.

Hoje, fica complicado, você fazer, quando você tem um filho, porque as únicas faculdades que a gente pode fazer é a pública, né. E minha irmã, ela fez faculdade pela UFBA, minha irmã estudava o dia todo, mas ela podia, porque ela não tinha filho nenhum, e eu não posso estudar o dia todo, porque eu preciso ter uma renda pra sustentar meu filho. Então, meu sonho da faculdade fica mais complicado. Fica mais pra frente (Lazule).

A gravidez dificulta a permanência na escola e a continuidade dos estudos.

- Estudava, depois eu parei (Ametista).

Seja pelos sintomas que a gestação ocasiona, ou depois com a necessidade de cuidar da criança.

Eu parei de estudar quando tava com três meses, não dava pra ver direito. Eu não consegui acordar, eu estudava de manhã. Quando eu tive ele, eu voltei a estudar, mas aí eu não achava ninguém pra ficar com ele. Porque ele [primeiro filho] não é filho desse [atual companheiro] aí não. Ele é filho [primeiro filho] de outro, mas ele [atual companheiro] que criou, mas quando eu estudava, eu não tava com ele não, aí eu não achava ninguém pra olhar ele e o pai dele não registrou ele, dizia que não era dele, aí depois que nasceu, que ele nasceu aí quis registrar, mas eu não deixei (Ametista).

Ainda assim, as mães da resistência avaliam a maternidade de maneira positiva.

- Até agora eu não tirei aprendizado nenhum. Porque tem vez que eu me arrependo. Eu me arrependo bastante de ter tido tanto filho. 3 filhos? É muito. Três filhos é muito. Mas a sensação de ser mãe é ótima, é algo que não tem explicação (Ametista).

- As coisas que minha mãe passou comigo, quando eu era menor, ela dizia ‘vocês ainda vão ter seus filhos e ver o que eu passo com vocês’. E é isso. Filho é responsabilidade. Muita responsabilidade (Esmeralda).

- Ser mãe é bom, ter um filho. Você ensinar a ele como é a vida. Agora posso ter ajuda de outras pessoas, como a minha mãe, meus familiares (Perola).

Entretanto, nos revelam que melhor seria evitar uma gravidez na adolescência,

- Eu diria que antes dela engravidar, pensar bem na pessoa que ela tá. Se ele é uma pessoa boa com ela, trabalhar, tudo isso, porque filho é responsabilidade (Turmalina).

- Pensar muito, mas muito mesmo antes de ter um filho sem, como posso me expressar, sem planejar, né?! Porque filho tem que ser uma coisa planejada, muito, muito e muito (Ametista).

- Eu diria pras meninas evitarem, porque é trabalhoso. É bom, mas é trabalhoso. Muito trabalhoso, em termos de educação, alimento... (Esmeralda).

- Tem que pensar bastante no que vai fazer pra não prejudicar os filhos (Esmeralda).

### 3.5 ALTERNATIVA PELA MILITÂNCIA?

*Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada.  
(Gonzaguinha)*

Mapeamos distintas formas de participar do Movimento. Jovens que ocupam a Coordenação local de sua ocupação e outras que alegam não terem tempo de irem às caminhadas. Das mais ativas às que simplesmente “estão” no espaço do movimento, das reivindicadoras às mais centradas no universo restrito.

Topázio afirma que conheceu o Movimento através de uma vizinha, quando ainda morava com a mãe e com o companheiro. E que esta aconselhou que ela procurasse a ocupação. Safira, Lazule e Jade conheceram o MSTB através de suas mães, que passaram a integrar o movimento e assim, trazem outros membros da família. Safira e Jade são irmãs e participam do MSTB há quatro anos quando a mãe trouxe a família. Ágata não diferente passa a compor o Movimento quando se descobre grávida.

Eu vim morar depois que engravidei, aí eu vim morar aqui, eu vim para o movimento (Ágata).

De maneira geral, percebemos que a família é o grande impulso para que essas jovens passem a compor o MSTB, seja na condição de mães ou de filhas.

Meu irmão chegou aí viu um negócio aí invadindo, quando pensou que não, aí meu irmão “vumbora, tem ali um barraco pra gente morar” aí eu vim junto com ele (Turmalina).

Eu tava morando no alto do Cabrito, aí teve uma chuva, uma chuva horrível. Aí, levantou o telhado da casa do meu irmão. O meu ficou querendo levantar. Um desespero total, de madrugada. Aí minha tia, mãe da minha prima aí ligou pra mim e mandou a gente ir pra lá pra outra ocupação do Movimento dos Sem Teto que tinha lá na Baixa do Sapateiro que pegou fogo. Aí a gente tava lá, aí depois Carla [coordenadora do MSTB] pegou e chamou a gente pra vir pra cá ajudar a ocupar, aí eu fiquei lá e ele [o companheiro] veio, aí depois de cinco dias, eu peguei e vim, que eu tinha terminado de ter a filha dele, eu tava com poucos meses (Ametista).

Cheguei no Movimento através da minha irmã, ela veio primeiro. Vai fazer um ano já (Esmeralda).

Uma amiga de mainha invadiu um prédio e aí a gente foi tudo morar junto. Depois a gente saiu, alugou uma casa e depois voltou de novo pro movimento (Perola).

O principal objetivo dessas jovens é obtenção da casa própria, recuperando a ideia de que a militância tem uma causa e independe de situações individualizadas. A todos os seus membros, o que cria a identidade é estar dentro de um movimento cujo objeto é a fixação.

Espero conseguir minha moradia digna (Safira).

É conseguir a casa, não precisar ficar na rua (Ágata).

Eu espero uma casa, mas enquanto não sai, a gente tá aí pra lutar até conseguir (Esmeralda).

Eu espero que fique, que dê tudo certo. Que a gente tudo precisa mesmo, que dê tudo certo (Turmalina).

Espero ganhar uma casa (Perola).

Para as entrevistadas, é a moradia que as caracterizam como sem teto.

Ser sem teto é quem não tem onde morar (Turmalina).

Sem teto são pessoas que não tem onde ficar. E aí invade um lugar como invadiu aqui, que aqui não é nosso, a gente tá porque não tem onde ficar (Ametista).

Ser sem teto é uma pessoa que não tem onde morar (Perola).

Todas elas dizem participar das atividades do Movimento,

Nas reuniões, festas juninas, passeatas (Jade);  
 Quando tenho tempo, vou à passeata (Topázio);  
 Participo quando posso de palestra, reuniões” (Safira).  
 Participo da limpeza, das reuniões (Perola).

Elas nos narram o dia a dia nas ocupações, marcado pelo convívio com a vizinhança, que pode ser harmonioso ou não

Aqui é todo mundo unido. Tem nossas atividades que é organização, limpeza da ocupação (Esmeralda).

As coisas que as coordenadoras passam pra gente, tudo direitinho, procura seguir, mas nem todos, né?! Nem todos seguem as ordens da casa, principalmente a limpeza, o respeito um pelo outro, a união (Esmeralda).

Aqui tem gente que tem suas desavenças e gente que não tem. Tem reunião, quando tem festa todo mundo se junta (Perola).

O dia a dia na ocupação é bom, só trabalho, só correria (Turmalina).

Aqui tem o dia de tudo. Fim de semana a gente faz uma festinha. Dia de quarta feira é o dia da faxina, hoje mesmo é quarta, né? Quando não é dia de quarta é sábado, faz faxina no prédio inteiro. Mas quando não tem a faxina cada um limpa seus andares. Não tem muita coisa, não (Ametista).

Ametista nos revela que mesmo participando de um movimento social a atuação feminina no espaço público precisa ser legitimada, ao menos pelo companheiro. Em circunstâncias nas quais é melhor calar.

Ele [companheiro] participa do Movimento mais do que eu, porque quando tem as reuniões é uma raridade ele deixar eu ir. Ele quer que eu fique dentro de casa olhando os meninos, ele não deixa eu sair, não tem jeito. Ele diz ‘fique aqui, vai fazer o que lá embaixo, não tem nada pra você fazer lá embaixo. Tem que ficar em casa’ E eu fico calada, porque se eu for falar alguma coisa a gente vai acabar se estranhando dentro de casa (Ametista).

Como mães, participar do MSTB possibilita a construção de um futuro mais próspero, uma vez que a maternidade trás consigo a responsabilidade sobre outra vida. Família (aqui mais no sentido de filiação que conjugalidades) e casa são os mesmos lados da moeda.

Para Ágata, que se mudou para a ocupação depois de descobrir a gravidez, seria a necessidade de proteger a filha e, portanto, a família, que motivaria a permanência no Movimento.

O movimento mudou minha vida assim, eu tenho uma filha e eu tenho que dar o melhor pra minha filha. Não posso morar debaixo da ponte. Então, se eu morasse debaixo da ponte, eu sei que um bocado de pessoas mora ali na calçada. Pelo menos aqui no movimento, o pouco que eu recebo já serve pra comprar um gás, uma comida, uma roupa pra minha filha, uma sandália, por isso que o movimento mudou minha vida (Ágata).

Integrar o MSTB libera o dinheiro que seria pago em aluguel para melhorar a situação familiar.

Participar do Movimento trouxe muitas mudanças na minha, que pagava aluguel, essas coisas, hoje em dia já não paga. O bem paga aluguel ou bem comer (Turmalina).

Eu gostei, porque melhorou bastante a minha situação, eu não tinha condições de pagar aluguel. Eu pagava esse mês, aí pro mês que vem já não tinha. Aí não tinha como pagar o aluguel, aí depois que a gente veio pra cá melhorou a situação total, o que eu espero é que se for sair daqui que saia, mas cada uma pra suas casas (Ametista).

Mudou minha vida pra melhor, agora eu não tenho mais que me preocupar com aluguel, só com comida mesmo (Ametista).

E ainda pode resultar em mudanças na auto-estima.

[Sobre o MSTB] eu tava muito fechada, parada e agora não eu me expresso mais (Esmeralda).

Para Marilena Chauí (1996), essa assertiva é comum as mulheres que participam de movimentos sociais. A autora caminha em direção oposta o que sugere Dias e Aquino, para estas “Tornar-se mãe parece estreitar os laços entre a condição de ser mulher e o espaço privado” (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1454).

Quando indagadas dos motivos que as levam a participar dos movimentos de bairro (por transporte, água, luz, esgoto, escola, posto de atendimento médico, telefone, calçamento, custo de vida, creches para os filhos das mulheres que trabalham fora), costumam responder que é para “ajudar a família”. A justificativa apresentada, que tem como função legitimar a participação numa atividade exterior à casa, faz com que tal atividade apareça como **continuação da casa**, o “ajudar a família” fazendo com que o “mundo da casa” se estenda até o “mundo da rua”. É como esposa e mãe que a mulher diz participar das atividades sociais exteriores (CHAUI, 1996, p. 147) (grifos da autora).

Há, também, as que visualizam no MSTB perspectiva não apenas para modificar sua vida, mas colaborar para relações sociais mais democráticas. Visto que os moradores das ocupações são, muitas vezes, marginalizados.

Sou coordenadora local do movimento. Eu me elegi no domingo passado. Eu me elegi agora, então a gente não teve tempo de fazer nada. Mas a gente tem um trabalho muito bacana pra realizar na nossa comunidade. Porque assim, a gente quer botar um trabalho de conscientização, porque a gente que mora do lado de cá é muito marginalizado pelo pessoal do lado de lá. Eles entendem que por morar na favela só tem ladrão, só tem maconheiro, só tem o que não presta. Então a gente tá com esse plano de fazer esse trabalho, porque o pessoal do lado de lá, como a gente chama o pessoal do asfalto passe a olhar mais pela gente, a gente ser tratado igualmente, em qualquer lugar que a gente chegar. É muita diferença de lá pra cá. Eles marginalizam muito a gente. Em todo lugar tem sua parte de marginais, como aqui pode ter



um marginal, lá também onde eles moram no prédio deles, também deve ter. Só que eles olham pra gente muito diferente, então a gente quer fazer esse trabalho, pra gente fazer uma conscientização, pra eles olhar a gente diferente (Lazule).

No momento em que realizamos as entrevistas, estava em execução um programa do Governo Federal intitulado “Minha Casa, minha vida”, o que para essas mães soou com uma perspectiva de esperança e crença nas políticas públicas.

O governo tenta fazer as coisas, agora mesmo metade das pessoas vão sair daqui do Movimento dos Sem Teto, tem umas pessoas que vão ficar. Eu acho que eles [o governo] têm, que eles tão vendo que a situação tá degradante. Quando chove, isso aqui alaga tudo. Ali você nem consegue subir mais, aquele barro ali. Fica deslizando demais, não consegue descer, não consegue. A gente tem que trocar telha toda hora. Então o governo, pelo menos, eles tão reparando isso que não dá pra morar aqui, ou as pessoas faz de bloco ou as pessoas moram de taboa mesmo (Ágata).

As considerações de gênero não são esquecidas e sugerem que os homens são vistos como indivíduos enquanto as mulheres são caracterizadas como famílias. Esse seria o argumento para explicar o maior número de mulheres nas ocupações.

Em vários aspectos as mulheres são mais oprimidas em relação aos homens. Por que a maioria dos homens é tudo cínico, descarado (Turmalina).

Tem condições de igualdade sim, mas só que as prioridades é das mulheres, mas parece que é dos homens. Porque somos mulheres, somos frágeis, deveríamos ter mais igualdade social, mas não temos (Ametista).

Agora até que tá melhorando. Agora tá melhorando. Porque antes mulher não podia trabalhar. Mulher tinha que ficar em casa, tomando conta da casa, tomando conta dos filhos. E agora não, tem até uma presidente que é mulher. E isso é culpa do machismo. Só eles podem (Esmeralda).

#### 4 TECENDO REDES: (RE) CONSTRUINDO FAMÍLIAS

*A família permanece como o lugar dos laços humanos mais profundos e ressoantes, das esperanças mais duradoras, dos conflitos mais intratáveis, das mais agudas tragédias e dos mais doces triunfos que a vida humana oferece (ELSHTAIN, 1988).*

Quando damos vozes às jovens mães sem teto, centramos nossa investigação no feminino. Entretanto, estamos longe de negar que a gravidez na adolescência só é vivida pela mãe. Redes são construídas e se criam espaços de vinculação, afetividade e, porque não, de conflitos também. As avós têm papéis preponderantes, seja no cuidado ou no prover, como veremos a seguir<sup>28</sup>.

Dados os limites territoriais das ocupações, as separações entre um domicílio e outro podem ser efêmeras, sem que isso signifique que esses sujeitos desejem compartilhar suas intimidades e abdicar de sua privacidade. As/os vizinhas/os têm funções importantes e a sociabilidade se dá de diferentes maneiras.

Por vias naturais, a concepção necessita da presença feminina e masculina. Portanto, partimos a buscar onde esta esse pai e quais os vínculos que são estabelecidos após o advento da gravidez.

##### 4.1 PARCEIROS, PAIS OU AUSÊNCIA DE VÍNCULO

*Este retrato de família  
Está um tanto empoeirado  
Já não se vê o rosto do pai. (Drummond)*

Nossas entrevistadas revelam que suas gestações foram resultado de relações estáveis, ao contrário da máxima que atribui à sexualidade juvenil irresponsabilidade e relações casuais e sem criação de vínculos e projetos para além do presente, do instantâneo. No geral, o evento da gravidez neste período resultou numa coabitação:

Moro com ele [pai da criança] (Jade).

---

<sup>28</sup> Para um debate mais ampliado ver BORGES e CASTRO (orgs.), 2007.

Entretanto, não é o suficiente para que esta se mantenha nos anos que seguem. Algumas das jovens já se encontravam em uma segunda união estável, determinando que a concepção de família, por exemplo, se forma mais pela filiação materno-infantil que através da horizontalidade no sentido das experiências conjugais.

Mesmo que os jovens não estabeleçam uma união e que passem a morar no mesmo local, isso não significa o fim do namoro. São relações que se definem por outras configurações que não o modelo tradicional e nuclear, assinalando também que as relações sociais e familiares se criam e se matizam no cotidiano, incorporando “novas abordagens” e identidades.

No começo, ele [o pai da criança] ajudava, todo dia ele ia ver, toda hora ele tava perto, todo dia tava perto, todo dia tava perto, todo dia tava perto, só que foi aquela coisa, quando eu engravidei de meu filho, ele tinha outras mulheres, então a gente não tinha aquele contato, aí quando ele nasceu, ele queria tentar de novo uma vida junta, só que eu não queria mais, porque na hora que eu queria ele perto de mim ele nunca podia estar, depois que meu filho nasceu por que eu ia querer? Aí me retei e não quis mais (Lazule).

Mesmo que a relação com o pai do primeiro filho não seja levada adiante, não impossibilita que outras uniões sejam formadas, representando também um pouco do que é a própria fase que vivem: adaptações, mudanças e , sobretudo, descobertas.

Eu não tô com o pai delas duas, assim que eu engravidei dela [a primeira filha] eu enjoei aí terminei logo, o pai da outra [a segunda filha] da mesma forma. Só o pai do pequeno que eu ainda tô. Não sei qual é o mistério, mas eu ainda tô (Esmeralda).

Para o genitor, a gravidez pode não ser desejada, mas a fala das entrevistas nos sugere a inexistência de alternativas e a tomada de decisão centrada em sua própria opinião. É necessário aceitar.

Ele [pai da criança] não ficou tão feliz, mas teve que aceitar. Ele não tinha planos de ter filhos agora, com vinte e três anos (Safira).

[o pai da criança] Não quis no começo, queria tirar, mas eu tinha falado com ele ‘ou você fica com a menina, eu não vou abortar, ou você fica com a menina ou a gente termina’ aí ele preferiu, conversou, bateu um papo, ele preferiu ficar com a criança (Ágata).

Mesmo quando a gestação é recebida com entusiasmo, isso não necessariamente significa que o pai assumirá as funções que esperam dele. São “filhos” das mães, configurando-se ainda e valorizando algo que na historiografia é muito comum nas Ciências Sociais e Humanas: a “essencialização”, a “naturalização” da função/papel materno e da não opção por outros caminhos.

Ele ficou alegre, mas pra que ele ficou alegre se ele não deu nada? Alegre ele ficou. No começo foi bom, ele ainda tava trabalhando, ajudou. Mas depois que a gente se separou foi um ó. Até hoje, quem assume é a mãe dele, dá de tudo ao meu filho, do bom e do melhor. Mas o pai não dá nada, nem uma cueca. Não mudou nada na vida dele, não vem nem ver. Eu não tenho ele como pai do meu filho, não (Turmalina).

Esse comportamento pode ser justificado pela ausência de responsabilidade

[Sobre o pai da criança] Que fosse um homem mesmo, que não fosse um menino. Praticamente ele também era menino (Turmalina).

No entanto, a paternidade somada à coabitação pode trazer para esse jovem pai um senso maior de responsabilidade e servir como fonte de amadurecimento pessoal.

É a segunda filha dele. Essa aí, a segunda, tá dando mais uma coisa da cabeça dele, mais responsável. Entendeu? (Ágata).

Ele ficou feliz, surpreso mais feliz. Ele agora tá um pouco mais responsável, porque antes ele não era (Esmeralda).

De maneira geral, as mães avaliam a atuação paterna como boa, ao menos suficiente.

Ele é um bom pai, ele pode ser tudo, mas pai ele é ótimo (Ametista).

E, em seguida, completa:

Outro igual eu não encontraria em lugar nenhum (Ametista).

Pensamentos assim não são raros.

Ele é um bom pai, ele cuida da filha dele, o que ela precisa ele dá ela (Perola).

Ele é um ótimo pai. Quer bem pra minha filha, bem pra filha dele (Ágata).

Ele é um bom pai, não tenho o que dizer, não. Como companheiro, ele também é bom (Esmeralda).

Mesmo que esse pai não esteja presente como responsável na tarefa de cuidar, o que faz parte do rol feminino como é reforçado nas falas a seguir.

Como companheiro ele é mais ou menos. As vezes ele deixa o barco pra cima de mim todo. Tem vezes que ele acha que só eu devo tomar conta. E praticamente ele me prendeu, e não eu prendi ele. Então ele sai, não liga se tem que sair com a menina ou não. Eu não, seu eu sair um minutinho ele acha que a menina vai chorar, vai ficar chorando, não vai aguentar. Na verdade, a responsabilidade é só minha (Ágata).

Ele ajuda, mas só que agora ele tá trabalhando, só a noite. Quando ele tá em casa, ele fica lá na casa do colega dele, só que ele leva (Ametista).

À figura masculina é destinada a tarefa de prover, do sustento da família, não estando ligada ao cuidado com a criança, o que instrumentaliza e normatiza a idéia de tradição nos papéis e funções de gênero, sob o argumento de ocupar o espaço da rua. Sarti acredita que o

homem é valorizado enquanto trabalhador na medida em que cumpri a tarefa de prover a família. “Ao lado da realização de sua disposição de homem forte para trabalhar, o sentido do trabalho para o homem está na possibilidade de, através dele, cumprir o papel familiar de provedor” (2003, p.96).

Ele é pintor automotivo, trabalha, só chega a noite (Safira).

Nas palavras de Dias, a presença masculina seria simbólica. Caberia à mulher a centralidade e chefia no ambiente doméstico.

A mulher-mãe, mesmo com a presença do cônjuge, assume um papel central no espaço doméstico e nas estratégias familiares, geralmente ela é a mediadora das relações internas do grupo. Especialmente nas camadas populares, social e simbolicamente, a presença masculina mantém um sentido, às vezes mais idealizado do que real, de provimento e proteção (DIAS, 2001, p. 81).

Mas se a mãe é quem trabalha fora, o pai pode se encarregar das tarefas do cuidar.

Eu acho até que ele [pai] cuida mais do que eu. Porque eu tô sempre trabalhando. Ele fica mais em casa (Esmeralda).

E completa:

Das meninas não, ele manda tomar banho, elas mesmo se limpam, se vestem. Porque é menina mulher. Então ele fala ‘antes de você ir trabalhar, você dá um banho nessas meninas, você sabe que eu não dou banho’. Mas ele cuida sim, faz tudo direitinho (Esmeralda).

Apenas Lazule nos revela que o pai da criança ainda estudava, demonstrando exceção no impacto da formação e escolaridade formal. Todos os demais já não freqüentavam a escola. Perfazendo a idéia de que escolaridade, trabalho/desemprego e vulnerabilidades de outros tipos concomitantemente assinalam decisões que implicarão não só no futuro individual, mas, sobretudo as gerações mais novas. Jade conta que o genitor com que mora está desempregado. Estudou até a terceira série do Ensino Fundamental I e é vendedor ambulante no transporte coletivo urbano, assinalando condições precárias de vida e de trabalho.

Ele vende amendoim (Jade).

A história de Topázio ilustra uma realidade marcada pela violência doméstica. Seu companheiro era usuário de drogas,

O pai delas foi uma pessoa muito agressiva, depois que eu engravidei dela, depois que ela tinha uns sete a oito meses, eu passei a morar com ele, aí depois que eu passei a morar com ele, começou as agressões, ele me agredia verbalmente, fisicamente. Ele me agredia, aí depois eu me separei dele, Fui

morar com minha mãe, novamente, e quando eu fui morar com minha mãe eu já estava grávida da outra. Porque já a segunda gravidez, foi uma gravidez que eu tive, mas só que foi uma gravidez quase forçada, porque eu não queria ter nada com ele, mas ele me agredia, me forçava a fazer o que eu não queria, e aí eu acabei engravidando dela (Topázio).

Para Turmalina não foi diferente: conheceu o pai do seu filho por intermédio de grupos de amigos e não tardou a conhecer de perto a violência doméstica.

Como companheiro ele foi um ó, só fazia me bater e passar com mulher na minha porta, um dos homens que eu não voltaria nunca mais na minha vida só era ele. A gente se conheceu por uma amiga na festa, que falou 'bora, prum reggae, você com um, eu com fulano e você com sicrano'. Me deixaram logo o pior, que gostava mais de bater. Foi assim que a gente se conheceu (Turmalina).

#### 4.2 GÊNERO E GERAÇÕES: PAPÉIS DAS AVÓS

*Ficaram traços da família  
Perdidos no jeito dos corpos (Drummond).*

A mãe e a avó materna são as figuras de destaque nas narrativas das jovens entrevistadas<sup>29</sup>. Elas estão presentes desde o momento da descoberta da gravidez e participam da decisão em interromper ou levar a gravidez adiante. E, na sequência do parto, nos cuidados com a prole. São as chamadas redes de apoio constituídas pelas mulheres sejam do grupo familiar ou não.

A maternidade como fenômeno social é marcada por desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero. É ainda sobre a mulher que recaem as principais atribuições e responsabilidades com os filhos, sendo comum nas relações familiares, a constituição de uma rede feminina de solidariedade e apoio para cuidar das crianças. (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1448).

Não localizamos, sequer uma adolescente que não relate a relação com a mãe, mesmo que seja para negá-la, enquanto o pai raramente é mencionado. Jade nos conta que seu pai já era separado de sua mãe no momento que ela engravidou e, por isso, não participou do evento. Em pesquisa sobre o papel que as avós exercem, Silva e Salmão destacam que as avós podem ter diferentes formas de participar da gravidez e do cuidado com o neto:

Em suma, constatou-se que há pelo menos três situações típicas a serem observadas no relacionamento avó materna do bebê-mãe adolescente: a) a avó que assume a responsabilidade pelo cuidado infantil; b) a avó que está

<sup>29</sup> Sobre atuações das avós na educação de crianças, ver: REIS e RABINOVICH (2008).

envergonhada com a gravidez e tem pouca confiança na maturidade da adolescente, tornando-se tão restritiva que o desenvolvimento desta enquanto mãe é inibido; c) e a adolescente que assume a responsabilidade pelo cuidado da criança, ficando a avó disponível apenas como ponto de apoio, não cuidando o tempo todo do bebê (SILVA; SALOMÃO, 2003, p. 136-137).

A reação do pai de Turmalina não foi positiva no momento da descoberta da gravidez, mas depois do nascimento da criança passou a acolhê-los.

Só minha mãe. O meu pai não, me botou pra fora, disse que eu não iria morar lá, que não era neto dele, que não queria ouvir choro. Eu sofri muito, mas assim que meu filho nasceu o primeiro presente foi do meu pai. E até hoje é louco, mora com ele, com meu pai e com minha mãe, meu filho (Turmalina).

Quando outros apoios, são negados é a figura materna que se apresenta como base.

Ela [mãe] conversou comigo. Muita gente não aceitava, e aí ela deixou me deixar ficar (Perola).

Nas narrativas, as mães sempre aconselham por não realizarem o aborto. Safira diz que sua mãe temia que a criança nascesse com problemas, caso a tentativa fosse frustrada. Do mesmo modo, Jade revela:

Minha família me apoiou, minha mesmo disse que não era pra tirar. Eu é que não queria (Jade).

Mesmo após o nascimento da criança, constituindo outro núcleo familiar, a avó não deixa de participar do cuidado com os netos.

Minha mãe me ajudou a criar até uns seis anos, hoje ela tem oito, minha mãe ajudou, até hoje ajuda a criar elas, me dá um auxílio (Topázio).

Quem mais me ajudou foi minha mãe. Minha mãe e muitas amigadas que eu tinha, que eu tenho ainda, que moram lá embaixo (Turmalina).

Só minha mãe me ajuda no cuidado com as crianças. Quando eu saio, mesmo e ela tá dentro de casa ela olha. Ajuda na alimentação, quando eu to ocupada com um, ela cuida do outro (Ametista).

Minha mãe foi me instruindo em algumas coisas que eu não sabia, como quando tava sentindo alguma coisa, eu não sabia, mas agora eu sei (Esmeralda).

Minha mãe é muito apegada a ela [filha]. Ela [mãe] cuida. Se acontece alguma coisa com ela [filha], ela [mãe] fica maluca (Perola).

Também, não são raras as adolescentes que continuam morando com as mães após a descoberta da gravidez.

A minha família esteve presente em partes. Das duas primeiras teve, eu tava com minha mãe, eu tava dentro de casa ainda. Daquele ali não [filho mais novo], eu já fiquei um pouco mais distante, porque eu já não tava mais sob o

poder de minha mãe. Eu tinha minha casa, tinha meu marido, tava vivendo só. Aí minha mãe não acompanhou assim, por muito tempo, porque também, quando eu tive ele, ela nem sabia, ninguém ligou pra poder contar pra ela. Aí dele eu fiquei sozinha. Eu morava em um outro bairro (Esmeralda).

As avós podem estender sua colaboração ao sustento dos netos, sobrepondo cuidar e prover como atividades cotidianas.

Minha família me ajuda até hoje, eu não trabalho, eu nunca na minha vida trabalhei. Meu marido tá fazendo um “bico”, aí mainha me ajuda, manda umas compras, mainha me dá um dinheiro, às vezes ela compra alguma coisa para comer (Ametista).

Para Ágata, a situação é diferente. Sua mãe não representou um ponto de apoio, e ela teve que recorrer à ajuda de terceiros.

Minha mãe não me ajudou. Quem me ajudou foi o pessoal da rua, os parentes do meu marido. Minha mãe achava o que? Já que eu tô morando numa casa. Ela não tem mais responsabilidade comigo (Ágata).

#### 4.3 QUANDO O QUE SEPARA É UMA MADEIRITE: PARTICIPAÇÃO DAS/OS VIZINHAS/OS

*Já não distingo os que se foram*

*Dos que restam. Percebo apenas*

*A estranha idéia de família (Drummond).*

Ao percorrermos as ocupações, é possível perceber que o espaço de circulação das crianças é amplo<sup>30</sup>. Desde cedo, não há nítidos limites para seus olhos curiosos. Meninos e meninas estão em todos os lugares. Marcam o cotidiano com suas brincadeiras, frequentam caminhadas, passeatas, os Congressos, são vistas em locais predominantemente adultos. E não se acanham em perguntar sobre a nossa presença, de nos contar seu dia-a-dia, sua vida escolar. Entretanto, quando questionadas, nossas mães fazem limitações ao papel da vizinhança no cuidado com as/os filhas/os. Jade reforça o papel da família no cuidado e sem definir ou privilegiar em demasia, afirma que os vizinhos “ajudam em alguns cuidados básicos” (Jade).

Para Lazule, o cuidado dos vizinhos é pontual:

Os vizinhos, às vezes, participam e, às vezes, não, no cuidado.

E justifica:

---

<sup>30</sup> Sobre circulação de crianças em espaços familiares urbanos, indica-se FONSECA (1990 e 2006).



A maioria dos vizinhos costumam dizer assim, quando a filha de alguém engravida ‘ah, ela vai aprender, menina. Eu já passei por isso.’ (Lazule).

Topázio não pensa diferente e diz que procura os vizinhos quando precisa, e quando solicitado eles ajudam.

Os vizinhos ajudavam, uma dava banho, essas coisas assim (Turmalina).

Dentro das ocupações, a vizinhança<sup>31</sup> é um elemento necessário, o que às vezes revela uma convivência difícil, nem sempre harmônica.

Eu só falo com uma pessoa na invasão, que é cristã. Só me dou com ela, mesmo, quando preciso sair, ela olha ele, dá um mingau, dá banho (Safira).

O que nos sugere que a privacidade é desejada. Que não se pretende compartilhar todo seu cotidiano, mesmo que durante as nossas visitas, ao chegarmos nos barracos nos encontramos com uma vizinha, que ali conversavam.

No entanto, quando a família de origem não presta a assistência esperada, é a vizinhança que passa a cumprir esse papel. São essas redes de apoio mútuo que ensinam para as novas mães como proceder com a chegada da criança.

Pra dar banho eu aprendi com uma moça, ‘olha, é assim que dá banho, tem que ter cuidado com a orelhinha, pra não cair água no ouvido’. Então, pra dar banho, a moça me explicou como é que dava banho, como é que dava o alimento, uma alimentação e tudo (Ágata).

Tinha uma vizinha que me ensinava a dar banho, a cuidar dele, aí eu fui aprendendo (Turmalina).

E no dia a dia, é com que, efetivamente, se pode contar.

[No cuidado] Praticamente só eu e umas amigas, uma vizinha e uma colega minha que mora lá do outro lado (Ágata).

Relatos com esse nos ilustram que os pequenos limites impostos pelas “paredes” dos barracos contribuem para estimular laços de solidariedade.

Eu tenho dois anos morando aqui já, dois anos. E eu acho o Movimento aqui, as pessoas daqui, têm pessoas que ajudam, que não. Vê que o Movimento aqui, essa senhora daqui tem seis anos morando aqui, então todo mundo da uma forcinha, se tá precisando de alguma coisa. Dá uma força (Ágata).

Ou ainda,

---

<sup>31</sup> Sobre relação família X comunidade, ver RONAMI, 2005.

Os vizinhos ajudam no cuidado. Se minha filha sentir qualquer coisa, alguma cólica, sentir o sintoma de alguma coisa, eles falam ‘dê um remédio, pra passar. Tá com cólica, com dor de barriga, tá sentindo alguma coisa? Leva ela no médico, que não vai resolver o que você vai dar’. Eles participam (Ágata).

Em suma,

Os vizinhos ajudam em tudo (Esmeralda).

Sarti (2003) atribui a esse estreitamento de relações entre vizinhos nas grandes cidades a sociabilidade centrada na moradia, com quem se compartilha a vida cotidiana. Fazendo da/o vizinha/a mais importante que um parente. Ao menos quando a família também se concentra na localidade de moradia. Essa hipótese explicaria o porquê de Lazule afirmar que só “fala” com uma pessoa da ocupação, já que sua mãe e irmãs também moram ali.

Quando além de vizinhos, há relações de parentesco os laços se estreitam.

Minha irmã me ajudou bastante, porque eu não sei dá banho, não sabia dar banha quando era novinho, eu não dava banho. Não dei banho em nenhum dos três, aí minha irmã dava banho, vestia, cortava a unha. Eu tremo da minha mão direita, por acusa de um acidente que eu tive aqui, aí perdi mais o movimento da mão direita, aí eu não sei cortar unha, ela corta, ela que me ajudou bastante (Ametista).

Ou ainda,

Dos vizinhos só minha tia que mora aqui. Quando eu saiu ela[tia] olha ela [filha]. Quando ela [filha] fica doente, se minha mãe não tiver, ela [tia] vai comigo levar no médico (Perola).

## PROPONDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“É bom, mas é uma experiência que a gente aprende cada dia mais, aí eu não tenho como explicar”*

(Ametista).

Não é tarefa fácil por um ponto final em uma pesquisa na qual estivemos envolvidas durante considerável tempo. Por isso, não acreditamos que essa seja uma conclusão, mas sim o levantamento de aspectos que julgamos pertinentes. No mais, a intenção, como já dito, é contribuir para um debate que vá além do disciplinar e possa dar lugar e espaço as experiências vivenciadas por “mães da resistência”.

Durante a pesquisa, estávamos diante de diversas categorias que se encontravam, cruzavam e reforçam um arcabouço e coadunavam com o contexto/história de vida de cada uma delas. Identidades compostas por inúmeras vulnerabilidades, sejam desde sociais, econômicas e políticas. Esperamos ter capitado com sensibilidade as histórias de vida que nos foram reveladas, de cada uma delas e para cada uma delas e de seus filhos, também como um registro histórico.

O processo de urbanização, na Bahia, sobretudo na capital Salvador, começa de maneira tardia, com a entrada do Estado no cenário da industrialização brasileira. Datam da década de 40 as primeiras ocupações em imóveis. Tudo isso fora explicado como sendo resultado do grande contingente que migrou do campo para cidade em busca de colocação nos postos de trabalho que surgiam.

Destacam-se, nesse período, as medidas higienistas que empurravam para as regiões periféricas dos grandes centros urbanos a população pobre, desenhando cidades que revelam mais que cores, mas sobretudo a questão da justiça social em seu mapa. A bem da verdade, o Brasil, mais especificamente a Bahia, não desenvolveu políticas habitacionais que contemplasse grande parcela da população, aqueles que recebiam menos de três salários mínimos. Os bairros populares, em Salvador, têm essa gênese: o matiz das diferenças, das exclusões e da pobreza.

Essa histórica ausência de programas habitacionais (déficit quantitativo), somada às péssimas condições de moradia (déficit qualitativo), apresenta suas nuances, ainda, no século

XXI. O MSTS, fundado em 2003, é consequência direta dessa ausência de planejamento urbano.

O Movimento - que mais tarde mudará sua sigla para MSTB caracterizando sua estadualização - insere no cotidiano soteropolitano uma série de reivindicações, caminhadas e ocupações, sejam em terrenos e imóveis públicos ou particulares, ganhando grande destaque midiático já a partir de agosto de 2003.

Contudo, o Movimento sinaliza que suas demandas vão além da moradia, por entender que a sociedade capitalista contemporânea merece uma crítica global, para além do capital e do mercado. Portanto, destacam problemas relacionados à luta de classe, racismo e sexismo. É nesse contexto que se inaugura dentro do MSTB um coletivo denominado Guerreiras Sem Teto, um grupo de mulheres que se reúnem desde 2005. Na fundação do referido Movimento, as mulheres já constituíam maioria, representam aproximadamente 70% dos ocupantes. Essa composição confere características próprias, mesmo que não se trate de um movimento de mulheres especificamente e nem tragam a marca dos feminismos como bandeiras.

Isso foi o que despertou interesse de pesquisa: a singularidade, a possibilidade de observar contrastes sociais e a urgência/necessidade de registrar as histórias de vida. Entender como mulheres que tem sua trajetória marcada por uma gravidez, ainda na adolescência, conciliam maternidade ou militância, ou essas teriam ligação direta, e a atuação feminina no público seria legitimada por questões do privado?

Para compreender este fenômeno, ouvimos dez jovens mulheres, entre dezoito e vinte cinco anos, que foram mães ainda na adolescência. Vale ressaltar que utilizamos aqui o conceito da Organização Mundial de Saúde que define como as gestações que ocorrem entre os dez e dezenove anos. Como técnica a escolha recaí sobre Histórias de Vida, por acreditarmos que por meio da memória – entre o vivido e o narrado - estaríamos mais próximas do fenômeno/processo investigado.

Deparamo-nos com sujeitos distintos, com trajetórias diferentes, concepções e objetivos, às vezes, divergentes. Para melhor caracterizá-las, elaboramos o quadro que segue:

Quadro Síntese Mães da Resistência								
	Idade	Número de filhos	Escolaridade	Empregadas	Auxílio/benefício governamental	Renda Familiar	Raça/Etnia/Cor	Religião
Ágata	21	1	Ensino médio incompleto	Não	Bolsa família	De 171,00 a 255,00	Negra	Nenhuma
Alexandri ta	25	3	Ensino Fundamental incompleto	Não	Bolsa família	De 101,00 a 170,00	Negra	Protestante/ Batista
Ametista	21	3	Fundamental II incompleto	Não	Não	Até R\$ 100,00	Negra	Nenhuma
Esmerald a	22	3	Fundamental II incompleto	Diarista	Não	De 101,00 a 170,00	Nega	Católica
Jade	18	2	Fundamental II completo	Não	Bolsa família	De \$ 101,00 a 170,00	Negra	Protestante/ Pentecostal
Lazule	22	1	Fundamental II incompleto	Não	Não	Acima de R\$ 510,00	Negra	Nenhuma
Pérola	18	1	Fundamental II incompleto	Não	Bolsa Família	De 101,00 a 170,00	Negra	Nenhuma
Safira	19	1	Fundamental I incompleto	Não	Não	De R\$ 101,00 a 255,00	Negra	Protestante/ Pentecostal
Topázio	20	4	Fundamental II incompleto	Não	Não	De R\$ 256,00 a 509,00	Negra	Protestante/ Pentecostal
Turmalina	24	2	Fundamental I incompleto	Não	Não	De 171,00 a 255,00	Branca	Nenhuma

Quadro 8 - Mães da Resistência  
Fonte: Própria autora (2011).

A média de idade entre as Mães da Resistência é de vinte e um anos e a média de filhos é de dois filhos por mulher, variando entre as que têm um e as que têm até quatro filhos. A maioria não está empregada e - entre as dez - apenas quatro recebem auxílios governamentais. No geral, se auto-declaram negras. Cinco revelam não terem religião ou pelo menos não revelam uma opção/orientação religiosa. Também são cinco as que possuem Ensino Fundamental II incompleto e, quanto a renda, são cinco as que possuem variação entre R\$171,00 e R\$ 255,00 (menos de meio salário mínimo). Apenas uma tem rendimento familiar

que alcança um salário mínimo. Este perfil denuncia vulnerabilidades extremas: escolaridade, trabalho/emprego e rendimentos.

Revelaram-nos que a família não é um espaço propício para a orientação sexual, o esclarecimento sobre DSTs ou prevenção de gravidez. As mães - ou pais e outros - não aparecem como orientadoras de filhas que tem sua iniciação sexual ainda cedo, o que nos indica abismos geracionais.

Então, se essa família não está disponível para esse rol de assuntos, seria a escola o espaço privilegiado para sanar eventuais dúvidas? Não nos parece que sim, mesmo entre as jovens que alegam terem “ouvido falar” nas aulas de ciências ou frequentado palestras sobre tais temas, as informações não geraram conhecimento. Além do mais, percebemos que a orientação sexual escolar se destina a ciclos e disciplinas específicas e observando que a vida sexual iniciada mais cedo e as constantes repetências há um distanciamento dos conteúdos abordados e os ciclos vividos.

As jovens revelam conhecer as DSTs, suas formas de contágio e prevenção, mas isto não se caracteriza como preocupação entre as que foram mães na adolescência. Quanto aos métodos contraceptivos, o uso é irregular e esporádico. Justificam afirmando a existência de um parceiro fixo, o que eliminaria, na perspectiva dessas jovens, possíveis riscos.

Não há consenso sobre a influência que as amigas exercem na trajetória juvenil. Para algumas das entrevistas, ter amigas grávidas seria um impulso, para outras seria indiferentes, mas no geral concordo com a possibilidade que os adolescentes têm de tomarem sua própria decisão, sem necessariamente ser influenciado por terceiros.

Após a descoberta da gravidez, a relação com os pares tendeu a mudar e os espaços de conjugalidade e filiação não se confirmou, delineando assim novas configurações. São comuns as queixas sobre o abandono de antigas amigas, sugerindo que os impactos de uma gravidez passam por aspectos físicos, psíquicos e sociais, destacando-se que, nesta etapa de vida, os círculos de amigas e grupos de convivência seriam locus de realização, identidade e afirmação.

Por mais que estejam inseridas dentro da definição de juventude, nem todas as mulheres ouvidas se consideram jovens. Uma vez que a maternidade e o cuidar podem usurpar a liberdade, as festas e os divertimentos que caracterizariam esta fase.

No geral, o desejo de ser mãe é acalentado, muito embora elas confessem que o período ocorrido não seria o ideal. Nesse momento, muitos fatores são levados em consideração: o parceiro, a maturidade, as condições de vida, a idade. Há aquelas que nos contam estar tentando engravidar a tempos.

A possibilidade de uma interrupção espontânea da gravidez não é descartada. Por vezes, há tentativas, mas essas jovens nos sugerem que essa não é uma decisão particular, ela pode ser discutida em grupo e marcada por valores morais.

As gestações e, por conseguinte, a maternidade tendem a modificar as experiências de vida: seja positivamente, como é o caso de Turmalina que ao ser mãe percebe que imersa nas drogas não caberia o projeto de ser mãe; ou de maneira negativa, como na obrigação de permanecer em casa e estar dependente de outros adultos.

Mesmo que para estas jovens ser mãe não permita a continuidade dos estudos ou limite o vislumbamento de futuro, elas avaliam a maternidade de maneira positiva, mesmo que evitar uma gravidez nesse período soe como a melhor opção.

Percebemos que o maior impulso para estas jovens-mulheres participarem do MSTB é a família, pelo menos o sentido e o imaginário representativo do que elas concebem por. Não são raros os relatos de quem conheceu o Movimento por meio de um membro da família. Na maioria são as mães que fazem essa indicação. Nesse tocante, elas passam a integrar o MSTB quando estão grávidas ou quando já são mães, criando gerações de “mães da resistência”. Revelam-nos que o principal objetivo de comporem o Movimento é a obtenção da casa, do espaço de morar e, dessa maneira, sem que precise pagar aluguel, possam suprir outras necessidades familiares. Elas podem ser apenas ocupantes, ou seja, viver nas ocupações, ou serem militantes, participar das reuniões, cursos de formação ou ocupar cargos de coordenação. Mas, de alguma maneira, dão “resistência” e “representatividade” ao movimento.

Ser mãe entrelaçaria o público e privado na medida em que essas mulheres militam, participam de caminhadas, negam as condições de gênero que relegam a mulher ao local do silêncio ou da mera reprodução sexual e social.

As dez jovens-mães revelam que a gravidez é resultado de uma união estável, no geral, um namoro com tempo curto de relacionamento e afetividade, distanciando-se do conceito tradicional de família nuclear pautada em conjugalidade e filiação, podendo somente serem

estabelecidos agrupamentos familiares a partir das gerações determinadas pelo feminino. No entanto, a descoberta da gravidez não necessariamente resulta numa coabitação, e isso, ainda assim, não significa o fim do namoro. É comum as jovens estarem em uma segunda, quando não, na terceira união.

As mães caracterizam os genitores como bons pais, mas a eles não são destinadas as tarefas de cuidar e sim a de prover, ou pelo menos fica marcadamente as esferas essencializadas dos genitores e de suas funções, evidenciando sobremaneira a naturalização dos papéis de mãe/cuidadora/privado e pai/provedor/público.

É perceptível a quantidade de familiares que também habitam as ocupações, formando uma barreira tênue entre a parentalidade e a vizinhança, confundindo e fundindo relações de convívio, de consanguinidade e de demarcações territoriais de proximidade. Notadamente, são as avós maternas os principais alicerces para a chegada e a criação do bebê, sendo responsabilizadas não apenas pelo cuidado, mas por proteger e prover.

Ao que se refere às/aos vizinhas/os, a relação pode ser dual, ora exalta-se e destaca a convivência harmoniosa, ora os conflitos são evidenciados, o que não é difícil de compreender uma vez que o limite entre uma habitação e outra pode ser uma lona ou uma madeirite. A vizinhança também tem papel importante no cuidado das crianças pequenas, mas é válido ressaltar que essa atividade precisa ser requerida. E isso ocorre na necessidade em sair, na ausência de experiências com alguma atividade e de proteção por parte do Estado no sentido de oferecer equipamentos e assistência, ademais de proteção à infância, conforme previsto no ECA e na Constituição Federal.

Ao pesquisar os indivíduos que compõem o MSTB, multicategorias se entrelaçaram. Abrimos mão de aprofundar determinados aspectos como religião, raça/etnia por entendermos que “não faziam” parte do nosso arcabouço de investigação. Ademais, o interesse principal era relacionar militância e maternidade. Por fim, destacamos a complexidade dos fenômenos investigados no entrelace entre o público e o privado, maternidade e militância.

- Tem mais mulher aqui [nas ocupações] do que homem. Muito mais, se você for olhar na lista tem muito mais mulher do que homem. Acho que é por causa do conceito de que homem cabe em qualquer lugar, a mulher não fica em qualquer lugar, a mulher leva o filho com ela, entendeu? O homem larga, abandona, deixa, e a mulher continua com os filhos. Por isso que tem muito mais mulher do que homem (Ágata).



## REFERÊNCIAS

A REVOLTA do Buzu. Produção de Carlos Pronzato. Salvador. 2003. 1 DVD (70 min.).

ABOIM, S. & WALL, C. Tipos de família em Portugal: interações, valores e contextos. **Análise Social**, 163, Vol XXXVII, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO; BID, 2002. 84 p.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 412 p.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez. 1997. Número Especial. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_05\\_HELENA](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA)>. Acesso em: 8 mar. 2010.

ALBAN, Marcus. O. Novo Enigma Baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova Capital. **Revista Desenharia**, Salvador, v. 02, n. 04, p. 83-99, mar. 2006.

ALMEIDA, Miguel Vale. Antropologia e sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: SOARES, Lígia Fonseca e VAZ, Júlio Machado. (Org.). **A sexologia, perspectiva multidisciplinar.**, C. Soares; Coimbra: Quarteto, 2003. v. 2, p. 53-72. Disponível em; < <http://site.miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/antropologia-e-sexualidade.pdf> > Acesso em: 9 mai. 2010.

ALVES, A. M. Algumas Reflexões sobre Sexo, Idade e Cor. **Cadernos do CRH (UFBA)**, Ufba, v. 17, n. 42, p. 357-364, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 261 p.

ARAÚJO, Ulisses Campos de; CAVALCANTI, V. R. S. A família como primeira opção: abordagens teóricas e interdisciplinares sobre pobreza e políticas públicas. In: CASTRO, Mary Garcia & MENEZES, José E. Xavier de (Org.). **Família, população, sexo e poder**. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 149-174.

ARDALLON, D.; CALDEIRA, T. Mulher: indivíduo ou família?. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, v. 24, p.2-110, abr. 1984.

ARRIGADA, I. **Famílias latinoamericanas: diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo**. Santiago do Chile: CEPAL, 2001. 55 p. v. 1. (Políticas Sociales, 57).

BASTOS, A.; ALCÂNTARA, M.; FERREIRA-SANTOS, J. Novas famílias urbanas. In: LORDELO, E. C. & KOLLER, A.S. (Org.) **Infância brasileira e contexto de desenvolvimento**. Salvador: EDUFBA, 2002, p. 99-135.

BARBOSA, Claudia de F. **Famílias - pressupostos para a política: sombra ou alicerce?**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, 2008.

BECK, Ulrich. **La società del rischio**. Roma: Carrocci Editore, 2006.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Cuidado e negligência na educação da criança na família. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M. A. (Org.). **Família e educação: olhares da psicologia**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 18-32.

BORDIN, L. Teologia da libertação e marxismo no contexto da globalização. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 59, n. 233, p. 127-151, 1999. Disponível em: <[http://74.125.155.132/scholar?q=cache:WmdBbATKbMcJ:scholar.google.com/+teologia+liberata%C3%A7ao&hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&as\\_sdt=2000&as\\_vis=1](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:WmdBbATKbMcJ:scholar.google.com/+teologia+liberata%C3%A7ao&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=2000&as_vis=1)> Acesso em: 20 dez. 2009.

BORGES, Ana Luiza Vilela; SCHOR, Néia . Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 499-507, mar./ abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2005000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200016&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 20 dez. 2009.

BORON, A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: Atílio Boron (org.), **Nova Hegemonia Mundial**, São Paulo, CLACSO, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria no Brasil; Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia e Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 77-98, 1985.

BRASIL. Lei n. 4.380/64, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 9.218, de 01 de maio 1946. Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104700>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho**: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel, 1985.

CABRAL, C. S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 283-292, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a10v19s2.pdf> > Acesso em: 20 dez. 2009.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção na população de 15 a 19 anos. In: SEMINÁRIO GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, 1998, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Associação Saúde Família, 1998. p.35-46.

CAMPOS, D.M.S. (1981). Psicologia da adolescência. Normalidade e psicopatologia. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes.

CASTRO, Mary; MIRANDA, Marlene; ALMEIRA, Nadir. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary. (Org.). **Família, Gênero e Gerações: desafios para políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 21-45.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Quebrando Mitos: juventude, participação e políticas**. Brasília: RITLA/CONJUVE, 2009. v. 1. 298 p.

CASTRO, M. G. ; ABRAMOVAY, M. . Juventudes no Brasil - Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: Joao Carlos Petrini; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. (Org.). **Família, Sociedade e Subjetividades**. 1a ed. Petropolis: Vozes, 2005, v. , p. 54-83.

CASTRO, M. G. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. v. 1. 428 p.

CASTRO, M. G. ; RIBEIRO, I. R. ; BUSSON, S. . Norma e Cultura: diversificação das infâncias e adolescências na sociedade brasileira contemporânea de acordo com os direitos sexuais e reprodutivos. In: Ungaretti, Maria América. (Org.). **Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução**. 1 ed. Sao Paulo: ABMP-Childhood, 2010, v. 1, p. 61-87.

CARVALHO, Luiza M. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia familiar. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 6, n. 1, 1998.

CAVALCANTI, V. R. S. A Contra-Maré da exclusão, pobreza e trabalho: visibilidade da condição feminina no Brasil. In: CAVALCANTI, V.R.S. & PETRINI, J.C. (Orgs.). **Família, Sociedade e Subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 84-110.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982.

CHALEM, E. ; MITSUHIRO, Sandro Sendin; FERRI, Cleusa P.; BARROS, Marina Carvalho Moraes; GUINSBURG, Ruth; LARANJEIRA, Ronaldo . Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 177-186, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n1/18.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CLOUX, Raphael. **MSTs: a trajetória do Movimento do Sem Teto de Salvador**. Salvador: Ed. do autor, 2008.

DIAS, A. B. ; AQUINO, E. M. L. . Maternidade e Paternidade na Adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 22(7), p. 1447-1458, 2006.

DIAS, Eurípedes. Arqueologia dos movimentos sociais. In: GOHN, M. (Org.). **Movimentos Sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 91-111.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

ESPIÑEIRA, M. V. e BRINGEL, B.. Movimentos Sociais e Política: releituras contemporâneas. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 21, p. 419-422, 2008.

ESTEVES, J. R. ; MENANDRO, P. R. M. . Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 3, p. 363-370, 2005.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FERES-CARNEIRO. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FERNANDES, Ana Alexandre. Família, trocas intergeracionais e solidariedade formal. In:\_\_\_\_\_. **Questões demográficas: demografia e Sociologia da população**. Lisboa: Colibri, 2008. p. 81-143.

FIGUEIREDO, B. Maternidade na adolescência: Consequências e trajetórias desenvolvimentais. **Análise Psicológica** (2000), 4 (XVIII): 485-498

FONSECA, C. L. W. "Crianças em circulação". **Ciência Hoje**, [S.l.], v. 11, n. 66, p. 32-41, 1990.

\_\_\_\_\_. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 26, p. 11-41, jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOHN, Maria Gloria. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Movimentos Sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 13-32.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GORDILHO-SOUZA, A. M. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 5, p. 81-116, 2001. Disponível em: <[http://observatoriodasmetropoles.net/download/cm\\_artigos/cm5\\_22.pdf](http://observatoriodasmetropoles.net/download/cm_artigos/cm5_22.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2010.

GONTIJO, D. T. ; MEDEIROS, M. . Tava morta e revivi: o significado da maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, v. 24, p. 469-472, 2008.

GUMARÃES. I. B. Revisitando a família no cenário da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 89-128, jul./dez., 1998.

HAGUETE, T. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza ; SALEM, Tania ; BOZON, Michel ; AQUINO, Estela ; KNAUTH, Daniela ; ROHDEN, Fabíola ; VICTORA, Ceres ; MCCALLUM, Cecília ; BRANDÃO, Elaine . Aproximações Sócio-antropológicas sobre a Gravidez na Adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n17/19074.pdf> > Acesso em: 20 dez. 2009

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho: Novos estudos sobre a história operária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> . Acesso: 15 mar. 2010.

JORNAL A TARDE, no período de 22/08/03 à 08/08/09

JONGENELEN, I. Maternidade na adolescência: Contributos para uma abordagem desenvolvimental. **Análise Psicológica** (1998), 3 (XVI): 373-384

LEVANDOWSKI, D. C. Paternidade na adolescência: Breve revisão da literatura internacional. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, p. 195-209, 2001.

LEVANDOWSKI, D. C.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. S. Maternidade adolescente. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, p. 251-263, 2008.

LEVISKY, David Léo. Adolescência - Reflexões Psicanalíticas. **Casa do Psicólogo**. São Paulo, 1998 - 2a.edição

LIMA, C. T. B.; FELICIANO, K. V. O.; CARVALHO, M. F. S.; SOUZA, A. P. P. ; MENABO, J. B. C.; RAMOS, L. S.; CASSUNDE, L. F.; KOVACS, M. H. Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 4, n. 1, p. 71-832, mar. 2004.

LIPOVETSKY, G. **O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

KNAUTH, Daniela; ROHDEN, Fabíola; VICTORA, Ceres; MCCALLUM, Cecilia; MACHADO, Jorge A. S. Ativismo em rede e Conexões Identitárias: novas perspectivas para os movimentos Sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, dez. 2007.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO, Jorge A. S. . Ativismo em rede e Conexões Identitárias - Novas perspectivas para Movimentos Sociais. **Sociologias** (UFRGS), v. 18, p. 248-284, 2007.

MELLO, Sylvia Leser de. **Família: perspectiva teórica e observação factual**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2000.

MELUCCI, A. **Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENDONÇA, F. A. R. C. . **A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984.** A&U - Arquitetura e Urbanismo, Mestrado FAUFBa, v. 2, p. 61-83, 1989.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Vizinhos do (in)conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre e hegemonia e a contra-hegemonia.** 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 2008.

MOTTA, Alda B. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. In: BORGES, A. e CASTRO, M. **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Paulinas, 2007, p. 111- 134.

\_\_\_\_\_. Gênero, Família e Fases do ciclo de vida. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 13-20, jul./dez., 1998.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Lisboa: Gradiva. 1993

MSTB. **Regimento Interno do MSTB**, 2005.

\_\_\_\_\_. **Quem somos nós e para onde vamos**, 2005.

\_\_\_\_\_. Panfleto **Guerreiras Sem Teto na luta pela reforma urbana e pelo aumento do orçamento para as políticas sociais**, Salvador, 08 de março de 2008;

MUUSS, R.E. **Teorias da adolescência.** Belo Horizonte: Interlivros, 1996. (Original publicado em 1962).

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/home/index.php>>. Acesso:  
15 mar. 2010.

OCUPAÇÃO da Conder. Carlos Pronzato. Salvador. 2006. 1 DVD (20min.).

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude : alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, t. 1/2, n. 105/106, p. 139-165, 1990.



PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará. Rio de Janeiro, v. 19, p. 335-343, 2003. Disponível em: < [http://www.awmueller.com/deposito/grav\\_adolesc.pdf](http://www.awmueller.com/deposito/grav_adolesc.pdf) > Acesso em: 20 dez. 2009.

PEDRO, Joana Maria . Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** (São Paulo), v. 24, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, L. P.; RABINOVICH, E. P. Educação compartilhada entre mães e avós. In: MOREIRA, L.; CARVALHO, A. M. A. (Org.). **Família e educação: olhares da psicologia**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 59-76.

REGO, N. ; BASTOS, A. C. S. ; ALCÂNTARA, M. A. R. As mulheres da família: mundos partilhados, mundos em conflito. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 22, p. 27-37, 2002. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2002000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 dez. 2009.

RONAMI, O. S. **Família e poder: entre o micro e o macro – onde fica a comunidade do vale das dunas do Abaeté?**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, 2005.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. ; OLIVEIRA, Z. M. R. . Um diálogo com a sociologia da infância a partir da Psicologia do Desenvolvimento. In: Fernanda Muller ;Ana Maria Almeida Carvalho. (Org.). **Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: Diálogos com William Corsaro**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 59-70.

SÁ, T. R. B. Códigos de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais. Estudo de caso do Centro Histórico de Salvador.. In: I Simpósio de Geografia Política, Território e Poder, 2009, Curitiba. **Anais do I Simpósio de Geografia Política, Território e Poder**. Curitiba: UNICURITIBA, 2009. v. 1. p. 1-15.

SABROZA, A. R.; Leal, M. C; SOUZA, P. R; GAMA, S. G. N. Algumas repercussões emocionais negativas da gravidez precoce em adolescentes do Município do Rio de Janeiro (1999-2001). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 130-137, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000700014>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Silvia Reis dos ; SCHOR, N. . Vivências da maternidade na adolescência precoce.. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health**, São Paulo/SP, v. 37, n. 1, p. 15-23, 2003.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SARDENBERG, Cecília. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 22-49, jul./dez., 1998.

SILVA, D. V. ; SALOMAO, N. M. R. . A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. **Estudos de Psicologia** (Natal), Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 135-146, 2003.

SPINDEL, A. **O que são Ditaduras**. São Paulo: Brasiliense,1981.

SPOSITO, M. P. Juventude e Educação. **Educação em Revista** (UFMG), Belo Horizonte, v. 26, p. 7-14, 1999.

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre Juventude, Movimentos Sociais e Educação. In: **XXI Reunião Anual da ANPED**, 1999, Caxambu. CD-ROM ANPED Anais da XXI Reunião Anual. São Paulo : ANPED, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 1-43. (História da vida privada no Brasil, 1).

VALE, Alexandre. Antropologia e sexualidade: por um descentramento da enunciação científica. **Revista Bagoas**, Natal, n. 02, p. 115-132, 2008. Disponível em: < [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art05\\_vale.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art05_vale.pdf) > Acesso em: 9 mai. 2010.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. . Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006. Disponível em: <

[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2006001100021&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2006001100021&script=sci_arttext) >. Acesso em: 20 dez. 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-71.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso: 15 mar. 2010.

ANEXOS



## REGIMENTO INTERNO

### **MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA**

## **CAPÍTULO I – MISSÃO E PRINCÍPIOS**

O MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia – é um movimento de caráter estadual, fundado no “I Congresso do Movimento dos Sem Teto de Salvador”, e tem como objetivo a organização e defesa daqueles que enfrentam a problemática da falta de MORADIA em nosso estado.

O MSTB entende que outras necessidades, tais como Saúde, Educação, Lazer, Segurança, Creche, Meio Ambiente, Emprego, etc, fazem parte da LUTA por MORADIA e Reforma Urbana que atenda os interesses dos setores excluídos da sociedade.

O MSTB entende que a ocupação de prédios e terrenos abandonados se legitima quando o Estado nega o direito à moradia a milhões de famílias, contribuindo para a degradação da qualidade de vida.

O MSTB é um movimento autônomo, independente do Estado, partidos políticos e outras instituições, podendo se relacionar com estas quando necessário, sem que isto implique na perda de sua autonomia.

O MSTB é um movimento pela cidadania que parte da comprovação de que para os setores populares esta não existe em nosso país, e procura construir alternativas nesta perspectiva, e compreende que a garantia dos Direitos Humanos, Justiça Social, Solidariedade, Qualidade de Vida e Participação Popular só serão alcançados com a Igualdade Econômica, Política e Social.

O MSTB solidariza-se na LUTA CONTRA TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO existente e presta solidariedade aos trabalhadores de todo mundo.

O MSTB tem como princípios norteadores a mais ampla Democracia interna, não fazendo distinção entre militante e coordenadores de qualquer instância nas suas relações cotidianas.

## **CAPÍTULO II – DAS INSTÂNCIAS DE DIREÇÃO**

### ART. 1

São instâncias de deliberação:

- I. Brigadas;
- II. Coordenação Local;
- III. Assembléia Local;
- IV. Coordenação Municipal;
- V. Coordenação Estadual; e
- VI. Congresso Estadual.

### ART. 2

#### DAS BRIGADAS

§ 1. Toda ocupação deverá ser dividida em Brigadas, que serão identificadas por um nome atribuído pelos próprios membros da Brigada.

Adendo único – Cada Brigada deverá ser composta de acordo com o número de famílias na ocupação, assim sendo, naquela constituída de 50 (cinquenta) famílias, deverão ser 10 (dez) por Brigada, naquela que abrigar de 50 (cinquenta) a 100 (cem) famílias, deverão ser 20 (vinte) por Brigada, e naquela tiverem acima de 100 (cem) famílias, deverão ser 40 (quarenta) por Brigada.

§ 2. Cada Brigada elegerá um coordenador, de 03 (três) em 03 (três) meses, que ficará responsável pela representação da mesma na coordenação local.

§ 3. Cada Brigada administrará e se responsabilizará pelo imóvel por um período de uma semana em regime de revezamento.

§ 4. O processo de transição da atual forma de organização para o regime de Brigadas deverá ocorrer num prazo máximo de 03 (três) meses, contados a partir do I Congresso, podendo, se possível, ser implantado logo após.

§ 5. Durante sua gestão, cada Brigada assumirá a responsabilidade pela limpeza, portaria, segurança e outras atividades que envolvam a coletividade, sendo proibida a remuneração por serviços prestados à ocupação de qualquer um membro desta.

§ 6. Em caso do não cumprimento das responsabilidades sem justificativa válida, por parte das Brigadas, seus membros estarão sujeitos às penalidades expressas nas Normas de Convivência.

### ART. 3

#### DA COORDENAÇÃO LOCAL

§ 1. A Coordenação Local será composta por 3 (três) membros eleitos em Assembléia, com mandato de um ano e direito à reeleição, através do voto secreto ou por aclamação, acrescido de um representante por Brigada.

Adendo único – Só poderão se candidatar aqueles com passado ético não questionável e que tiveram participação ou que estejam ingressando em algum tipo de curso de Formação Política pelo Movimento promovido.

§ 2. A Coordenação Local terá a responsabilidade de fiscalizar e orientar o trabalho das Brigadas, bem como dar condições para a Formação Política

das pessoas da ocupação, dirigir e encaminhar as decisões tomadas pela Assembléia Local.

§ 3. As Coordenações dos Núcleos serão compostas de 3 (três) membros, acrescido de mais 1 (um) por cada 50 (cinquenta) presentes na Assembléia convocada para a eleição da Coordenação Local.

#### ART. 4

##### DA ASSEMBLÉIA LOCAL

Parágrafo único – A Assembléia Local será composta por todos os membros da ocupação ou do núcleo com idade a partir de 16 anos, convocada pela Coordenação Local ou Abaixo-assinado de 30% (trinta) dos moradores, e terá a função de discutir e decidir sobre todas as questões que envolvam a ocupação.

Adendo único – A não participação nas atividades acarretará em perda de pontos para o recebimento das casas.

#### ART. 5.

##### DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL

§ 1. A Coordenação Municipal será composta por todos os membros da Coordenação Estadual que residem no município, acrescido de um membro de cada ocupação ou núcleo.

Adendo único – A falta não justificada por 3 vezes seguidas às reuniões de coordenação, ou 5 ausências aleatórias a esta, também sem as devidas justificativas, acarretará no afastamento do coordenador.



§ 2. A Coordenação Municipal terá a função de discutir e decidir sobre questões que envolvam o Movimento no âmbito municipal, prestar assistência às ocupações e núcleos, obedecendo as prerrogativas desse Regimento.

§ 3. As Coordenações Municipais terão com prerrogativa, quando necessário, de convocar assembléias para discutir e deliberar acerca de questões que envolvam o município.

## ART. 6

### DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

§ 1. A Coordenação Estadual será composta de 21 (vinte e um) membros eleitos no I Congresso Estadual, acrescido de mais 1 (um) membro de cada município que aderir ao Movimento após a realização do I Congresso.

§ 2. Cabe a Coordenação Estadual fazer cumprir as deliberações do Congresso, decidir sobre questões que envolvam o Movimento em todo estado, prestar assistência aos municípios, bem como aplicar o Regimento Interno em todas as instâncias de deliberação do Movimento.

§ 3. As atribuições dos membros da Coordenação Estadual serão definidas na primeira reunião dessa instância após o Congresso.

## **ART. 7**

### DO CONGRESSO

Parágrafo único – O Congresso é a instância máxima de deliberação do Movimento, e será realizado a cada 3 (três) anos, convocado pela Coordenação Estadual, e terá a função de elegê-la, decidir sobre o Regimento Interno e deliberar sobre todas as questões referentes ao Movimento.

### **CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### ART. 8

O Movimento adotará a sigla MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia – , porém cada município poderá criar uma sigla específica, ou manter a que já existe para garantir sua referência histórica.

#### ART. 9

Os casos omissos nesse Regimento serão analisados e decididos pela Coordenação Estadual, em caráter provisório, até a realização do próximo Congresso.

#### ART. 10

Uma Comissão de Ética será eleita pelo Congresso Estadual para analisar e julgar os casos que ferem as Normas de Convivência e os Princípios estabelecidos nesse Regimento.

Adendo único – A Comissão de Ética deverá se reunir de um em um mês.

#### ART 11.

Os Núcleos deverão desenvolver bimensalmente atividades de intercâmbio e integração com as ocupações.

### **CAPÍTULO IV – NORMAS DE CONVIVÊNCIA**

#### ART. 12.

Todos os filiados são iguais, independente de condição social, raça, gênero, opção sexual, credo religioso, não sendo permitido o privilégio de qualquer um, seja ele militante de núcleo, ocupação ou qualquer instância de direção do Movimento.

**ART. 13.**

Todo filiado tem direito a votar nas assembleias, podendo participar de qualquer esfera de direção, desde que seja eleito para este fim.

**ART. 14**

Todo filiado tem a obrigação de zelar pelos imóveis ocupados, sendo passível de punição quem dilapidar ou roubar qualquer patrimônio do imóvel ocupado.

**ART. 15**

Todo filiado tem o direito de questionar qualquer liderança ou dirigente, sendo livre o direito à crítica, desde que feita nas instâncias apropriadas.

**ART. 16**

A definição e responsabilidade sobre a realização de ocupação é da Coordenação Estadual, exceto os casos onde houver ordem judicial com desapropriação imediata.

Parágrafo único – Em caso de desapropriação imediata com força policial, os dirigentes presentes se responsabilizarão e definirão coletivamente, em assembleia convocada para tal fim, os rumos das famílias.

**ART. 17**

**É da Coordenação a definição sobre a criação de Núcleos ou ampliação do número de filiados.**

**ART. 18**

Todas as decisões que envolvam a coletividade das ocupações serão tomadas em Assembléia, e não terão validade, se ocorrer, as decisões unilaterais tomadas por qualquer coordenador.

ART. 19

Todo filiado ou membro de direção terá trânsito livre em qualquer ocupação ou núcleo, desde que respeitando as regras específicas dos mesmos.

ART. 20

Só participarão de reuniões da Coordenação Municipal os membros eleitos pelas ocupações e núcleos que estejam devidamente oficializados.

ART. 21

Fica sob a responsabilidade da Coordenação Local resolver coletivamente os problemas das ocupações e núcleos, sendo que a Coordenação Municipal só poderá ser solicitada quando o problema extrapolar o âmbito local.

ART. 22

Será passível de expulsão do Movimento o filiado que cometer roubo, estupro, espancamento, particularmente contra mulheres e crianças, homicídio, uso e tráfico de drogas, usar indevidamente o nome do Movimento ou quaisquer outros crimes que tragam problemas para este.

Parágrafo único: Todos os crimes serão julgados pela Comissão de Ética, que terá a prerrogativa de arbitrar a pena, num prazo de 30 dias, a contar da data da queixa, podendo afastar o acusado, caso provas contra ele sejam apresentadas.

Adendo único – Exceto os flagrantes, que deverão ser julgados e as resoluções apontadas pela Coordenação, mediante relatório com provas, não serão julgados pela Comissão de Ética.

ART. 23

O destino de qualquer doação que chegar às ocupações ou núcleos será definido pela Coordenação Local ou Assembléia especificamente convocada para este fim.

Adendo único – Os documentos para a solicitação de doações para o movimento deverão ser assinados por, no mínimo, três membros da Coordenação Estadual, e tal solicitação deverá ser discutida em assembléia da mesma instância de coordenação.

#### ART. 24

Será constituída em cada ocupação uma Comissão de Vistoria, que fará o levantamento dos objetos encontrados no imóvel, devendo esta apresentar relatório à Coordenação Municipal.

Parágrafo único – A Comissão de Vistoria, que será responsável pela fiscalização do patrimônio, deverá ser eleita em Assembléia Local, só podendo participar o filiado nunca acusado de dilapidação ou furto do bem alheio, sendo passível de expulsão da Comissão aquele integrante sobre o qual surgirem provas de ter cometido tais crimes.

#### ART. 25

Todos os empreendimentos para a Geração de Trabalho e Renda desenvolvidas nas ocupações deverá ter o aval da Coordenação Estadual.

#### ART. 26

Todo filiado deverá apresentar no ato da filiação seus antecedentes criminais, assim como dos demais membros da família, sendo que tais apresentação deverá ser feita a cada 3 (três) meses.

§ 1. Aquele que pretende se filiar ao Movimento deverá deve ser indicado por um filiado.

§ 2. Todos os membros da família deverão fornecer 2 fotos 3X4 e fotocópias do RG e do CPF, devendo no momento do cadastramento apresentar os originais dos documentos referidos.

#### ART. 27

Cada ocupação deverá desenvolver formas de identificação dos acampados para evitar o acesso de pessoas externas e/ou estranhas ao Movimento, a quem não foi dada a permissão para tal trânsito.

#### ART. 28

O não cumprimento das responsabilidades assumidas pelo acampado dentro das Brigadas, sem a devida justificativa, será passível de punição definida pela Coordenação Local e, se necessário, pela Municipal.

§ 1. As punições deverão se caracterizar como advertência e afastamento provisório ou permanente, inicialmente da Brigada e, a depender da gravidade, até da ocupação ou do Movimento, de acordo com os prejuízos causados ao Movimento.

§ 2. Serão enviadas correspondências às outras ocupações, no decorrer do processo de julgamento, informado-as sobre o acontecido.

#### ART. 29

Os casos omissos nessas Normas de Convivência serão analisados e decididos pela Coordenação Estadual.



## I CONGRESSO DO MOVIMENTO SEM-TETO DE SALVADOR/BAHIA.

14, 15 e 16 de janeiro de 2005

### Quem somos nós e para onde vamos?

*(contribuição ao debate)*

#### **Etnia, poder e riqueza**

Tendo como principal embrião o Movimento dos Sem Teto de Salvador, fundado em julho de 2003, o MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia) traz uma composição social que herda histórias de alegrias, dores e ações de coragem dos segmentos populares brasileiros e baianos desde as primeiras invasões portuguesas há mais de 500 anos. A existência, no MSTB, de brancos pobres e de descendentes de homens e mulheres “batizados” a ferro e fogo como “indígenas” se entrelaça com cores, traços e gestos de uma fortíssima presença de negras e negros, formando um conjunto simbólico que desde o período colonial tentou realizar sonhos de justiça e igualdade social.

Os quase quatro séculos de escravidão numa Bahia onde a economia estava baseada nesta forma de trabalho deixaram marcas de extrema concentração de poder e riqueza. Por esta escravidão grupos indígenas inteiros foram dizimados ou diluídos numa perversa fuga dos litorais para um interior desconhecido; por ela, as famílias africanas foram brutalmente repartidas e mães, pais e filhos levados a diferentes cativeiros, onde dali para a frente seriam tratados muito mais como coisas do que como gente; por ela também um contingente de brancos foi pauperizado com baixíssimas remunerações, exposto muitas vezes à miséria e à fome. As respostas destes explorados e oprimidos foram surpreendentes demonstrações de solidariedade afloradas no dia a dia, manifestações artísticas e religiosas tão belas e fortes que tornou-se impossível evitar que marcassem profundamente a nossa vida cultural; conspirações e revoltas políticas que corajosamente tentaram transformar a realidade social.

A falta de moradia digna para a maioria dos baianos na atualidade é apenas um dos problemas que nasceram desta história de opressão e luta. Somos nós estes oprimidos, que entre outros movimentos dos excluídos, através do MSTB, agora pedimos a voz.

### **Um Movimento dos *Sem* e dos *Com*...**

Somos sem-teto, mas não apenas, pois a realidade da escravidão pariu a realidade da exclusão, negando-nos trabalho, saúde, segurança pública, educação, espaços de arte e lazer, enfim, condições elementares de vida. Estas questões são, portanto, reivindicações legítimas do MSTB. Referenciando-nos na luta pela conquista de uma sociedade que seja capaz de efetivar de maneira profunda as liberdades política, econômica, social, cultural e religiosa; buscamos não apenas um “teto” particular, mas sim a constituição de *comunidades de bem viver*. Empunhando a bandeira da Reforma Urbana, ao fundo afirmamos a força de relações sociais baseadas em idéias de liberdade e não da negação dos direitos de milhões.

Por outro lado, após a efetivação de dezenas de ocupações, fundação de núcleos e manifestações públicas, podemos ter o orgulho de dizer que somos também o Movimento dos *Com*. Apesar dos grandes obstáculos da exclusão, entendemos o potencial político e cultural despertado quando decidimos andar de mãos dadas, construindo um movimento dos *com* solidariedade, perspicácia e acima de tudo, *com* muita coragem. Entendemos que a luta contra a exclusão é também a luta pela superação dos preconceitos de que são vítimas os segmentos populares, e é por isso que o MSTB busca dar visibilidade às características e experiências que de maneira apaixonante emergem das comunidades populares, mas que, no entanto, são socialmente muito pouco reconhecidas.

### ***Gênero, Teto e Movimento***

Na I Marcha dos Sem Teto, ao lado das bandeiras, vassouras e panelas chamavam a atenção do público no longo trajeto. Eram as mulheres, que desde os primeiros passos do movimento não apenas afirmavam uma presença maciça, como também transformavam objetos considerados símbolos da opressão doméstica em verdadeiros símbolos de luta. As ações de reivindicação por creche, pavimentação de ruas, construção de escolas sempre se apresentaram como iniciativas das mulheres. Estas, no entanto, historicamente tidas como categoria de baixo valor social, foram excluídas das esferas de poder – os espaços produtivos



–, encarceradas nas paredes do “lar” – ocupadas com a gestação e criação dos filhos e filhas, tornando-se comumente as únicas responsáveis pelas questões relacionadas a estes.

O MSTB coloca-se como um exemplo de que a luta pela moradia, assim como por creches, escolas e melhorias do bairro, são – por uma questão de gênero – lutas mais decididamente encampadas por mulheres, na maioria das vezes mães.

As mulheres do MSTB fazem parte do exército de desempregadas de Salvador que, mesmo quando conseguem um trabalho, este é tão precário que não garante melhorias nas suas condições de vida e de sua família.

Muitas estão sem marido, porém, com filhos para criar. Atingidas por uma política econômica que não gera emprego e renda - tornando impossível o pagamento de aluguel, sobretudo para a população feminina e negra - desprotegidas por uma legislação trabalhista que não garante boas condições de trabalho, têm na luta pela moradia, e mais amplamente na bandeira da Reforma Urbana, a esperança de uma existência digna também para seus filhos e filhas.

Herdeira de um legado de pobreza, mas também de ousadia e esperança, pela sua condição de gênero, raça e classe, a presença feminina, em sua grande maioria negra, mostra imensa expressão nas ocupações, núcleos e nas manifestações de rua promovidas pelo Movimento. A saída do âmbito doméstico e a inserção na política, seja nos cargos de direção, seja participando das ocupações, traz novas possibilidades para as mulheres do MSTB, que passam a se familiarizar com o público das ruas e dos espaços de poder, ao tempo em que podem vir a questionar o que acontece entre quatro paredes, a exemplo das divisões do trabalho doméstico com marido e filhos. Por tudo isso, constituem fortes referências para a construção das *comunidades de bem viver* baseadas em relações de gênero igualitárias.

### ***Tijolo por tijolo, uma inspiração histórico-ideológica em permanente construção***

Muitas são as possibilidades de inspiração ideológica do MSTB, se considerarmos a história de luta de nosso povo. Das primeiras revoltas indígenas e formação de mocambos, passando pela Conspiração dos Alfaiates, pelo 2 de Julho, pela resistência do Quilombo do Urubu, da Revolta dos Malês, da Sabinada e da Luta de Canudos, os sonhos de liberdade dos oprimidos da Bahia irromperam pelos mais diversos momentos de sua trajetória. A reflexão sobre o significado destes processos constitui uma das mais promissoras formas de construção identitária de nosso Movimento. Está colocado o desafio da leitura a ser feita por cada pessoa que hoje integra o MSTB – esteja ela em ocupação ou núcleo, em coordenação ou brigada, em

qualquer dos municípios que tenha chegado a nossa organização – sobre que momento e sujeitos possuem força simbólica para tornar nossa disputa social cada vez mais inclusiva e expressiva. Desta forma, o I Congresso inaugura um novo momento, onde as mais diversas iniciativas (cursos, seminários, publicações de textos etc.) devem fazer emergir experiências e símbolos, que a partir do assumimento dos componentes de cada organização de base (no caso da opção específica feita por núcleos, ocupações ou comunidades) e de todo o Movimento (no caso das referências adotadas por todo ele) devem espelhar vivamente quem somos nós e para onde vamos.



*“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer  
é só lutando sem medo de ser mulher.”*

### **Guerreiras Sem Teto – Movimento do Sem Teto da Bahia**

NA LUTA PELA REFORMA URBANA E POR POLÍTICAS INTEGRAIS, COM ORÇAMENTO, PARA MULHERES !!!

NÓS, MULHERES SEM TETO, NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE!!! QUEREMOS MORADIA!!!

Hoje, 8 de março de 2009, nós, mulheres negras, indígenas e/ou populares, organizadas no interior da LUTA POR MORADIA, estamos nas ruas para denunciar e combater o racismo e o machismo existente na nossa sociedade e reproduzidas pelas políticas governamentais existentes.

Nós, **Guerreiras Sem Teto**, somos descendentes daquelas que foram arrancadas de suas famílias, sociedades, culturas, modos de viver na África e de viver nas florestas e matas deste país – mulheres negras e indígenas que criaram um modo de vida neste continente chamado América. Somos herdeiras das lutas encampadas por nossas ancestrais, e por isso, damos continuidade às lutas por elas iniciadas, a exemplo da luta da Guerreira Zeferina, no antigo Quilombo dos Urubus, àquela época, no Parque São Bartolomeu.

Nós, que somamos no MSTs/MSTB quase 70%, mais uma vez nos juntamos às demais mulheres de outros movimentos sociais e organizações feministas para, no **08 de Março – Dia Internacional da Mulher** –, com muita garra e disposição de luta, comemoramos, mais uma vez, a LEI MARIA DA PENHA, que no combate à violência contra a mulher, garante a punição do agressor dentro do ambiente doméstico. Não deixaremos de pressionar, porém, os governantes para melhor estruturarem as DEAM's e melhor qualificarem o quadro de agentes do Estado que são responsáveis pela segurança e por nos atenderem!! Estamos nas ruas para dizer à população queremos uma DEAM (Delegacia Especializada em Atendimento às Mulheres) que não apenas atenda às mulheres que são violentadas pelos seus namorados, maridos ou ex-maridos, familiares, que sofrem violência doméstica, mas que atenda a TODAS AS MULHERES vítimas de violência praticada pelos homens machistas da nossa sociedade. Queremos um melhor atendimento!! Queremos mais respeito e segurança!!! Queremos ampliação dos serviços das DEAM's!!

Por isso gritamos: “Hoje se fala de crise, mas crise sempre foi o nosso dia-a-dia!!! De dificuldades, de fome, de desemprego!!! Chega de privilégios para os bancos!! É necessário investir em políticas sociais para as mulheres, negros e negras; investir em empregos para o/as nossa/os jovens, em moradias, educação, segurança alimentar, saúde, equipamentos públicos de serviço e segurança pública!!!

As crises financeiro-econômica, habitacional, ambiental e alimentar que afetam o planeta e nossas vidas não são fenômenos isolados. Trata-se de uma crise global, gerada por um modelo de desenvolvimento, baseado na superexploração do trabalho e da natureza e na especulação financeira. Numa sociedade estruturada a partir da divisão sexual do trabalho, uma das bases de sustentação do atual modelo de produção (em crise) é a exploração, cada vez mais intensa, do trabalho não remunerado das mulheres nas unidades domésticas, bem como a super-exploração do seu trabalho profissional, através de jornadas intermináveis de trabalho, da baixa remuneração, do controle sobre seus corpos, do assédio moral e sexual.

Nós, mulheres dos bairros populares, sofremos com a violência doméstico-familiar, com o desemprego ou com o trabalho (informal, sem carteira assinada) que adocece e que, em função dos baixíssimos salários, leva ao empobrecimento das nossas famílias. Nós sofremos com a morte dos nossos filhos negros que estão sendo exterminados no dia-a-dia da violência!! Sofremos com a falta de liberdade das nossas crianças que estão cada vez mais presas dentro dos barracos/casas por causa da violência sexual que ronda nossas comunidades.

O pouco investimento que o Governo Lula vem fazendo nos recursos destinados aos Programas de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres tornar ainda mais vulneráveis as políticas públicas existentes na área e, conseqüentemente, põe em risco a vida das mulheres que delas necessitam. A Casa-Abrigo na Bahia está fechada e nós queremos vê-la funcionando! A SEPRONI (Secretaria de Promoção da Igualdade), que deve atender ao negro/as e mulheres, é a secretaria que, proporcionalmente ao tamanho do seu público alvo, tem menos recurso na Bahia, mesmo os negro/as e mulheres sendo a maioria!!! Os cortes de gastos públicos nas

áreas sociais atingem diretamente às mulheres, principalmente às mulheres negras e da periferia. As mulheres sem teto, permanecem confinadas, juntamente com seus filhos/as, em barracos de lona ou madeirite, sem infraestrutura e expostas à violência de toda ordem!!!

É necessário que as políticas públicas sejam pensadas de modo articulado e que ao pensar o problema do desemprego, da moradia, do transporte, da ausência de equipamentos de serviço e da impossibilidade do acesso, os governantes “se toquem” de que não há como pensar transporte sem pensar em políticas que atendam a(o)s mais prejudicado(a)s com o descaso dessa desarticulação: as mulheres pobres, negra(o)s, a(o)s desempregada(o)s e a juventude. Por isso, nós, Guerreiras Sem Teto, PROTESTAMOS contra tudo isso que consideramos discriminação e retaliação!!!

Neste “8 de Março”, frente ao atual contexto de guerras, da perseguição às mulheres das comunidades tradicionais, de intolerância religiosa, das práticas racistas e do patriarcal controle dos corpos das mulheres, nos solidarizamos com as mulheres palestinas, com as mulheres indígenas, com as mulheres que sofrem intolerância religiosa, com as todas as mulheres vítimas das violências de gênero!!! Levantamos nossas bandeiras contra o capitalismo, o imperialismo, o machismo, o racismo e a lesbofobia!!!

**QUEREMOS NOSSO TETO!!!** No 8 de Março, nas ruas, levantamos a nossa bandeira de luta pela Reforma Urbana!!

**BASTA DESSA POLÍTICA ANTI-MULHER!!! BASTA DE MACHISMO!!!**

**REFORMA URBANA CONSIDERANDO AS MULHERES DA PERIFERIA JÁ!!!**

## APÊNDICES

APENDICE A - TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

**Universidade Católica do Salvador – Programa de Pós-Graduação em Família na  
Sociedade Contemporânea**

**Pesquisa: Mães da Resistência: A História de vida das jovens mães do Movimento dos  
Sem Teto da Bahia**

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Prezada senhora

A senhora foi escolhida para participar da pesquisa intitulada *Mães da Resistência: A História de vida das adolescentes Grávidas do Movimento Sem dos Tetos da Bahia*, que está sendo realizada pelo programa de pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, UCSal e a Fundação Baiana de amparo à Pesquisa, FAPESB.

O estudo consiste em na realização de uma entrevista em profundidade, a respeito da concepção de gravidez na adolescência, seus atenuantes e consequência. Os participantes terão sua identidade mantida em sigilo.

Caso queira entrar em contato com a pesquisadora Helaine Souza para qualquer tipo de explicação, o endereço a que deve recorrer é

Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) – Av. Garibaldi, 2981 – Rio Vermelho. CEP: 41940-450, Salvador. Tel: (71) 3324-7691. Recados com Geraldo

Ou

Pelo e-mail: helainep.souza@hotmail.com . Por telefone: Helaine Souza (71) 87244429

Caso concorde em participar, por favor assine a declaração a seguir.

Obrigada

---

Helaine Souza

Mestranda UCSal

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar desse estudo, estando ciente de que estou livre para desistir a qualquer momento e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

APENDICE B – QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

**Universidade Católica do Salvador – Programa de Pós-Graduação em Família na  
Sociedade Contemporânea**

**Pesquisa: Mães da Resistência: A História de vida das jovens mães do Movimento dos  
Sem Teto da Bahia**

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

Questionário n°:	Data:	Local:
------------------	-------	--------

		Completo	Incompleto	Em curso
1. Escolaridade	Superior	1	5	9
	Médio	2	6	10
	Fundamental II (ginasial)	3	7	11
	Fundamental I (primário)	4	8	12

2. Está empregada? Qual sua profissão?

a.  sim/ Qual (\_\_\_\_\_)

b.  não

3. Recebe auxílio/benefício do governo?

a.  sim/ Qual (\_\_\_\_\_)

b.  não

4. Renda familiar	• Acima de R\$ 510,00	1
	• R\$ 256,00 a 509,00	2
	• R\$ 171,00 a 255,00	3
	• R\$ 101,00 a 170,00	4
	• Até R\$ 100,00	5

	Branca	1
--	--------	---

	Negra	2
	Parda	3
	Amarela	4
	Indígena	5
	Outra _____	6

6. Religião que pratica	Católica	1
	Protestante	2
	Denominação	
	_____	
	Judaica	3
	Afrodescendente	4
	Espírita	5
	Nenhuma	7
Outra	8	

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	
7. N° de pessoas que moram na casa	
8. Quem mora na casa além de você	
Pai	1
Mãe	2
Avô/ Avó	3
Companheiro	4
Irmãos	5
Outros	6

Obrigada por sua participação.

Caso haja alguma dúvida, posso voltar a procurá-lo(a)? S N

Tel: \_\_\_\_\_ Melhor horário p/ ligar \_\_\_\_\_



